

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO



**A (IR)RENUNCIABILIDADE DOS DIREITOS:
EUTANÁSIA EM PORTUGAL, PORQUE NÃO?**

MARIANA RUIZ CÉSAR FILIPE RICO

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO CIVIL

Orientador: Professor Doutor Diogo Costa Gonçalves

LISBOA

2021

Agradecimentos

À família, principalmente à minha Mãe e ao meu Pai, por me acompanharem nesta caminhada, com a sua presença, o seu afecto e por toda a sua compreensão e incentivo para que alcançasse mais uma etapa. Porque sem eles nada disto seria possível, é a eles que dedico este trabalho.

Agradeço ao Orientador Professor Doutor Diogo Costa Gonçalves o apoio, a orientação e a disponibilidade, essenciais na realização desta dissertação.

Às minhas amigas pelo apoio e pela força.

E ainda a outras pessoas bastante importantes neste percurso, as minhas colegas de escritório e a minha Patrona pela dedicação, paciência e ajuda.

Resumo

Este estudo pretende abordar o tema da Eutanásia, numa perspectiva constitucional, civil e ainda penal no nosso ordenamento jurídico, contribuindo assim para a sua não legalização.

A questão da Eutanásia tem ganho alguma tolerância e consciencialização na sociedade ao longo do tempo e, em Portugal, apesar de ser um tema frequentemente abordado, continua a ser uma matéria bastante sensível, envolta em controvérsias e convicções.

Por eutanásia, entende-se “a acção ou omissão que, por sua natureza e nas intenções, provoca a morte com o objectivo de eliminar o sofrimento”. Ao provocar a morte, a eutanásia não acaba com o sofrimento, mas (sim) termina com uma vida. Pode-se, ainda, equiparar a eutanásia ao suicídio assistido, isto é, “o acto pelo qual não se causa directamente a morte de outrem, mas se presta auxílio para que essa pessoa ponha termo à sua própria vida.”

No nosso ordenamento jurídico, o direito à vida é um dos nossos princípios basilares da Constituição Portuguesa, sendo, por isso, o primeiro direito fundamental e um dos bens supremos a defender. Deste modo, tem de ser defendido a todo o custo e deve ser protegido contra todos os abusos e ameaças. É um direito que não pode ser renunciável nem disponibilizado.

Ao legalizar a eutanásia, o Estado e a ordem jurídica estão a confirmar que a vida, regida pelo sofrimento ou por situações de dependência, deixa de ter sentido e dignidade e que só nestas situações se pode suprir.

Actualmente, a medicina depara-se com importantes avanços e descobertas e todos os dias encontram-se curas para diversas enfermidades. Então, qual a necessidade de se pôr termo à vida, se a doença, que hoje é incurável, “amanhã” já não o é?!

PALAVRAS-CHAVES: Eutanásia, Direito à Vida, Dignidade, Bem Jurídico, Não despenalização

Abstract

This study intends to focus the theme of euthanasia in a constitutional, civil and penal perspective, contributing to its non legalization.

The issue of euthanasia has won some tolerance and awareness in society throughout time and, in Portugal, although it is discussed sometimes, it is still a very sensitive subject, surrounded by several controversies and convictions.

Euthanasia is considered to be “the action or omission that, by its nature and intentions, causes death in order to eliminate suffering”. By causing death, euthanasia does not end suffering, instead it ends one life. One may also compare euthanasia to assisted suicide, that is to say, “the action by which one does not cause someone else’s death directly but provides help so that the person ends his own life”.

In our legal order, the right to life is one of the basic principles of Constitution, being so, the first fundamental right and one of the supreme goods to be defended. For this reason, it has to be defended at all cost, and it should be protected against all abuses and threats. It is a right that cannot be renounced or made available.

By making euthanasia legal, the State and the legal order confirm that life with suffering, or in dependence situations, ceases to make sense or have dignity, and that only in these situations can be provided.

Nowadays, Medicine has had important advances and breakthroughs, and everyday cures for several diseases are found. Then, what is the point in putting an end to life, if the incurable disease of today, may be curable tomorrow?!

KEY WORDS: Euthanasia, Right to Life, Dignity, Legal Good, Non decriminalisation

Lista de Abreviaturas e Siglas

<i>Apud</i>	Citado por
Art./Arts	Artigo/Artigos
Cit.	Citação
Cfr.	Conforme refere
CC	Código Civil
CP	Código Penal Português
CRP	Constituição da República Portuguesa
Et.at	E outros
<i>Ibidem</i>	mesmo autor, mas em página diferente
<i>Idem</i>	O mesmo
Nº	Número
<i>ob. cit.</i>	Obra citada
p./pp.	Página/páginas
s/ss	Seguinte/Seguintes
<i>v. g.</i>	<i>verbi gratia</i> (por exemplo)

Acordo ortográfico

Foi respeitada a opção dos Autores e o constante *ipsis verbis* nas Obras indicadas, quanto à utilização ou não do novo Acordo Ortográfico, nós não o utilizámos.

Índice

Introdução	6
A evolução histórica da Eutanásia	8
Origem do termo e conceito	8
Modalidades ou Classificações do termo	12
Início da Vida.....	19
Fim da Vida Humana.....	22
Direitos de Personalidade	24
Direitos Fundamentais	25
Direitos Humanos.....	31
Direitos Subjectivos.....	32
Colisão de Direitos Fundamentais.....	34
O Bem Jurídico - Vida Humana.....	37
O Direito à Vida.....	38
A dignidade da pessoa humana.....	44
Direito à Vida versus Princípio da Dignidade da Pessoa Humana – Conflito de Direitos Fundamentais	51
Perspectiva Constitucional	54
Inconstitucionalidade da Eutanásia	57
Enquadramento da Eutanásia no Ordenamento Português e Tratamento Jurídico Penal.....	60
Os Prós e os Contrás da Eutanásia	66
A eutanásia, segundo o ponto de vista médico, jurídico, filosófico e religioso .	71
Direito Comparado - A Eutanásia pelo Mundo	82
Eutanásia nos Países Europeus	82
Eutanásia nos Países Não Europeus.....	95
Aprovação do diploma na Assembleia da República	101
Conclusão	103
Bibliografia.....	105
Referências Legislativas e Jurisprudência	111
Outras Referências	112

Introdução

O direito à vida é um dos princípios basilares da nossa Constituição que refere, no seu artigo 24º, nº1, que “a vida humana é inviolável.” Deste modo, se legalizarmos a eutanásia, até que ponto, não estaremos a violar este princípio, um dos bens supremos a defender?

A dignidade da vida humana é usada como um dos argumentos para a legalização da eutanásia e “justificar o tão desejado direito a uma morte digna”¹. Porém, este princípio, ao ser considerado “valorativamente superior”, entra em colisão com o direito à vida.

Assim, torna-se essencial fazer, num primeiro momento, uma contextualização histórica e evolutiva do conceito e, em seguida, uma abordagem das modalidades de eutanásia, revelando não só as mais utilizadas como também a sua licitude. Além disso, é importante analisar em que momento se considera o início da vida humana para o Direito, assim como para a Biologia, e a atribuição da personalidade e da capacidade jurídica. Interessa compreender também quando deixa de existir a pessoa jurídica, titular de direitos e obrigações, marcando assim o fim da vida humana.

Sendo assim, pretende-se ainda saber quais os direitos fundamentais violados e as suas causas, uma vez que estes servem para proteger e garantir direitos da pessoa humana que vive em sociedade.

Enquadraremos as várias modalidades de eutanásia no ordenamento português, uma vez que não se encontram de forma explícita e estão subentendidas no Código Penal, mas podem ser enquadradas nos artigos 133º, 134º, e ainda, 135º.

Importa, igualmente, conhecer as opiniões relativamente à legalização da eutanásia, que não são consensuais e que, por isso mesmo, se torna importante mencionar quais os argumentos a favor e contra.

Julgamos ser importante dar a conhecer a eutanásia segundo o ponto de vista médico, jurídico, filosófico e religioso, pois podem dar um contributo para

¹ SANTOS, Alberto José Andrade. **Os problemas penais da eutanásia da eutanásia e o suicídio assistido**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado. 2016, p.33

uma visão diferente sobre a eutanásia, clarificando se esta deverá ser ou não legalizada.

Para finalizar, será realizada uma passagem pelo Direito Comparado em vários países, realçando as tentativas de legalização e a sua punibilidade. Também deteremos a nossa atenção nos requisitos e nas formalidades dos países que a adoptaram como prática.

Na tentativa de se encontrar respostas num tema controverso, sensível e complexo, baseadas em alguns estudos realizados nesta matéria, procurou-se orientar esta dissertação a partir da pergunta de partida, “A (ir)renunciabilidade dos direitos: eutanásia em Portugal, porque não?”

A evolução histórica da Eutanásia

Origem do termo e conceito

A expressão eutanásia, derivada do grego *eu* (bem) e *thanatos* (morte), e significa “boa morte” ou “morte suave”.²

O debate a respeito da eutanásia remonta aos tempos antigos, desde os povos primitivos, passando pelos celtas, gregos, egípcios e romanos, em que a morte era provocada aos velhos, a deficientes físicos e psíquicos, aos pacientes incuráveis, como também aos feridos em batalha que não teriam recuperação possível.³

Esta palavra terá surgido no século XVII, em 1623, pelo famoso filósofo inglês Francis Bacon ao estudar “O Tratamento das Doenças Incuráveis”. Para este filósofo, “a função do médico seria apenas a de restituir a saúde e aliviar a dor, mas, quando a cura se tornasse impossível, actuar, também, no sentido de conseguir uma morte suave, calma e fácil.”⁴

Na perspectiva de outros autores, a origem desta expressão encontrava-se ligada à obra de um historiador inglês, W.E.H Lecky, em 1869, e era vista como “a acção de induzir suave e facilmente a morte”⁵, mais concretamente, nos casos de doentes incuráveis ou terminais, tendo sempre como finalidade causar o mínimo de dor ou de sofrimento. É, na perspectiva dos seus defensores, uma maneira digna de morrer.

Outros estudos indicam que a origem da palavra eutanásia tenha surgido com Platão, em *A República*, onde defendia tanto a eutanásia negativa, como a eutanásia positiva. Para Platão, a eutanásia positiva significaria “matar”, aplicando o conceito literal da palavra, e a eutanásia negativa seria aplicada no sentido “deixar morrer”.⁶

² BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000.p. 25.

³ SANTOS, Alfredo José Andrade, **Os Problemas Penais da Eutanásia e o Suicídio Assistido**, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2016., p.15

⁴BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000.p. 25.

⁵ *Idem*

⁶ *Idem*

Segundo Platão, a sociedade devia instituir “(...) na cidade médicos e juízes...que hão-de tratar os que forem bem constituídos de corpo e de alma, deixarão morrer os que fisicamente não estiverem nessas condições, mandarão matar os que forem malformados e incuráveis espiritualmente. Parece-me que é o melhor, quer para os próprios pacientes, quer para a cidade”⁷, bem como, o Estado devia estabelecer “(...) uma disciplina e uma jurisprudência que se limite a cuidar dos cidadãos sãos de corpo e de alma; deixar-se-ão morrer aqueles que não sejam sãos de corpo.”⁸

No antigo estado indiano, em tempos de crise e de fome, “os responsáveis pela sociedade, tapavam a boca e as fossas nasais com limo sagrado e barro às pessoas que consideravam inúteis, lançando-os depois ao rio Ganges.”⁹ Neste caso, tínhamos “uma eutanásia praticada sem o pedido do doente e sem o mínimo indício de qual seria a sua vontade, algo que não deve ocorrer nos nossos dias.”¹⁰

Na conhecida obra de Thomas Moore, *Utopia*, a eutanásia é referida como uma recomendação de fim de vida e de “inutilidade social”¹¹.

Assim, constatamos que o vocábulo eutanásia foi tendo vários significados ao longo dos séculos.

No século XVII, a eutanásia “significava uma acção que tinha como consequência uma morte suave e fácil”. No século XIX, entendia-se como “a acção de matar por clemência”. Só mais tarde, no século XX, a eutanásia “passou a ser vista como uma operação voluntária”, de modo a proporcionar uma morte sem dor, evitando, assim “o sofrimento penoso daqueles que padeciam de alguma doença incurável”¹², uma prática reprovada pelos Cristãos para quem a dor era provocada por Deus e, por isso, a sua vontade devia ser respeitada.

⁷ BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000.p. 26

Cfr. Platão. **A República. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira**, 2007, p. 409 -410;

⁸ *Idem*

⁹ ALMEIDA, Joana Rita da Silva, **Eutanásia: fronteira entre direito à vida e o, eventual, direito a morrer**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.18

¹⁰ *Idem*

¹¹ *Idem*

¹² MALÓ, Alexandra Sofia Jóia, **Eutanásia: o direito à vida/o direito à vida com qualidade**. Lisboa: Universidade Lusíada. Dissertação de Mestrado, 2016, p. 11

Entendiam também que o sofrimento era uma forma de o Homem se redimir e se aproximar de Cristo.¹³

Recentemente, segundo Walter Osswald, professor universitário português, a noção de eutanásia tem-se complexificado bastante, ao longo dos séculos, e têm surgido novas designações, tais como: “ajuda à morte”, “morte assistida”, “morte por compaixão”. Na perspectiva deste autor, a terminologia a usar é “o da eutanásia: claro, universal consagrado pelo uso, significando a morte voluntariamente provocada, por acção ou omissão, em resposta a um insistente e consciente pedido de uma pessoa.”¹⁴

No sentido de se entender melhor o conceito e significado da eutanásia, torna-se relevante apreciar vários pontos de vista de diferentes autores.

Citando Heriberto Oliveira, a eutanásia é um “sistema que procura dar morte sem sofrimento a um doente incurável.”¹⁵ Para Luís Barroso, a eutanásia é a “acção médica intencional de apressar ou provocar a morte (...) de pessoa que se encontre em situação considerada irreversível e incurável, consoante os padrões médicos vigentes, e que padeça de intensos sofrimentos físicos e psíquicos.”¹⁶

Para Claus Roxin, a eutanásia é a “ajuda prestada a uma pessoa gravemente doente, a seu pedido ou pelo menos em consideração à sua vontade presumida, no intuito de lhe possibilitar uma morte compatível com a sua concepção de dignidade humana.”¹⁷

No Direito, o conceito de eutanásia entende-se como “o direito de matar” ou “o direito de morrer”. De um modo geral, é a “provocação da morte de uma

¹³ ALMEIDA, Joana Rita da Silva, **Eutanásia: fronteira entre direito à vida e o, eventual, direito a morrer**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.18

¹⁴ OSSWAL, Walter, **Sobre a Morte e o Morrer**, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Relógio D'Água Editores, 2013, p. 54

¹⁵ OLIVEIRA, Heriberto Brito de [et al.]. **Ética e eutanásia - Simpósio Medicina e Direito**. p. 279, que pode ser consultado em:

https://www.researchgate.net/publication/237760047_Etica_e_eutanasia

¹⁶ ALMEIDA, Joana Rita da Silva, **Eutanásia: fronteira entre direito à vida e o, eventual, direito a morrer**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p. 19-21

Cfr: OLIVEIRA, Heriberto Brito de [et al.]. **Ética e eutanásia - Simpósio Medicina e Direito**. p. 279

¹⁷ *Idem*

pessoa numa fase terminal da vida para evitar o sofrimento inerente a uma doença ou a um estado de degenerescência.”¹⁸

Esta noção de eutanásia corresponde à eutanásia activa, directa ou autêntica, que é uma “eutanásia deliberada, para acabar com o sofrimento.”¹⁹

Actualmente, a Eutanásia é o pedido ou a vontade que uma pessoa, em estado terminal, requer, para que coloquem fim à sua vida. Por norma, este pedido é solicitado a um profissional de saúde, médico, que acede ou não ao seu pedido.

¹⁸ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p. 9

¹⁹ *Idem*

Modalidades ou Classificações do termo

Em Portugal, os diversos critérios morais e jurídicos das intervenções na vida dos doentes terminais levam a um tratamento jurídico diferenciado das diversas formas de Eutanásia. Pode-se então distinguir a eutanásia quanto ao tipo de acção ou à vontade do doente.

Em relação ao tipo de acção, a eutanásia pode ser activa, quando “há um acto deliberado para provocar a morte sem sofrimento e sem dor do paciente, com fins misericordiosos”²⁰, ou passiva, quando existe a “omissão de qualquer tipo de ajuda médica para manter vivo o doente.”²¹ Também podemos distingui-la como directa, quando se trata de “uma conduta activa, ou seja, estamos perante uma morte pedida pelo paciente, com o objectivo de evitar mais sofrimento.”²² Indirecta quando a intenção é a “minoração do sofrimento do moribundo, no entanto poderá tal conduta acelerar a sua morte.”²³ Por fim, a eutanásia poderá também ser passiva.

Relativamente ao consentimento do paciente, poderá configurar-se uma eutanásia voluntária, quando existe um pedido expresso, lúcido e repetido do paciente a um terceiro, ou involuntária, quando é realizada uma acção contra a vontade do paciente. Será não voluntária quando a vontade do paciente é desconhecida, por nunca ter conseguido dar o seu consentimento.

Eutanásia Activa Directa

A eutanásia activa directa “compreende os casos em que por meio de uma intervenção activa se produz ou se antecipa a ocorrência da morte através de determinados métodos como a administração de uma injeção letal, ou administração de fármacos com a intenção de encurtar a vida do paciente.”²⁴

²⁰ BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000. pp.27-28

²¹ *Idem*

²² PARDAL, Cristina Sofia de Oliveira, **Eutanásia-Representações Sociais**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016, p.23

²³ *Idem*

²⁴ DIAS, Jorge de Figueiredo, in **Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I**, Coimbra Editora, 2ª Edição, 2012, pp. 14 e ss.

PARDAL, Cristina Sofia de Oliveira, **Eutanásia-Representações Sociais**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016, p.23

Esta modalidade de eutanásia “é considerada no nosso ordenamento jurídico uma prática criminosa e a sua conduta é punida a título de homicídio, previsto no artigo 134.º do Código Penal e de no artigo 133.º do Código Penal se eventualmente não se verificarem os seus requisitos identificar-se-á o tipo ilícito de homicídio simples do artigo 131.º do Código Penal, que se apresenta como sendo o mais severamente punido.”²⁵

Eutanásia Activa Indirecta

A eutanásia activa indirecta “é a aceitação de um comportamento tido como lícito na sua generalidade que se concretiza quando a toma de qualquer fármaco analgésico, denote-se totalmente imprescindível para aliviar dores insuportáveis, que ultrapassam qualquer limite do razoável e provoca um breve encurtamento do tempo de vida de um paciente.”²⁶

Segundo Jorge Figueiredo Dias, “a administração de doses crescentes de morfina apressa o momento da ocorrência da morte, esta consequência e não intencionada, ou mesmo completamente indesejada (...)” é uma redução da vida do enfermo, pelo que “(...) é um efeito consciente pois o médico administra ao doente cuidados paliativos, tendo como base e pilar a vontade expressa, ou presumida deste”. Podemos considerar esta modalidade de eutanásia, como a menos complexa, “(...) no âmbito geral, ético e deontológico, sendo”, por isso, “socialmente adequada”.²⁷

Eutanásia Passiva

A eutanásia passiva ou a chamada ajuda à morte passiva, como é mais conhecida, diz respeito aos “casos em que uma omissão ou interrupção do tratamento determina um encurtamento de vida, por forma tal que este deve

²⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo, in **Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I**, Coimbra Editora, 2ª Edição, 2012 pp. 96 e ss.

²⁶ DIAS, Jorge de Figueiredo, **A Ajuda a morte: uma consideração jurídico-penal**, in revista **de Legislação e Jurisprudência**, ano 137, no 3949, Marco/Abril, Coimbra Editora, 2008 p. 205. ARAÚJO, Maria Daniela Teixeira, **Eutanásia: uma dor silenciada?**, Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2013, p.7

²⁷ *Idem*

considerar-se objectivamente imputável aquele”²⁸ e que, segundo Jorge Figueiredo Dias, a qualifica como “a renúncia a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento intensivo que teriam uma virtualidade de prolongar a vida do paciente.”²⁹

Para este autor, esta forma de eutanásia “ocorre quando um médico que se encontra a tratar de um doente, omite prolongar a vida da vítima que renuncia a um tratamento que poderia possibilitar ao paciente uma vida mais longa. É considerada assim por ajuda à morte passiva: a não realização de um tratamento ou não internamento do doente (numa unidade de cuidados intensivos) ou a sua interrupção (v. g. a cessação da administração de medicamentos ou do funcionamento do aparelho de respiração assistida) quando tal se traduz num encurtamento do tempo de vida que ao paciente poderia ser artificialmente concedido.”³⁰

Para que se consiga perceber com maior clareza os diferentes significados, convém distinguir eutanásia de suicídio assistido, uma vez que, na eutanásia, é uma terceira pessoa que executa, enquanto no suicídio assistido é o próprio doente que provoca a sua morte, ainda que tenha a ajuda de terceiros.

Segundo António Brito, ainda se podem distinguir vários tipos de eutanásia, consoante os motivos pelos quais é praticada e os meios utilizados para a sua execução, bem como a pessoa que a concretiza.

- **A Eutanásia homicida** “consiste em dar a morte suave a alguém, encurtando-lhe a vida sem sofrimentos, está prevista no art. 133º do Código Penal constitui uma actuação prevista e querida pelo próprio agente, embora como modo de pôr termo ao insuportável sofrimento da vítima.”³¹ É uma forma de eutanásia muitas vezes chamada de provocada ou piedosa e é praticada frequentemente por compaixão.

²⁸ ARAÚJO, Maria Daniela Teixeira, **Eutanásia: uma dor silenciada?** Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2013, p.17

²⁹ *Idem*

DIAS, Jorge de Figueiredo, **A Ajuda a morte: uma consideração jurídico-penal**, in **revista de Legislação e Jurisprudência**, ano 137, no 3949, Março/Abril, Coimbra Editora, 2008 p.205.

³⁰ *Idem*

³¹ BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000. pp. 111-112

- A **Distanásia**³² é uma outra forma de eutanásia homicida, quando esta seja realizada por omissão. Distanásia, “é o arrastamento acriterioso de uma agonia prolongada que leva à morte com sofrimento físico ou psicológico do indivíduo lúcido, que apesar de ser condenável pela ética médica, não é punida no nosso ordenamento jurídico.”³³

Esta forma de eutanásia é igualmente conhecida como eutanásia indirecta, eventual ou “obstinação terapêutica”. Manifesta-se “na acção de administrar a um paciente em estado terminal e em situação de sofrimento atroz, meios para mitigar o seu sofrimento, coma eventual, mas em qualquer caso muito curta diminuição do tempo de vida.”³⁴

Na noção de distanásia, está implícita “a ideia de manter a vida a qualquer custo, mesmo que o doente esteja em agonia e rejeite continuar a viver.”³⁵

- Por **Ortotanásia**³⁶, ou eutanásia activa indirecta ou por omissão, entende-se “morte natural”. Nesta modalidade de eutanásia, existe a

³² Derivado do grego *Dis* = *Algo Mal Feito* + *Thanatos* = *Morte*, “considerada como uma *Má Morte*, ou morte dolorosa, é contrária à Eutanásia, uma vez que consiste no prolongamento da agonia de um doente em estado terminal, através de suportes de manutenção da vida que são supérfluos ou desnecessários, uma vez que não existe sequer a mínima perspectiva de cura ou melhoras da sua condição. “*O médico não deve, portanto, utilizar meios extraordinários ou “milagrosos” para prolongar a vida do doente para além do período natural, a menos que tal lhe tenha sido explicitamente pedido pelo mesmo.*” Remetendo-nos aqui para o regime do artigo 150º e 156º CP”.

BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000. cit. p.33

³³ *Idem*

³⁴ *Idem*

³⁵ *Idem*

³⁶ Derivado do grego *Orthós* = *Reto, Direito* + *Thanatos* = *Morte*, significa *Morte Natural*. “A Eutanásia pura consiste na aplicação de medidas lenitivas a pedido e consentidas pelo paciente terminal, ou seja, são os *cuidados paliativos*, (terminais), promovendo o bem-estar do paciente durante o seu processo de morte, a qual deverá ocorrer de forma natural, sem encurtamento do fim da vida. De destacar aqui o pedido e o consentimento do enfermo, como garantia de não punibilidade, a qual também se verifica nos casos em que tal conduta corresponda à vontade presumida do doente, quando este já não consegue emitir a declaração de vontade.”

SANTOS, Alfredo José Andrade, **Os Problemas Penais da Eutanásia e o Suicídio Assistido**, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2016, pp.18-19

PÊCEGO, António José F. de S. **Eutanásia: Uma (re)leitura do instituto à luz da dignidade da pessoa humana**. D’Plácido Editora, 2015. p.91

BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000. p.112

desistência de tratamentos que se destinam a prolongar a vida de um doente incurável e em sofrimento, permitindo assim, pelas palavras de António Brito, que “o paciente possa morrer sem sofrimento e com dignidade, encarando o processo de morrer como algo natural e deixando a doença, sem prognóstico de cura, seguir o seu curso normal. Ao paciente apenas se oferecem meros suportes paliativos.”³⁷

Esta eutanásia activa indirecta, “é tida como não constituindo nem homicídio, nem homicídio a pedido, desde que corresponda à vontade, real ou presumida do paciente.”³⁸

Na Ortotanásia, e tal como refere o mesmo autor, o objectivo não é provocar propositadamente a morte, mas ir aos poucos interrompendo todos os tipos de tratamento, fazendo com que o doente acabe por falecer, por causa desta falta de cuidados médicos, farmacológicos, entre outros.

“Não há um acto que provoque a morte (como na eutanásia ativa) mas também não há nenhum que a impeça (como na distanásia).”³⁹

- A **Eutanásia a pedido da vítima**, consagrada no art. 134º do Código Penal (daqui em diante CP), é das modalidades mais comuns, sendo por isso designada como eutanásia comum. É sempre voluntária, porque é feito um “pedido instante, expresso e sério, feito por doente incurável em estado terminal, de forma a aliviá-lo da sua agonia e sofrimento.”⁴⁰

Esta forma de eutanásia, “é uma eutanásia forçada e determinada pelo pedido da vítima, pelo que tem uma moldura penal mais atenuada comparativamente ao homicídio privilegiado e que está previsto no art. 133º do CP.”⁴¹

CAMPOS, Diogo Leite de, CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu, **Pessoa Humana e Direito**, Almedina, 2009. p.43

GODINHO, Inês Fernandes, **Eutanásia, Homicídio a Pedido da Vítima e os Problemas de Participação em Direito Penal**, Coimbra Editora, 2015, cit. p. 247.

³⁷ DIAS, Cláudia Isabel Oliveira, **A Eutanásia: Os trilhos litigantes entre o direito e uma morte digna e o direito à vida-perspectiva jurídico penal**. Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2013, p.41.

Cfr. José Figueiredo Dias. p.211

³⁸ *Idem*

³⁹ *Idem*

⁴⁰ *Idem*

⁴¹ *Ibidem* p.113

- A **Eutanásia eugénica**, segundo António Brito, “(...) consiste na eliminação sem sofrimento dos débeis, aleijados, anormais, tarados, psicopatas, criminosos pervertidos, alcoólicos ou enfermos, que por razões de hereditariedade, seriam nocivos à sociedade, impedindo-se assim a propagação de tais problemas.”⁴² É uma eutanásia involuntária, estando proibida em todos os ordenamentos jurídicos.
- A **Eutanásia económica**, “visa à eliminação sem dor dos doentes terminais, aliviando a sociedade dos custos inerentes à sua manutenção.”⁴³ Este tipo de Eutanásia foi utilizada durante a Segunda Guerra Mundial, por Hitler, “não só para eliminar os doentes e parasitas inúteis da sociedade (...), como também para suprimir todos os Judeus e indivíduos que não reunissem determinados requisitos tidos como essenciais para o apuramento da raça da nação (pele clara e olhos azuis).”⁴⁴ É uma Eutanásia proibida em todos os ordenamentos jurídicos, sendo uma eutanásia involuntária, tal como a eutanásia eugénica.
- A **eutanásia suicida ou libertadora**, citando António Brito, “ocorre quando o doente incurável provoca a morte pelos seus próprios meios.”⁴⁵ Neste caso, não se verifica uma situação de suicídio assistido⁴⁶, dado que o doente consegue concretizar sozinho a sua intenção de morrer⁴⁷, ou seja, é “um comportamento voluntário dirigido à própria morte, possuindo o autor o domínio do acontecimento, e a consciência bastante

⁴² BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000. p.114

⁴³ PÊCEGO, António José F. de S. **Eutanásia: Uma (re)leitura do instituto à luz da dignidade da pessoa humana**. D'Plácido Editora, 2015. p.90

BRITO, op.cit.p.114

⁴⁴ *Idem*

⁴⁵ *Ibidem* p.115

⁴⁶ O suicídio deriva do latim —*sui*” (de si) e —*caederell* (matar), que significa —morte do próprio. Ou seja, é o próprio que tem o domínio do acontecimento, tendo de existir —sempre voluntariedade, lucidez, e é quase sempre praticado sem impulsividade e com ponderada meditação.

⁴⁷BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000. p.115

para compreender o sentido da sua conduta.”⁴⁸ Neste caso, é o doente que “solicita o auxílio de uma outra pessoa para morrer, contudo o médico poderá ou não estar presente quando o doente decidir tomar os fármacos, visto que é o mesmo que tem o controlo sobre toda a situação, diferindo assim da eutanásia em que a última acção é levada a cabo não pelo próprio, mas por terceiro.”⁴⁹

- E, por fim, a **eutanásia lenitiva** que consiste na “utilização de meios eliminadores ou atenuadores do sofrimento do doente, com a conservação da sua vida e sem o seu encurtamento.”⁵⁰ Esta prática de eutanásia é lícita, uma vez que não é proibida por qualquer norma legal ou deontológica.

⁴⁸ *Idem*

⁴⁹ PARDAL, Cristina Sofia de Oliveira, **Eutanásia-Representações Sociais**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016, p.29

⁵⁰ BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000. p.115

Início da Vida

Em primeiro lugar, apenas se poderá falar de eutanásia, no momento em que percebermos quando tem início a vida. Por isso, é importante saber quando começa a vida humana, primeiro na Biologia e depois no Direito.

A vida começa com a concepção, sendo, por isso, a partir deste momento, que surge a vida humana para a Biologia. Segundo o Professor Doutor Diogo Leite de Campos, “(...) da fusão do óvulo com o espermatozóide resulta um ser novo e original em relação aos seus progenitores. Graças a um património genético completo, tem início um processo de desenvolvimento cujo objectivo é o aparecimento de uma pessoa.”⁵¹

O termo “vida”, citando Inês Fernandes Godinho, significa “estar vivo, por oposição a ainda não viver ou estar morto (...). Vida é a realidade de estar vivo, de ser um corpo animado.”⁵² Esta noção de vida para o direito torna-se parca, uma vez que “não tem em conta a singularidade de cada vida humana que fundamenta, também, o valor atribuído à sua protecção.”⁵³

Para o Direito, é a vida humana, enquanto manifestação desta união, o objecto de protecção.

A aptidão para se ser titular autónomo de direitos e obrigações, ou de relações e outras situações jurídicas, é reconhecida às pessoas singulares no artigo 66º, nº1 do Código Civil.

O início da vida humana, em termos jurídicos, não é a mais consensual, por isso mesmo, existem várias orientações, sendo uma delas a que defende o início da vida de acordo com o artigo 66º, n.º 1 do Código Civil, “há nascimento completo no momento da separação plena ou total do filho relativamente ao corpo materno, normalmente com o corte umbilical. Por outro lado, haverá nascimento com vida quando, após aquela separação, com o nascido a respirar ou manifestar quaisquer outros sinais de presença de energia vital, como

⁵¹CAMPOS, Diogo Leite de; BARBAS, Stela. **O Início da Pessoa Humana e da Pessoa Jurídica**. p. 1, que pode ser consultado em:

<https://portal.oa.pt/upl/%7B0792df85-aaaa-47db-a7ec-c3bb7a4f2b6c%7D.pdf>

⁵² GODINHO, Inês Fernandes. **Problemas jurídico-penais em torno da vida humana**. p.2, que pode ser consultado em:

https://www.uc.pt/fduc/projectos_investigacao/PTDC_CPJ_JUR_111289_2009/pdf/Problemas_vida_humana.pdf

⁵³ *Ibidem*

pulsações do coração, havendo processos médicos aptos para determinar se o recém-nascido respirou ou não após parto.”⁵⁴

Para os opositores modernos, não faz sentido adquirir personalidade jurídica antes do nascimento completo e com vida. O nascituro⁵⁵ não obtém personalidade jurídica.

Em segundo lugar, “não se exige o nascimento com figura humana ao invés dos artigos 110º e 1176º do Código Civil de Seabra e actualmente do artigo 30º do Código Civil Espanhol. Considerando-se que em 1966 destituídas de fundamento quer a velha crença romana de que a mulher podia dar à luz monstros, quer a justificabilidade do requisito da figura humana no caso de nascimento tão prematuro, que o feto não tivesse configuração humana se viesse vivo, neste argumento o processo normal de gestação humana e o problema que aí se coloca é outro, o da viabilidade do feto prematuro nascido vivo, cuja viabilidade a nossa lei não exige.”⁵⁶

Assim, segundo Capelo de Sousa, “o feto nascido prematuro, desde que vivo, tem personalidade jurídica, mesmo que seja um dos sêxtuplos muito prematuros, resultante de uma fertilização *in vitro*.”⁵⁷

Em terceiro lugar, “não se exige prazo de garantia da viabilidade de sobrevivência pós parto, ao contrário do artigo 30º do Código Civil Espanhol que impõe a vivência do feto, vinte e quatro horas inteiramente desprendido do ventre materno, ou seja, entre nós e no comum das legislações (alemã, francesa e italiana) basta que o nascido se tenha desprendido completamente do corpo da mãe e após isso tenha respirado uma vez, para ter personalidade jurídica.”⁵⁸

Segundo o Professor Menezes Cordeiro, “o momento decisivo em termos jurídicos é o nascimento. É a partir de aqui que a vida humana se torna um centro autónomo de imputação de normas jurídicas.”⁵⁹ Isto quer dizer, que “a vida

⁵⁴ *Apud.* SOUSA, Rabindranath Capelo de. **Teoria Geral do Direito Civil**. Coimbra: Coimbra Editora, VOL. I, 2003, p.263

⁵⁵ Os **nascituros** são os seres humanos já concebidos, mas ainda não nascidos, sendo o respectivo nascimento provável. Os concepturos são projectos de concepção de seres humanos, cuja concepção e nascimento se prevêem como possíveis
SOUSA, Rabindranath Capelo de. **Teoria Geral do Direito Civil**. Coimbra: Coimbra Editora, VOL. I, 2003, p. 265.

⁵⁶ *Ibidem* p.263 e 264

⁵⁷ *Idem*

⁵⁸ *Idem*

⁵⁹ CORDEIRO, António Menezes, **Tratado de Direito Civil Português III**, 4ª. Ed., Almedina, 2019, p. 437

humana assume-se como realidade com valoração, enquadramento e feitos jurídicos próprios. Desde logo, é necessário o nascimento completo e com vida para a atribuição de personalidade⁶⁰ e capacidade jurídicas⁶¹.⁶²

A redacção do art. 66º do Código Civil determina que a personalidade se adquire no momento do nascimento completo e com vida, conferindo a lei que os direitos dependem do seu nascimento. Já a Constituição da República Portuguesa não garante apenas o direito à vida, protege a própria vida humana, independentemente do seu titular, como valor ou bem. O art. 24º da Constituição da República Portuguesa, enquanto valor ou bem constitucional, abrange toda a vida humana, em todas as suas fases, protegendo-a desde a sua concepção até ao momento da sua morte.

Posto isto, o direito à vida, engloba toda a vida humana deste o início, pelo que o nascituro, enquanto titular de direito à vida, tem personalidade jurídica e é titular do Direito Fundamental “Vida”, isto é, direito de existir. Este direito é inerente a todo o ser humano, pelo que é um direito natural que nasce com o próprio ser humano. Ao adquirir personalidade, este passa a ter capacidade para adquirir direitos (como por exemplo, o direito à vida) e contrair obrigações.

⁶⁰ **Personalidade jurídica,** “é a qualidade determinante do ser do sujeito de direito, ou seja, a aptidão para ser titular autónomo de direitos e obrigações, para ser um centro independente de imputação e de irradiação de efeitos jurídicos materiais e processuais. Tem maior importância no comércio jurídico, porque apenas os entes dotados de personalidade jurídica, podem ser sujeitos plenos de direitos e obrigações”.

SOUSA, Rabindranath Capelo de. **Teoria Geral do Direito Civil**. Coimbra: Coimbra Editora, VOL. I, 2003, p.263

⁶¹ **Capacidade jurídica,** “trata-se da qualidade ou aptidão para se ser titular de um círculo maior ou menor, de direitos e obrigações de relações jurídicas. Não se compreenderia que um sujeito tivesse personalidade jurídica e não fosse susceptível de ser titular de um qualquer conjunto de direitos e obrigações, por mínimo que consistisse. Na distinção entre personalidade jurídica e capacidade jurídica reside em que a personalidade jurídica de uma qualquer pessoa jurídica, uma vez iniciada, mantém-se inalterável ao longo do tempo até ao seu termo, enquanto a capacidade jurídica de determinada pessoa pode sofrer alterações durante a sua existência”.

SOUSA, Rabindranath Capelo de. **Teoria Geral do Direito Civil**. Coimbra: Coimbra Editora, VOL. I, 2003, p.263

⁶² Artigo 66º do Código Civil

Havendo protecção legal do direito à vida desde o início da personalidade jurídica, a violação deste direito consagra consequências penais e civis.

Fim da Vida Humana

O termo morte provém do latim *mors* que significa o fim da vida. Para o Direito, é neste momento que a personalidade cessa, com a morte, tal como refere o artigo 68º do Código Civil, deixando o Homem de ser pessoa.

Por sua vez, Inês Godinho refere que “a morte pode ser um longo e ininterrupto processo de deterioração das funções vitais e mesmo psíquicas, e não apenas a falência irreversível do tronco cerebral.”⁶³

Por isso, é nestes termos que se considera que uma pessoa morreu, quando as funções cerebrais já não funcionam e é impossível retomar ao seu estado inicial, cessando assim para o Direito a sua personalidade jurídica.

De acordo com Rui Januário e André Figueira, considera-se o fim da vida humana quando é declarada a morte “segundo critérios médicos estabelecidos, se verifique paragem irreversível das funções respiratórias, circulatória e cerebral, incluindo o tronco cerebral.”⁶⁴

Conforme o artigo 2º da Lei n.º 141/99, de 28 de Agosto, “a protecção do bem jurídico-penal Vida humana termina quando acontecer o fenómeno morte, ou seja, a cessação irreversível das funções do tronco cerebral, isto porque o direito penal adopta o critério de morte cerebral, tal como a ciência médica, para que seja assegurado o igual valor de todas as vidas até ao seu fim.”⁶⁵

“O critério de morte implica uma concepção ética da finitude do Homem. O término da vida demarca o fim da protecção jurídico-penal da mesma.”⁶⁶

⁶³ PARDAL, Cristina Sofia de Oliveira, **Eutanásia-Representações Sociais**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016, p.18

⁶⁴ *Idem*

Cfr. JANUÁRIO, Rui e FIGUEIRA, André. **O Crime de Homicídio a Pedido – Eutanásia: Direito a Morrer ou Dever de Viver**. Quid Juris, 2009, p. 249

⁶⁵ COUTO, Diana Sofia Ferreira. **A autodeterminação e a eutanásia: análise a partir das neurociências**. Coimbra: Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado, 2017, p.40. Conforme o art.2º da Lei da verificação da morte, Lei nº141/99 de 28 de Agosto

⁶⁶ DIAS, Cláudia Isabel Oliveira. **A Eutanásia: Os trilhos litigantes entre o direito a uma morte digna e o direito à vida – perspectiva jurídico-penal**. Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2013, p.19

O Direito português, mais concretamente o direito penal, tem seguido “um critério de morte para que seja assegurado o igual valor de todas as vidas até ao seu fim.” Logo, neste sentido, deixa de existir pessoa humana quando ocorre a cessação irreversível das funções do tronco cerebral, e, portanto, temos a chamada morte cerebral.”⁶⁷

Na eutanásia estão também em causa questões de direito penal, uma vez que só “distingue entre a realidade de estar vivo e a realidade de estar morto, não distinguindo o bem jurídico fim da vida, o que não acontece com o início da vida, diferenciando da vida intra-uterina e a vida da pessoa já nascida.”⁶⁸

Neste caso, para o Direito, o momento que tem maior relevância, “é o momento em que deixa de existir pessoa jurídica, pessoa enquanto titular de direito e obrigações. Assim, o conceito actual de morte está associado à morte cerebral”⁶⁹, e é com esta morte que cessa a personalidade jurídica, o que não implica necessariamente a extinção de alguns direitos, uma vez que estes serão transmitidos aos seus herdeiros.

Com a morte cerebral, termina o direito à vida. Com a morte, termina a personalidade, deste modo, não se pode constituir um direito em algo que já não existe. Com a morte, perdem-se direitos, não se adquirem.

Assim, a morte traz consequências jurídicas, uma vez que deixará de existir vida humana, cessando assim a protecção penal (ao direito à vida).

GODINHO, Inês Fernandes. **Implicações Jurídico-Penais do Critério de Morte, a propósito do Colóquio Internacional -As novas questões em torno da vida e da morte em Direito Penal**, 2009, p.1

⁶⁷ Disposto no art. 2.º da Lei n.º 141/99, de 28 de Agosto.

COUTO, Diana Ferreira. **A Justiça Penal Relativamente ao Bem Jurídico “Vida Humana”**.p..193

que pode ser consultado em:

<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/7732/A%20justiça%20penal%20relativamente%20ao%20bem%20jurídico%20“Vida%20Humana”.pdf?sequence=1>

⁶⁸ *Idem*

⁶⁹ PARDAL, Cristina Sofia de Oliveira, **Eutanásia-Representações Sociais**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016, p.19

Direitos de Personalidade

Antes de se falar sobre a dignidade da pessoa humana e o direito à vida na perspectiva constitucional, é importante distinguir para melhor compreensão direitos de personalidade, direitos fundamentais, direitos humanos e direitos subjectivos, uma vez que estão todos relacionados com o nosso estudo.

Sendo o ser humano possuidor de personalidade jurídica, e sendo esta uma característica natural de todo o homem, com a personalidade jurídica, surgem os Direitos de Personalidade.

Os direitos de personalidade, na visão de alguns doutrinadores, são “os guardiões dos bens mais preciosos da pessoa humana”, tais como a vida, a integridade física, entre outros.

As características principais dos direitos de personalidade são as seguintes: inalienáveis, impenhoráveis, imprescritíveis, irrenunciáveis, indisponíveis, inatos, absolutos, extrapatrimoniais, necessários e, por fim, vitalícios. Mas, no nosso estudo, as características que se destacam e que têm maior relevo são: a intransmissibilidade, a irrenunciabilidade, a indisponibilidade e o carácter absoluto dos direitos de personalidade.

A intransmissibilidade dos direitos de personalidade determina que estes são impossíveis de serem transmitidos pelo seu titular para outra pessoa, ou seja, estes não podem ser cedidos, alienados a favor de outrem.

Relativamente à irrenunciabilidade, neste sentido “a renúncia de qualquer direito de personalidade afectaria a sua inviolabilidade e significaria renunciar-se a si mesmo, para converter-se de sujeito em objecto”⁷⁰ ou seja, não pode o titular do direito de personalidade renunciar/abdicar aos direitos de personalidade em si, ou seja, ninguém pode dizer que não quer fazer uso dos seus direitos.

⁷⁰ CUNHA, Guilherme Gratão, **Direitos de Personalidade: Violação ao Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada**, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2019, p.46

Os Direitos de Personalidade não comportam renúncia de direitos, apenas sendo permitida, em alguns casos, a figura da Limitação Voluntária⁷¹ (artigo 81º do CC), o titular não pode renunciar dos seus direitos naturais na ordem civil.⁷²

São também indisponíveis, uma vez que o seu titular não pode usá-los como bem entender, ou seja, são insusceptíveis de disposição.

E por fim, absolutos, porque são oponíveis contra todos (*erga omnes*) e devem ser respeitados, por todos.

Em suma, os direitos de personalidade são os meios pelos quais é garantida a efectividade da personalidade jurídica, são próprios da pessoa em si, como ser humano, e existem desde o seu nascimento, permitindo ao seu titular o gozo pleno da sua vida.

Direitos Fundamentais

Torna-se importante fazer uma distinção entre direitos de personalidade e direitos fundamentais.

A maioria dos direitos de personalidade são tratados como direitos e garantias fundamentais. Existem diferenças entre estes dois direitos: por um lado, os direitos de personalidade “exprimem aspectos que não podem deixar de ser conhecidos sem afectar a própria personalidade humana”⁷³, por outro lado, os direitos fundamentais, “demarcam em particular a situação do cidadão perante o Estado, com a preocupação básica da estruturação constitucional.”⁷⁴ Os princípios do Direito Civil são em regra princípios constitucionais, pois, por serem comuns, podem ou não ter assento na Constituição. Parafraseando Gomes Canotilho, muitos dos direitos fundamentais são direitos de

⁷¹ Artigo 81º do Código Civil -**Limitação voluntária dos direitos de personalidade**-“ 1. Toda a limitação voluntária ao exercício dos direitos de personalidade é nula, se for contrária aos princípios da ordem pública; 2. A limitação voluntária, quando legal, é sempre revogável, ainda que com obrigação de indemnizar os prejuízos causados às legítimas expectativas da outra parte.”

⁷² CUNHA, Guilherme Gratão, **Direitos de Personalidade: Violação ao Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada**, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2019, p.49

⁷³ BELTRÃO, Sílvia Romero. **Direito da Personalidade: Natureza Jurídica, Delimitação do Objeto, Relações com o Direito Constitucional**. In: Joyceane Bezerra de Menezes. (Org.). *Dimensões Jurídicas da Personalidade na Ordem Constitucional Brasileira*. 1 ed. Florianópolis: Conceito, 2010, v. 1, p. 221, que pode ser consultado em http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013_01_00203_00228.pdf

⁷⁴ *Idem*

personalidade, mas nem todos os direitos fundamentais, são direitos de personalidade.⁷⁵

O que assemelha os direitos de personalidade dos direitos fundamentais, “são as posições jurídicas do homem que ele tem pelo simples facto de nascer e viver”, isto quer dizer que, “ são aspectos imediatos da exigência de integração do homem, e ainda condições essenciais ao ser e dever ser.”⁷⁶

Neste sentido, e concordando com Menezes Cordeiro, todos os direitos de personalidade são direitos fundamentais, portanto qualquer autolimitação de um direito de personalidade, é simultaneamente uma autolimitação de um direito fundamental.

No âmbito desta problemática, é nos primeiros artigos da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 1º e 2º, que se refere que a base do nosso ordenamento jurídico se encontra “na dignidade da pessoa e na vontade popular estando empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária (...), tendo sempre presente que, como Estado de Direito democrático, é imperativo (...) o respeito e a garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais.”⁷⁷

Como refere Jorge Miranda, conhecido constitucionalista português, “por direitos fundamentais entendemos os direitos ou as posições jurídicas activas das pessoas enquanto tais, individual ou institucionalmente consideradas, assentes na Constituição, seja na Constituição formal, seja na Constituição material”⁷⁸, e ainda acrescenta que “os direitos fundamentais podem ser entendidos *prima facie* como direitos inerentes à própria noção de pessoa, como direitos básicos de pessoa, como os direitos que constituem a base jurídica da vida humana no seu nível actual de dignidade.”⁷⁹

⁷⁵ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e a Teoria da Constituição**, 7ª Ed-Reimpressão 2019., Almedina, 2018, p.396

⁷⁶ BELTRÃO, Sílvia Romero. **Direito da Personalidade: Natureza Jurídica, Delimitação do Objecto, Relações com o Direito Constitucional**. In: Joyceane Bezerra de Menezes. (Org.). Dimensões Jurídicas da Personalidade na Ordem Constitucional Brasileira. 1 ed. Florianópolis: Conceito, 2010, v. 1, p. 222, que pode ser consultado em http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013_01_00203_00228.pdf

⁷⁷ Disposição dos artigos 1º e 2º da Constituição da República Portuguesa.

⁷⁸ MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**, Tomo IV: **Direitos Fundamentais**, 9.ª Ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 7.

⁷⁹ *Idem*

Isto quer dizer que “numa vertente formal, os direitos fundamentais devem ser entendidos como posições jurídicas da pessoa, na sua dimensão individual, colectiva ou social, que, por decisão expressa do legislador, foram assentes no catálogo dos direitos fundamentais da Constituição; ao passo que, os direitos fundamentais em sentido material são aqueles que, apesar de se encontrarem fora do catálogo, pelo seu conteúdo e pela sua importância podem ser equiparados aos direitos formalmente fundamentais.”⁸⁰

O artigo 16º, nº1 da Constituição da República Portuguesa, estabelece que “os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional.”⁸¹

Os direitos fundamentais, têm como principal objectivo, proteger e garantir os direitos da pessoa humana que vive em sociedade.

Ao classificar-se os direitos fundamentais, “entende-se que eles tratam de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana dificilmente se realiza, convive socialmente e, por vezes, não consegue sequer sobreviver.”⁸²

Como refere Mário Raposo, “a formulação constitucional é expressão da dimensão dos direitos fundamentais como uma ordem objectiva de valores. Na perspectiva liberal-individualista, os direitos fundamentais são basicamente espaços de autonomia, reservas impenetráveis (como preciosa herança do estado de natureza), que impõem a abstenção do Estado. Nesta perspectiva, os direitos fundamentais integram-se numa ordem objectiva e coerente de valores pré-estadual e indisponível, que se impõem ao próprio titular como inalienáveis, e que serve de cimento unificador de toda a ordem jurídica.”⁸³

É de mencionar que existem vários direitos fundamentais dispersos e que devem ser tratados como tal, ou seja, “são direitos fundamentais formalmente constituídos que estão fora do catálogo da Parte I da Constituição da República Portuguesa, sendo que alguns são de natureza análoga aos Direitos, Liberdades e Garantias, que são direitos que não estão expressamente referidos no catálogo

⁸⁰ TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015, p.13

⁸¹ *Idem*

⁸² *Ibidem* p.14

⁸³ A Eutanásia em face da Constituição Portuguesa, que pode ser consultado em: <https://tvtd.up7.pt/wp/2018/04/01/a-eutanasia-em-face-da-constituicao-portuguesa/>

dos Direitos, Liberdades e Garantias, mas que beneficiam de um regime jurídico-constitucional idêntico aos destes, e outros são direitos que se aproximam dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (art. 17.º da CRP).”⁸⁴

Relativamente à força jurídica dos direitos fundamentais na Constituição da República Portuguesa (daqui em diante CRP), estabelece no seu nº 1, do artigo 18º, em conjunto com o artigo 16º e 17º da Constituição, “os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas”, no seu nº 2, que “a lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”, e no seu nº 3, que “as leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.”⁸⁵

É neste mesmo artigo que se encontram os princípios fundamentais respeitantes aos Direitos, Liberdades e Garantias em termos constitucionais. Uma vez que no nº 1 “especifica o carácter legalmente imposto pelos preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias, ainda nos números 2 e 3 se estabelecem, de uma forma mais ampla, as leis restritivas e se limita as intervenções do legislador quanto aos Direitos, Liberdades e Garantias.”⁸⁶

Uma das características que resulta da “força jurídica imposta pela Constituição da República Portuguesa aos Direitos, Liberdades e Garantias é a da aplicabilidade directa dos mesmos (nº 1 do art. 18.º da CRP).”⁸⁷

Neste caso, “a aplicabilidade directa das normas constitucionais sobre direitos fundamentais, determinando que os direitos fundamentais deixem de ter a sua eficácia concreta “prisoneira” da vontade do legislador, tornando imediatamente operativas as normas jusfundamentais consagradas na

⁸⁴ *Ibidem* p.16

⁸⁵ TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015, p.17

⁸⁶ *Idem*

⁸⁷ *Idem*

Constituição junto de qualquer aplicador (público ou privado) do Direito, envolve duas principais manifestações:

- (i) as normas constitucionais dotadas de aplicabilidade directa dispensam a existência de lei para produzirem efeitos reguladores das situações concretas factuais, razão pela qual a ausência de intervenção legislativa nunca paralisa o efeito conformador da realidade material: todo o aplicador do Direito se encontra vinculado a aplicar as normas constitucionais sobre direitos fundamentais, prescindindo-se aqui do princípio da precedência de lei, nunca se mostrando legítimo recusar a aplicação de tais normas jusfundamentais no facto de inexistir lei que estabeleça essa obrigação concreta;
- (ii) a aplicação directa das normas constitucionais sobre direitos fundamentais envolve ainda a faculdade de o respectivo aplicador lhes conferir preferência sobre as leis em sentido contrário: a aplicabilidade directa das normas constitucionais confere uma inerente competência de rejeição da aplicação de toda e qualquer norma infraconstitucional que, violando tais normas constitucionais sobre direitos fundamentais, se mostre ser ostensivamente inconstitucional.”⁸⁸

Sendo assim, as normas relativas aos Direitos, Liberdades e Garantias “prevalecem mesmo que estejamos perante o caso de ausência de lei ou de uma lei que os viole, sendo que neste caso se trataria de uma norma considerada inconstitucional.”⁸⁹

Importa ressaltar que “o facto de serem directamente aplicáveis não dispensa, porém, a investigação dos pressupostos de aplicabilidade directa. Com efeito, e em primeiro lugar, a aplicabilidade directa não significa que as normas garantidoras de direitos, liberdades e garantias configurem, desde logo, direitos subjectivos absolutos e autónomos susceptíveis de poderem valer como

⁸⁸ TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015, p.17

⁸⁹ *Idem*

alicerce jurídico necessário e suficiente para a demanda de posições jurídicas individuais.”⁹⁰

A aplicabilidade directa “não dispensa, em segundo lugar, um grau suficiente de determinabilidade, isto é, um conteúdo jurídico suficientemente preciso e determinável, quanto aos pressupostos de facto, consequências jurídicas e âmbito de protecção do direito invocado, sendo a própria Constituição a dizer que, em certos casos, se torna indispensável uma lei concretizadora.”⁹¹

Em terceiro lugar, “a aplicabilidade directa transporta, em regra, direitos subjectivos, o que permite: (1) invocar as normas consagradoras de direitos, liberdades e garantias na ausência de lei; (2) invocar a invalidade dos actos normativos que, de forma directa, ou mediante interpretação, infrinjam os preceitos consagradores de direitos, liberdades e garantias, impondo-se, assim, na solução dos casos concretos, contra a lei e em vez da lei, ou contra determinada interpretação da lei.”⁹²

Confirmando-se assim, a essencialidade dos direitos fundamentais para a certificação da dignidade da pessoa humana, a sua liberdade e igualdade, sendo indispensáveis para o desenvolvimento saudável do ser humano, bem como da sociedade. Podem estar plasmados tanto na CRP, como em Tratados Internacionais ou, “(...) sendo simplesmente reconhecidos e equiparados pelo seu conteúdo e importância, estando constitucionalmente protegidos para que a sua força normativa esteja ressalvada pela imposição de diversos e severos requisitos quanto às leis restritivas que a seu respeito possam vir a existir.”⁹³

Torna-se importante falar da Declaração Universal dos Direitos do Homem, uma vez que, no artigo 16, nº2 da Constituição da República Portuguesa, se refere que “os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem”, visto que a mesma foi criada, devido à crescente preocupação internacional em proteger e preservar os direitos do homem, que enumera e define, com a clara intenção de enunciar os

⁹⁰ *Idem*

⁹¹ *Idem*

⁹² TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015, p.18
OTERO, Paulo. **Instituições Políticas e Constitucionais**, Volume I, Coimbra: Almedina, 2009, p. 590-591.

⁹³ *Idem*

direitos fundamentais, civis, políticos e sociais, que todos os seres humanos devem gozar, sem que exista discriminação de qualquer natureza, quer em função de sexo, raça, nacionalidade, religião, etc.; assumindo uma grande relevância “(...) como parte essencial da ideia de Direito à luz da qual todas as normas constitucionais – e, por conseguinte, toda a ordem jurídica portuguesa – têm de ser pensadas e postas em prática.”⁹⁴

Direitos Humanos

A análise dos direitos humanos e dos direitos de personalidade é importante para a compreensão da dimensão jurídica da Personalidade. Por isso, torna-se importante analisar algumas características que os distinguem e que, por outro lado, os aproximam na protecção da pessoa em sociedade.

Um das principais distinções entre estes dois direitos diz respeito à natureza de tais direitos. Existe a divisão entre Direito Público e Direito Privado. Esta distinção advém do Direito Romano e serve para uma melhor compreensão do fenómeno jurídico. O Direito Público é “o conjunto de normas que regulam as relações jurídicas entre o particular e o Estado, ou entre Estados (...)”⁹⁵ onde se encontra o Direito Constitucional e Direito Penal. No Direito Privado, destaca-se o Direito Civil, que aborda “ (...) assuntos entre particulares, com interesses extremamente ligados a actos jurídicos dessa natureza.”⁹⁶

Posto isto, os Direitos Humanos são Direito Público, porque “regulam primeiramente imposições entre Estados na defesa do cidadão”⁹⁷, enquanto que os Direitos de Personalidade, sendo direitos pessoais, estão inseridos na legislação civilística e são classificados Direito Privado.

Ambos procuram regular direitos básicos da pessoa (o direito à vida, à liberdade, à reserva da intimidade, entre outros). Ao tutelarem direitos semelhantes são confundidos, por vezes, quanto ao mesmo instituto jurídico,

⁹⁴ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui. **Constituição Portuguesa Anotada**, Tomo I, 2ª.Ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010, p.140.

⁹⁵ CUNHA, Guilherme Gratão, **Direitos de Personalidade: Violação ao Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada**, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2019, p.51

⁹⁶ *Idem*

⁹⁷ CUNHA, Guilherme Gratão, **Direitos de Personalidade: Violação ao Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada**, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2019, p. 52

embora, na realidade, sejam distintos. Quando se fala da Eficácia Imediata, torna-se evidente essa distinção, uma vez que os Direitos Humanos advêm de Convenções Internacionais, precisam de passar por vários actos solenes até serem aprovados e vigorarem na nossa lei interna. No caso dos Direitos de Personalidade, estes já estão inseridos no nosso ordenamento jurídico, sendo a sua eficácia imediata logo que a lei entra em vigor.⁹⁸

A principal ideia dos Direitos Humanos é garantir, na ordem jurídica, a delimitação e protecção da Dignidade da Pessoa Humana, sendo considerados como protectores dos Direitos Naturais, tanto no campo constitucional (Direitos Fundamentais) como no âmbito civil (Direitos das Personalidades).

Em suma, os direitos humanos são protectores dos direitos naturais, são os direitos de todas as pessoas, bem como, os direitos da pessoa humana reconhecidos pelas normas de Direito internacional em vigor (que podem assumir a forma de normas convencionais, costumes ou princípios do Direito internacional).⁹⁹

Direitos Subjectivos

Os Direitos de Personalidade são os direitos inerentes à pessoa humana, não impedindo que sejam considerados como direitos subjectivos.

O Direito Subjectivo é entendido como a “ faculdade concedida ao sujeito de agir, (...), sendo o seu actuar pautado nas normas, regras e princípios previstos no ordenamento jurídico, que é o direito objectivo.”¹⁰⁰

Existem autores que defendem os direitos de personalidade como direitos subjectivos, considerando-os como “aquele direito que respeita a incidência da vontade do sujeito sobre a tutela do interesse”¹⁰¹, ou seja, neste caso, a protecção é colocada nas mãos do titular de direitos, podendo o seu titular fazer o que entender.

⁹⁸ CUNHA, Guilherme Gratão, **Direitos de Personalidade: Violação ao Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada**, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2019, p. 52

⁹⁹ *Idem*

¹⁰⁰ *Ibidem* p.47

¹⁰¹ FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues, **Os Direitos da Personalidade como Direitos Essenciais e a Subjectividade do Direito**, Revista Jurídica Cesumar, v.6, nº1, 2006, p.257

Entende Francisco Amaral que os direitos de personalidade se relacionam com os direitos subjectivos. Para este autor, “os direitos da personalidade, como direitos subjectivos, conferem ao titular o poder de agir na defesa dos bens ou valores essenciais da personalidade, que compreendem, no seu aspecto físico o direito à vida e ao próprio corpo, (...), e no aspecto moral o direito à liberdade (...) e ainda, o direito de exigir de terceiros o respeito desses direitos.”¹⁰²

Concordamos que os direitos de personalidade são direitos subjectivos, uma vez que têm como objectivo proteger e agir em defesa dos valores essenciais da vida humana, a personalidade, que compreende o direito à vida. Como direitos subjectivos que são, “têm como carácter imanente a possibilidade de o sujeito provocar a actuação de uma sanção, e não a possibilidade de pôr fim ao próprio direito.”¹⁰³

Os direitos subjectivos são direitos naturais, porque estão na natureza do homem, nascem com o homem.

¹⁰² AMARAL, Francisco. **Direito Civil- Introdução**. Editora Saraiva, 10ª Edição, 2018, p. 246.

¹⁰³ FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues, **Os Direitos da Personalidade como Direitos Essenciais e a Subjectividade do Direito**, Revista Jurídica Cesumar, v.6, nº1, 2006, p.258

Colisão de Direitos Fundamentais

Uma das principais funções do Estado é a de garantir os direitos para todos os cidadãos, regulando esse exercício e procurando criar as melhores condições para o seu desenvolvimento e implementação. Tem também como função prevenir e resolver eventuais conflitos da vivência em sociedade. A razão de existência do Estado e dos seus textos constitucionais assenta no indivíduo e na garantia dos seus direitos. Para minimizar ou até acautelar os conflitos, que possam surgir entre direitos fundamentais, ou até mesmo destes com outros bens jurídicos constitucionalmente protegidos, têm de existir normas. Assim, encontramos-nos “perante uma colisão de direito.”¹⁰⁴

Segundo Gomes Canotilho, existem duas maneiras de colisão de direitos, uma autêntica e outra em sentido impróprio, pois, “considera-se existir uma colisão autêntica de direitos fundamentais quando o exercício de um direito fundamental por parte do seu titular colide com o exercício do direito fundamental por parte de outro titular.”¹⁰⁵ Em sentido impróprio, esta colisão acontece, quando um direito fundamental colide com outros bens constitucionalmente protegidos.

O artigo 18.º da Constituição da República Portuguesa, no seu nº2, estipula que “a lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”¹⁰⁶, e, no seu nº 3, que “as leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.”¹⁰⁷

Neste sentido, “torna-se necessário que o interesse, cuja salvaguarda se invoca para restringir um dos direitos, liberdades ou garantias, tenha no texto constitucional suficiente e adequada expressão. Algumas vezes é o próprio

¹⁰⁴ OTERO, Paulo. **Instituições Políticas e Constitucionais**, Volume I, Coimbra: Almedina, 2009, p. 487.

TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015, p.26

¹⁰⁵ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e a Teoria da Constituição**, 7ª Ed-Reimpressão 2019., Almedina, 2018, p. 1253.

TELHADO, op.cit. p.26

¹⁰⁶ *Idem*

¹⁰⁷ TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015, p.26

preceito constitucional que, ao prever as restrições, indica também os interesses constitucionais que as podem reclamar ou justificar (cfr. arts. 47º/1, 62º/2 e 270º), não podendo, pois, vir a recorrer-se a outros. Quando a Constituição nada diz, é legítimo invocar qualquer interesse constitucional *pertinente*, isto é, que tenha alguma ligação com o direito fundamental, cuja restrição é suposto justificar.”¹⁰⁸

Uma das soluções para a colisão entre direitos fundamentais é a utilização do princípio da proporcionalidade.

Tal como refere Ronaldo Guerra, este princípio pretende que haja um equilíbrio, uma harmonia relativamente às colisões de direitos constitucionais fundamentais, limitando as medidas restritivas destes direitos e de um peso correcto e harmonioso entre dois interesses que estejam em conflito.¹⁰⁹

No artigo 18º do nº 2, a segunda parte deste artigo consagra o princípio da *proporcionalidade* e deve ser analisado em três perspectivas: *necessidade*, *adequação* e *proporcionalidade stricto sensu*.

A *necessidade* “supõe a existência de um bem juridicamente protegido e de uma circunstância que imponha intervenção ou decisão.”¹¹⁰

A *adequação* “significa que a providência se mostra adequada ao objectivo almejado, se destina ao fim contemplado pela norma, e não a outro; significa, pois, correspondência de meios e afins.”¹¹¹

E, por fim, a *proporcionalidade stricto sensu* “implica justa medida, que o órgão competente proceda a uma correcta avaliação da providência em termos quantitativos (e não só qualitativos), e que a providência não fique aquém ou além do que importa para se obter o resultado devido, nem mais, nem menos.”

112

Em síntese, podemos, de certo modo, partilhar do ponto de vista de Margarida Telhado que afirma “existindo uma colisão de direitos fundamentais, deve o intérprete aplicar o princípio da proporcionalidade (com base na segunda parte do nº 2, do art. 18.º CRP), fundamentalmente porque este ordena que a relação entre o fim que se pretende alcançar e o meio utilizado para tal, seja

¹⁰⁸ *Ibidem* p.27

¹⁰⁹ GUERRA, Ronaldo José, **Direitos Fundamentais e a Execução da Pena Privativa de Liberdade**. Lisboa, Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2009, p.78

¹¹⁰ TELHADO, op.cit. p.29

¹¹¹ *Idem*

¹¹² TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015, pp.29-30

proporcional, não podendo este ser excessivo, devendo, como tal, haver uma relação adequada entre eles. O intuito máximo que aqui se arroga é a resolução do conflito, sujeitando, ao mínimo sacrifício possível, os direitos ou bens jurídicos em causa constitucionalmente tutelados.”¹¹³

¹¹³ TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015, pp.29-30

O Bem Jurídico - Vida Humana

Na sociedade, como no nosso ordenamento jurídico, existem bens fundamentais, como por exemplo, a integridade física, a vida, que são vistos como essenciais para a manutenção da vida em sociedade. Caso estes bens fundamentais sejam lesados, existe a punição.

O bem jurídico “define-se como a expressão de um interesse, da pessoa ou da comunidade, na manutenção ou integridade de um certo estado, objecto ou bem em si mesmo socialmente relevante e por isso juridicamente reconhecido como valioso.”¹¹⁴

Sendo o bem jurídico lesado, determina a intervenção do estado para protecção de bens, que são considerados axiologicamente relevantes.

No Direito, a pessoa é o único sujeito de relações, portanto, “o Homem encontra-se no centro de onde emanam todos os direitos oponíveis.”¹¹⁵

Neste caso, pode dizer-se que “o homem, ou a pessoa humana, é tido como o animal racional, isto é, com a faculdade de entender e de querer, constituindo, como tal, uma entidade moral.”¹¹⁶ Desta forma, “a palavra “vida” poderá ser vista como o estar vivo, por oposição a estar morto, no entanto para o direito esta visão não é suficiente.”¹¹⁷ Portanto, o “direito à vida impõe-se contra todos, quer perante o estado, quer perante os cidadãos. Protegendo-se efectivamente o bem jurídico - vida humana.”¹¹⁸

O direito à vida “é material e representa o *bem* com maior importância no conjunto de direitos fundamentais, concomitantemente com a ordem jurídico-constitucional.”¹¹⁹

¹¹⁴ PARDAL, Cristina Sofia de Oliveira, **Eutanásia-Representações Sociais**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016, p.13

¹¹⁵ *Idem*

¹¹⁶ *Idem*

¹¹⁷ *Idem*

¹¹⁸ *Idem*

¹¹⁹ DIAS, Cláudia Isabel Oliveira. **A Eutanásia: Os trilhos litigantes entre o direito e uma morte digna e o direito à vida - perspectiva jurídico penal**. Coimbra: Faculdade de Direito, 2013. p.18

Cfr. CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital, **Constituição da República Portuguesa Anotada**, 10ª ed., Vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 447 e ss.

O Direito à Vida

Em Portugal, a vida é um dos bens jurídicos que beneficia de maior protecção legal. Uma vez que a vida é a base, “o início e o fim de todos os direitos e deveres humanos”¹²⁰, é importante e igual para todas as pessoas.

O direito à vida surge consagrado no nº 1, do artigo 24º da CRP, o primeiro dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, e é um dos bens supremos a defender, sendo o mais importante de entre todos os outros direitos fundamentais.

Mais do que um direito, liberdade e garantia, este direito “constitui o pressuposto fundante de todos os demais direitos.”¹²¹ Significa que “está na base de todos os outros, isto é, os outros direitos existem, para lhe conferir protecção, colocando-o assim como o mais importante da ordem jurídica – um imperativo constitucional.”¹²² O que vai implicar, também, grandes problemas jurídicos para o ser humano – como o direito a ser protegido, devendo sê-lo, contra todos os abusos, danos e ameaças que o afectem, tanto por parte do Estado, que tem o dever de lhe promover protecção, como por parte de terceiros, proibindo-os de lesão da vida de outrem, e criando deveres para a protecção da vida, como por exemplo o dever de auxílio. Desta forma, levantam-se certos problemas complexos e delicados, principalmente no que diz respeito à autonomia da pessoa, afigurando-se no seu sentido axiológico como expressão de liberdade num Estado de direito democrático.¹²³

O direito à vida, segundo Gomes Canotilho, “é um direito, mas não é uma liberdade, é um direito inato, adquirido no nascimento e, portanto, intransmissível, irrenunciável e indisponível, ou seja, não está na disposição dos

¹²⁰ *A Eutanásia em face da Constituição Portuguesa*, que pode ser consultado em <https://tvtd.up7.pt/wp/2018/04/01/a-eutanasia-em-face-da-constituicao-portuguesa/>

¹²¹ Neste sentido, CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital, **Constituição da República Portuguesa Anotada**, 10ª ed., Vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 501.

¹²² Neste sentido, cfr. RAPOSO, Mário, **Eutanásia. Alguns Problemas Envolvidos**, in, Brotéria, Revista de Cultura, Vol. 150, Brotéria - Associação Cultural e Científica, Lisboa, 2000, cit. p. 267, “os textos legislativos reconhecem os direitos fundamentais, mas é a vida que os cria e viabiliza.”

¹²³ Neste sentido, CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital, **Constituição da República Portuguesa Anotada**, 10ª ed., Vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 447.

GODINHO, Inês Fernandes, **Eutanásia, Homicídio a Pedido da Vítima e os Problemas de Participação em Direito Penal**, Coimbra Editora, 2015, p. 96 e ss..

PATTO, Pedro Vaz, **A Eutanásia em Face da Constituição Portuguesa**, in, Direito e Justiça – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Vol. XVI, Tomo 2, Lisboa, 2002, p.192

titulares.”¹²⁴ Este direito exige que o próprio titular o respeite, não podendo ele próprio aliená-lo ou suprimi-lo, nem pedir assim a morte.

Na nossa constituição e no nosso ordenamento jurídico, “nem se coloca sequer a questão da eventual renunciabilidade ou disponibilidade do direito à vida”¹²⁵, não está dependente da vontade do seu titular, como acontece com a maior parte dos direitos. “Qualquer acto de renúncia ou disposição do direito à vida colidiria com o princípio objectivo da inviolabilidade da vida humana.”¹²⁶ Como foi referido anteriormente e será abordado no desenvolvimento deste tema, a vida humana é inviolável, sem excepções ou distinções, quer a violação venha de um terceiro quer do próprio titular.

O direito à vida é um direito sobre o bem protegido vida, “caracteriza-se pela sua essencialidade, inatismos, oponibilidade absoluta, interioridade, intransmissibilidade, indisponibilidade e ainda superioridade hierárquica.”¹²⁷

Neste sentido, é relevante mencionar a existência de uma renúncia antecipada a um direito de personalidade, caso fosse possível dispor do direito à vida. Posto isto, é de referir os normativos legais que permitem sustentar a renúncia (modo de extinção de direitos) a um direito de personalidade. Assim, o disposto no artigo 81º do Código Civil (daqui em diante CC), embora admita a possibilidade de uma limitação voluntária dos direitos de personalidade¹²⁸, estabelece que, se aquela limitação for contrária aos princípios de ordem pública, é nula.

O Direito Civil consagra um regime de autolimitação ao exercício¹²⁹ dos direitos de personalidade que proíbe a renúncia antecipada e restringe “a

¹²⁴ *Idem*

¹²⁵ A *Eutanásia em face da Constituição Portuguesa*, que pode ser consultado em <https://tvtd.up7.pt/wp/2018/04/01/a-eutanasia-em-face-da-constituicao-portuguesa/>

¹²⁶ *Idem*

¹²⁷ BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, in, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000, p. 101

¹²⁸ Artigo 81º do Código Civil -**Limitação voluntária dos direitos de personalidade**- “ 1. Toda a limitação voluntária ao exercício dos direitos de personalidade é nula, se for contrária aos princípios da ordem pública; 2. A limitação voluntária, quando legal, é sempre revogável, ainda que com obrigação de indemnizar os prejuízos causados às legítimas expectativas da outra parte.”

¹²⁹ Neste sentido, Capelo de Sousa afirma que “as limitações ao exercício dos direitos de personalidade, são, por definição, menos gravosas do que as relativas ao gozo de tais direitos, pois não podem afectar tais direitos enquanto elementos da capacidade jurídica (...) ou enquanto fontes de relações jurídicas concretas de personalidade, apenas podendo incidir sobre expressões desses direitos (...)” - Capelo de Sousa Rabindranath, **O Direito Geral de Personalidade**, Coimbra, Coimbra Editora, 1995, p. 407.

discrecionariedade desta limitação voluntária ao consagrar a condição do respeito pelos “princípios da ordem pública”, o que revela mais uma vez o carácter indisponível do direito à vida.”¹³⁰

Torna-se importante trazer à colação a cláusula que menciona o consentimento do lesado¹³¹, previsto no artigo 340º do CC. Do teor deste artigo retira-se que o consentimento do lesado, desde que anterior à lesão, exclui a ilicitude do acto lesivo dos direitos de outrem. De acordo com o preceituado no nº2 do 340º do CC, se o acto for contrário a uma proibição legal ou aos bons costumes, o consentimento do lesado já não poderá excluir a ilicitude do acto.

Ao fundamentar-se no consentimento do lesado para admitir-se a morte a pedido, poderemos estar a exceder aquilo que é autorizado pelos bons costumes¹³²e pela ordem pública ¹³³(artigo 81º do CC).

Deste modo, este consentimento estaria sempre disponível, a todo o tempo, pelo titular do direito à vida, para que pudesse renunciar a esta antecipadamente, o que estaria contra os princípios da dignidade humana.

Por causa da irrenunciabilidade do direito à vida, “o seu titular não pode renunciar à vida em si mesma e ao exercício desse direito”. Existe um direito de viver, não podendo o seu titular eliminá-lo, fazendo com que o direito à vida esteja protegido de todas as formas e garantindo ao seu titular o dever de o respeitar.

Este direito fundamental está, evidentemente, ligado a outros direitos e princípios, entre eles a dignidade da pessoa humana (artigo 1º CRP), a

¹³⁰ LOURENÇO, Tatiana Carolina. **Da (In)existência de um Direito a Pedir para Morrer e a Responsabilidade Civil do Médico**, Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado, 2019, p. 13

¹³¹ Artigo 340º do Código Civil -**Consentimento do lesado** – “1. O acto lesivo dos direitos de outrem é lícito, desde que este tenha consentido na lesão; 2. O consentimento do lesado não exclui, porém, a ilicitude do acto, quando este for contrário a uma proibição legal ou aos bons costumes; 3. Tem-se por consentida a lesão, quando esta se deu no interesse do lesado e de acordo com a sua vontade presumível.”

O consentimento é muito mais do que um mero acto de autorizar, “traduz-se numa verdadeira consagração de princípios fundamentais, entre os quais o princípio da autodeterminação e o princípio da liberdade”

¹³² Por bons costumes entende-se um “conjunto de regras, de práticas de vida, que, num dado meio e em certo momento, as pessoas honestas, correctas e de boa-fé aceitam comumente. Neste sentido, o exercício de um direito apresenta-se contrário aos bons costumes se envolver conotações de imoralidade ou de violação das normas elementares impostas pela Sociedade.” COSTA, Mário Júlio de Almeida, **Direito das Obrigações**, 12.ª Edição, Editora Almedina, Coimbra, 2020, p. 473.

¹³³ Ordem pública, no Direito Civil, a expressão é utilizada quando se estabelecem limites à autonomia da vontade privada perante valores que o ordenamento quer preservar, que poderão estar consagrados ou não, no texto da norma.

identidade pessoal e o desenvolvimento da personalidade (artigo 26º, n.º 1 CRP) a universalidade (artigo 12º n.º1 CRP), a igualdade (artigo 13º CRP).¹³⁴

Nas palavras de Gomes Canotilho, “a ampla protecção jurídico-constitucional do bem jurídico vida humana, atrai a si a problemática do *dever de viver*, que tem por base a (in)disponibilidade da vida humana por parte do seu titular.”¹³⁵

A Constituição “garante e estatui o direito à vida, e não o direito a dispor dela, é garantida toda a protecção a um bem maior, a uma razão suprema, e não o contrário, uma vez que, não se verifica apenas como um direito, é um valor, a expressão “a vida humana é inviolável” do artigo 24º n.º 1 da CRP”, é “(...) uma fórmula normativa muito mais forte e expressiva do que a consagração do direito à vida. Muito mais do que um direito é um valor. É o valor fundacional que recebe da intransferível dignidade da pessoa o seu decisivo sentido.”¹³⁶

A vida humana “é o valor fundamental da sociedade, é absoluto e inviolável, tanto por parte de terceiros, como pelo próprio.”¹³⁷

Esta referência à vida humana como inviolável torna claro e inequívoco o carácter irrenunciável e indisponível do direito à vida.

Relativamente aos direitos em geral, é possível haver a renúncia da sua titularidade e do seu exercício, enquanto no direito à vida essa renúncia de titularidade e de exercício se torna impossível, uma vez que, “a renúncia a esse direito, em qualquer momento e em qualquer circunstância, implica, como é óbvio, a sua anulação definitiva.”¹³⁸

Na jurisprudência “(...) o direito à vida, integrado no direito geral de personalidade, exige que o próprio titular do direito o respeite, dado o carácter supremo que a nossa ordem jurídica atribui ao bem vida, não reconhece ao próprio titular qualquer direito dirigido à eliminação da própria vida (...).”¹³⁹

¹³⁴ Cfr, CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital, **Constituição da República Portuguesa Anotada**, 10ª ed., Vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 501 e 502.

¹³⁵ Cfr, CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital, **Constituição da República Portuguesa Anotada**, 10ª ed., Vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, Coimbra, p. 450

¹³⁶ *Idem*

¹³⁷ *Idem*

¹³⁸ *A Eutanásia em face da Constituição Portuguesa*, que pode ser consultado em <https://tvtd.up7.pt/wp/2018/04/01/a-eutanasia-em-face-da-constituicao-portuguesa/>

¹³⁹ Cfr. o acórdão do STJ de 19/06/2001, in Revista de Legislação e Jurisprudência, ano 134 (2001/2002), p.371 e ss.

Existem alguns limites no Direito português relativamente à disposição dos direitos de personalidade. “Direitos deste tipo não são susceptíveis de irrestrita possibilidade de disposição.”¹⁴⁰

O disposto no artigo 69º do CC oferece uma indicação nesse sentido, “(...) ao proclamar que ninguém pode renunciar, no todo ou em parte, à sua capacidade jurídica (de gozo), está evidentemente afirmar também que ninguém pode abdicar da personalidade jurídica que a suporta e está indissociavelmente ligada.”¹⁴¹

Ao proporcionar uma protecção deste tipo à personalidade, principalmente nos “actos de disposição do sujeito seu titular, susceptíveis de a afectar, é consequente que a vida própria (num certo sentido, o objecto do mais fundamental dos direitos de personalidade) não possa ser objecto de disposição.”¹⁴²

No âmbito civilístico, o direito à vida não está de forma expressa e directa no código civil, mas é possível, através do artigo 70º, nº1, observar alguma evidência deste direito, havendo, deste modo, uma garantia de protecção. Como ensina o Professor Menezes Cordeiro, havendo um conflito de direitos ou deveres, quando estiver em causa o direito à vida, este nunca pode ceder, uma vez que o Direito Civil não aceita a supressão de uma vida humana, em caso algum, com excepção dos casos de legítima defesa.¹⁴³ Dentro da CRP, está mencionado de forma mais expressa a protecção deste direito.

Uma das características do direito à vida é a sua indisponibilidade, o quer dizer que o seu titular não pode aliená-lo ou de modo directo, proceder por si à sua supressão, pedindo deste modo a sua morte.

No Direito Civil, o acto que vise a morte a pedido, executado por um terceiro, mesmo que haja o eventual consentimento do ofendido, equivale a uma violação do direito à vida, sendo deste modo nulo de direito. Sendo assim, o auxílio ao suicídio, civilmente ilícito, e nulo todos os actos que envolva.¹⁴⁴

¹⁴⁰ OTERO, Paulo. **Pessoa humana e constituição: contributo para uma concepção personalista do direito constitucional**. In: **Pessoa humana e direito**. Coordenadores: Diogo Leite de Campos, Silmara Juny de Abreu Chinellato. Coimbra: Almedina, 2009, pp. 269 e 270

¹⁴¹ *Idem*

¹⁴² *Idem*

¹⁴³ CORDEIRO, António Menezes, **Tratado de Direito Civil Português III**, 4ª. Ed., Almedina, 2019, p.166

¹⁴⁴ *Ibidem* p.167

Assim, não faz sentido que o próprio titular possa colocar o direito à vida sujeito a factos futuros e incertos.

Em princípio, a eutanásia não é admitida pelo Direito Civil, porque, ao promover ou até ao admitir a supressão da vida, “implica valorações visceralmente contrárias a qualquer logística civilística.”¹⁴⁵ Na eutanásia, pratica-se um ilícito civil, havendo responsabilidade civil para quem suprimir a vida, ou seja, há a violação do direito à vida, havendo morte, o que origina, no Direito Civil, consequências indemnizatórias. A norma que protege os titulares dos direitos de personalidade contra qualquer ofensa ilícita (independente de culpa), é o artigo 70º, nº1 do CC,¹⁴⁶ , ou melhor, consagra uma cláusula geral de tutela de personalidade que garante o direito à vida.

Ainda no artigo 71º do CC, é estabelecido que “os direitos da personalidade gozam igualmente de protecção depois da morte do respectivo titular” (nº 1), prevendo que a ilicitude pode decorrer apenas da falta de consentimento da pessoa em questão (nº 3)¹⁴⁷, resultando da interpretação deste artigo que a prática da eutanásia é considerada uma ofensa ilícita e que qualquer indivíduo está protegido contra a mesma.

É necessária a tutela penal para se avaliar as espécies de ofensa ao bem jurídico que devem ser reprimidas e tipificadas como crimes e quais as formas de o fazer. Com o direito penal, existe a possibilidade de gerar uma maior prevenção de ataques contra o direito à vida, cumprindo assim o mandamento constitucional da inviolabilidade da vida humana.¹⁴⁸ É possível encontrá-lo, no artigo 131º e seguintes, na parte especial do CP, que estabelece que o bem mais protegido é a vida, um bem supremo de valor fundamental e inviolável, um direito indisponível e individual. Este direito à vida é valorado pelo legislador de duas formas e em diferentes momentos: a vida humana intra-uterina e a vida humana autónoma.

¹⁴⁵ CORDEIRO, António Menezes, **Tratado de Direito Civil Português IV, 5ª. Ed., Almedina, 2019**, p.173

¹⁴⁶ Disposição do artigo 70º, nº1 do Código Civil “a lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade física ou moral”

¹⁴⁷ Disposição do artigo 71º, nº1 e 3 do Código Civil

¹⁴⁸ Cfr. FREITAS, André Guilherme Tavares de, **Tutela Penal do Direito à Vida**. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, Dissertação de Mestrado, 2008, p.57

A dignidade da pessoa humana encontra-se ligada ao direito à vida, as duas complementam-se, “uma vez que o bem jurídico, vida humana, tem dignidade penal, e como nos refere o art. 24º, n.º 1, da CRP, “a vida humana é inviolável””.¹⁴⁹ Perante este texto constitucional, verifica-se que qualquer lesão contra a vida é a mais grave de qualquer outro dano, porque é conferido a todos sem qualquer distinção e é um dos direitos mais fundamentais que possuímos.

A dignidade da pessoa humana¹⁵⁰

A Constituição da República Portuguesa “confere plena centralidade valorativa à pessoa, como objecto de protecção.”¹⁵¹ Reconhece no artigo 1º a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos basilares da República Portuguesa, sendo um conceito de valor a preservar e a reconhecer.

Este princípio serve de argumento para os defensores ou opositores, quando se debate a eutanásia, “para justificar o tão desejado direito a uma morte digna.”¹⁵²

¹⁴⁹ OTERO, Paulo. **Pessoa humana e constituição: contributo para uma concepção personalista do direito constitucional**. In: **Pessoa humana e direito**. Coordenadores: Diogo Leite de Campos, Silmara Juny de Abreu Chinellato. Coimbra: Almedina, 2009, pp. 269-270

¹⁵⁰ Exemplificação de princípios jurídicos, normas e situações jurídicas, *máxime* direitos subjectivos, quando a dignidade aparece como princípio e outras vezes como direito. 1ª: quanto a estrutura da norma no plano jurídico-constitucional, a dignidade da pessoa humana, configura-se como um princípio jurídico, podendo também funcionar e revelar como regra; 2ª: além do seu sinal como valor (fixado através do vínculo e já substancialmente vazado numa multiplicidade de princípios, regras e instituições), no plano jurídico-constitucional, a norma da dignidade da pessoa humana pode-se apresentar nas seguintes feições: (I) de norma de garantia (na medida em que protege uma essência da constituição material); (II) de norma de direito fundamental, desde que a conjugação com outras normas constitucionais; (III) de norma sobre direitos fundamentais (na medida em que como critério de último recurso, pode operar como regra de “limites dos limites”; 3ª: quanto na sua natureza pelo menos na Constituição Portuguesa, nenhuma razão depõe a favor da qualidade de direito fundamental da norma da dignidade da pessoa humana (tanto mais quando, na sua feição de regra alcança um Máximo de protecção subjectiva); 4ª: finalmente quanto ao seu carácter, atendendo ao que a dignidade da pessoa humana tanto pode ser aprendida como valor, como princípio e como regra, mostra-se conveniente distinguir cada um desses prismas: - como valor tem carácter absoluto, intangível e incondicionado (desde que se preserve a inerente função simbólica e se renuncie a fixação do conteúdo); - como princípio , é relativizável, uma vez que a respectiva norma tem de conviver com os efeitos de outras normas de garantia; - como regra, dá a aparência de absoluto ao resolver sem apelo certos casos-limite” in ALEXANDRINO, José de Melo. **Perfil constitucional da dignidade da pessoa humana**, Estudos em Honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão. V I, Coimbra, Almedina.2008.p 481.

¹⁵¹ *Idem*

¹⁵² SANTOS, Alberto José Andrade. **Os problemas penais da eutanásia e o suicídio assistido**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2016, p.33

Conforme exposto supra, este princípio está consagrado no artigo 1º da CRP e estabelece que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana (...)”¹⁵³, e que este princípio é umas das bases da República Portuguesa, “e enforma a tutela dos direitos fundamentais e do sistema democrático, sendo assim um fundamento de limitação à actuação do Estado.”¹⁵⁴ Basicamente, este princípio “eleva o conceito de pessoa, que está inserida no Estado, num primeiro pressuposto de que a pessoa está no topo do ordenamento jurídico, colocando o Estado *a posteriori*; um segundo pressuposto, que a pessoa não pode ser vista nem entendida como um objecto, mas antes como sujeito, “é fim e não meio de relações jurídico sociais.””¹⁵⁵

No comentário à CRP, Gomes Canotilho refere que “não é jurídico-constitucionalmente apenas um princípio limite. Ela tem um valor próprio e uma dimensão normativa específicos”. Afirma, ainda, que “está na base de concretizações do princípio antrópico inerente a muitos direitos fundamentais”¹⁵⁶, tal como o direito à vida, o direito à integridade física, entre outros.

Para o Professor Paulo Otero, a “dignidade humana, é a dignidade do ser humano: de todo e qualquer ser humano individual e concreto, em qualquer circunstância e em qualquer fase da sua existência, isto independentemente de ser titular de direitos ou encontrar-se adstrito a obrigações.”¹⁵⁷

No pensamento de Kant, é enunciado o princípio da dignidade da pessoa humana, reconhecendo que ao homem não se pode atribuir valor, neste caso, um preço, uma vez que este “deve ser considerado como um fim em si mesmo e em função da sua autonomia enquanto ser racional.”¹⁵⁸

O mesmo autor refere, ainda, que “a dignidade é o valor de que se reveste tudo aquilo que não tem preço, ou seja, não é passível de ser substituído por um

¹⁵³ Disposição do artigo 1º da Constituição da República Portuguesa.

Cfr CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital, **Constituição da República Portuguesa Anotada**, 10ª ed., Vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, cit. p. 198.

¹⁵⁴ SANTOS, op.cit.p.33

¹⁵⁵ SANTOS, Alberto José Andrade. **Os problemas penais da eutanásia e o suicídio assistido**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado 2016, p.33

¹⁵⁶ *Idem*

¹⁵⁷ OTERO, Paulo. **Pessoa humana e constituição: contributo para uma concepção personalista do direito constitucional**. In: **Pessoa humana e direito**. Coordenadores: Diogo Leite de Campos, Silmara Juny de Abreu Chinellato. Coimbra: Almedina, 2009, p.377

¹⁵⁸ *A dignidade da pessoa humana no pensamento de Kant*, que pode ser consultado em: <https://jus.com.br/artigos/7069/a-dignidade-da-pessoa-humana-no-pensamento-de-kant/2>

equivalente. Dessa forma, a dignidade é uma qualidade inerente aos seres humanos enquanto entes morais: na medida em que exercem de forma autónoma a sua razão prática, os seres humanos constroem distintas personalidades humanas, cada uma delas absolutamente individual e insubstituível. Consequentemente, a dignidade é totalmente inseparável da autonomia para o exercício da razão prática, e é por esse motivo que apenas os seres humanos revestem-se de dignidade.”¹⁵⁹

Carlos Alberto da Mota Pinto destaca, no pensamento de Kant, que “o homem é pessoa porque é "fim em si mesmo", isto é, tem valor autónomo e não só valor como meio para algo diverso, donde resulta a sua dignidade. Observa o autor português que, em Kant, o reconhecimento dessa dignidade constitui a regra ético-jurídica fundamental, que estabelece a cada homem o direito ao respeito.”¹⁶⁰

Segundo Patrick Vespieren, bioético francês, “o conceito de dignidade define-se pela capacidade que o sujeito tem de decidir e actuar por si mesmo, surgindo neste contexto a tão proclamada autonomia e autodeterminação”. Deste ponto de vista, torna-se importante falar da autodeterminação, uma vez que é uma das questões problemáticas aqui em causa.

A autodeterminação e a dignidade da pessoa humana são diferentes na Constituição da República, uma vez que a consagração do artigo 26º, n.º 1 estatui “o direito ao desenvolvimento da personalidade”, que confere ao indivíduo uma protecção subjectiva à liberdade de desenvolvimento da sua personalidade, ou seja, o Homem enquanto ser racional, é livre de formar as suas convicções, livre de desenvolver a sua personalidade, goza de uma liberdade de acção para se autodeterminar, garantindo a protecção da integridade da personalidade.”¹⁶¹

Existe a possibilidade de considerar então “que a dignidade da pessoa humana poderá traduzir-se na qualidade moral que infunde respeito aos outros e dá ao próprio consciência do seu valor, pois, o homem é ser único e insusceptível de ser repetido, dotado de consciência e vontade, porque é pessoa, e daí resulta a sua dignidade.”¹⁶²

¹⁵⁹ *Idem*

¹⁶⁰ *A dignidade da pessoa humana no pensamento de Kant*, que pode ser consultado em: <https://jus.com.br/artigos/7069/a-dignidade-da-pessoa-humana-no-pensamento-de-kant/2>

¹⁶¹ *Idem*

¹⁶² *Idem*

Contudo, este sujeito é portador de um valor absoluto que não é a comunidade ou a classe, mas sim o homem, pessoa.

Segundo Inês Godinho, “a dignidade é um direito fundamental de cada um de nós, mais uma vez, estamos perante um direito intrínseco à qualidade de ser humano e que nos acompanha do primeiro ao último dia da nossa vida.”¹⁶³

O princípio da dignidade não se encontra apenas na nossa constituição, mas também, há referências noutros diplomas constitucionais, tais como no art. 1.º da Constituição Alemã, no art. 23.º da Lei Constitucional Belga, no artigo 1º, das Leis Fundamentais Brasileira e Angolana, no Preâmbulo da Constituição Búlgara e, no art. 21.º da Constituição Russa.

No Direito Internacional, nomeadamente a Carta das Nações Unidas, no seu preâmbulo dispõe-se o seguinte: “Nós, os povos das Nações Unidas decididos: a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade; a reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas (...)”¹⁶⁴, e ainda na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tanto uma como outra, consagram “a dignidade como princípio fundante e fundamental das sociedades modernas, a par do direito à vida, o direito à dignidade, é o direito mais intrínseco e fundamental a todo o ser humano, trata-se, como vimos, de um conceito evolutivo, abrangente e dinâmico, que atribui a cada ser humano um valor, ou seja, de acordo com este princípio todos os seres humanos são seres importantes e dignos de respeito.”¹⁶⁵

Mais uma vez se reitera que a dignidade da vida humana é algo de intrínseco. E que a vida humana se reveste de dignidade apenas por ser humana e sempre que é humana.

Como afirma Étienne Montero, professor Belga de Direito e Teologia, “a pessoa, enquanto tal, tem sempre a mesma dignidade ontológica, intangível e inviolável, independentemente de, psicologicamente, haver um sentimento de

¹⁶³ DIAS, Cláudia Isabel Oliveira. **A Eutanásia: Os trilhos litigantes entre o direito e uma morte digna e o direito à vida - perspectiva jurídico penal**. Coimbra: Faculdade de Direito, 2013. p.46

¹⁶⁴ DIAS, *op.cit.* p.46

¹⁶⁵ *Idem*

dignidade diminuída, ou de as condições que acompanham a fase terminal da vida não serem dignas, porque não é a dignidade que fundamenta a vida humana, mas a vida humana que fundamenta a dignidade.”¹⁶⁶

Relativamente à Constituição da República Portuguesa, há que considerar que o artigo 24º, nº 1, “consagra a inviolabilidade da vida humana sem distinções. Inviolável é toda a vida humana, independentemente das condições que possam rodear essa vida. Também a dignidade da pessoa humana em que, de acordo com o artigo 1º, se baseia a República Portuguesa, é a dignidade de todas as pessoas em qualquer fase da sua vida.”¹⁶⁷

Do ponto de vista de Étienne Montero, é neste sentido que segue “a filosofia clássica dos Direitos do Homem, reflectida no artigo 1º, cuja redacção diz o seguinte: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais” e no artigo 2º, “os direitos do Homem são reconhecidos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, nacionalidade, extracto social, fortuna, nascimento, ou qualquer outra situação” da Declaração Universal dos Direitos do Homem.”¹⁶⁸

No que toca à Constituição da República Portuguesa, os princípios a invocar, neste caso, o princípio da universalidade, encontra-se plasmado no artigo 12º, e o princípio da igualdade, no artigo 13º, princípios gerais e relativos à aplicação dos direitos fundamentais.

No caso do Estado, se, no futuro, a situação se encaminhar para a autorização da prática da eutanásia, esta “limita-se, de forma neutra, a respeitar o juízo do próprio doente quanto à falta de dignidade (ou qualidade) da sua vida”¹⁶⁹, visão que não partilhamos, uma vez que, até mesmo no sofrimento, a vida nunca perde dignidade ou qualidade. E, ainda, “ao admitir-se que o pedido de eutanásia seja admitido em determinadas situações, e em algumas não, isto quer dizer que se colocaria a questão da falta da dignidade nestes casos, iria assim, o Estado corroborar e confirmar essa falta de dignidade, relativamente a quem pede a eutanásia.” ¹⁷⁰

¹⁶⁶ *A Eutanásia em face da Constituição Portuguesa*, que pode ser consultado em: <https://tvtd.up7.pt/wp/2018/04/01/a-eutanasia-em-face-da-constituicao-portuguesa/>

¹⁶⁷ *Idem*

¹⁶⁸ *Idem*

¹⁶⁹ *Idem*

¹⁷⁰ *Idem*

Na declaração dos bispos belgas de 16 de Maio de 2002, sobre a recente Lei Belga que despenalizou a eutanásia, afirma-se que “o Estado está de acordo em que determinadas vidas têm menos valor do que outras. Por outro lado, quer a Lei Belga, quer a Lei Holandesa, condicionam a admissibilidade da eutanásia à inexistência de outra solução razoável, o que pressupõe uma postura não neutra e um juízo positivo a respeito da razoabilidade da eutanásia numa determinada situação.”¹⁷¹

Gonzalo Miranda, relativamente a esta questão, defende o seguinte: “concordar com o pedido de eutanásia, seria simplesmente dizer-lhe: “Sim, tens razão: a tua vida não tem mais sentido, já não tem valor nenhum; e, portanto, tu mesmo já não tens também nenhum valor: é melhor que morras, que não existas mais.”¹⁷²

Caso recuse o pedido do doente, o médico “está a dizer (...): “Não é verdade que a tua vida não tenha mais sentido; não estás capaz de o encontrar e eu compreendo-te. Mas a tua vida, mesmo nestas condições, tem um sentido. Porque tu tens um valor que não depende do teu estado: tens valor porque és tu próprio. Continuarei a estar junto de ti e a ajudar-te; e continuarei a tentar ajudar-te para que possas encontrar o teu sentido e o teu valor até ao último momento. Simplesmente porque gosto de ti.”¹⁷³

No comentário à Constituição da República Portuguesa, Gomes Canotilho diz ainda que “a dignidade da pessoa humana é um *standard* de protecção universal que obriga à adopção de convenções e medidas internacionais contra a violação da dignidade da pessoa humana e à formatação de um direito internacional adequado à protecção da dignidade da pessoa humana”¹⁷⁴, como se poderá ver no próximo capítulo.

¹⁷¹ *A Eutanásia em face da Constituição Portuguesa*, que pode ser consultado em: <https://tvtd.up7.pt/wp/2018/04/01/a-eutanasia-em-face-da-constituicao-portuguesa/>

¹⁷² *Idem*

¹⁷³ *Idem*

¹⁷⁴ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui. **Constituição Portuguesa Anotada**, Tomo I, 2ª.Ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010, p. 200

Pelo exposto ao longo deste capítulo, conclui-se que a eutanásia não é legalmente admissível no nosso ordenamento jurídico, uma vez que é dada uma protecção e é constitucionalmente garantido o direito à vida a todo o ser humano. Sendo um dos direitos fundamentais, este direito é indisponível, irrenunciável e inalienável.

Direito à Vida versus Princípio da Dignidade da Pessoa Humana – Conflito de Direitos Fundamentais

O direito à vida e a dignidade da pessoa humana ocupam na nossa Constituição um lugar tão fulcral, estando tipificados em artigos diferentes da Constituição Portuguesa (artigo 1º e 24º). Do direito à vida decorrem muitos outros direitos. Estes dois princípios, no caso da temática em estudo, revelam uma grande complexidade, quando falamos em eutanásia.

No momento terminal da vida, a “decisão entre a omissão de tratamentos escusados ou desproporcionados, ou, por outro lado, a de evitar a morte a todo e qualquer preço, inclusive com sofrimento, conduz-nos a um conflito de deveres ou até mesmo de direitos, visto estar aqui em causa o valor da dignidade humana que é, aliás, o princípio que fundamenta a República soberana Portuguesa e do qual decorrem todos os demais direitos fundamentais.”¹⁷⁵

Alguns autores referem que o direito à vida significa o direito à sobrevivência, ou seja, o direito a viver com dignidade, articulando-se assim, o direito à vida com o princípio da dignidade da pessoa humana e “traduz-se no direito a dispor das *condições de subsistência*, integrando designadamente o direito ao trabalho (ou ao subsídio de desemprego, na falta dele), à protecção da saúde, à habitação.”¹⁷⁶ De facto, o Estado tem o dever de contribuir para a existência de condições que permitam uma vida minimamente digna.

Ou seja, consideram que “não se trata de um direito sobre a vida, mas sim de um direito à vida, plena e digna.”¹⁷⁷

Por isso, é imperativo “o dever de conservar uma vida já nascida, os atentados contra a vida ou a integridade física susceptíveis de colocar em risco a vida são proibidos, salvo se o propósito for o de salvar a própria vida, a vida de terceiro.”¹⁷⁸

A lei portuguesa não permite a prática da eutanásia, nem mesmo em caso de doença terminal, considerando que o direito à vida é irrenunciável.

¹⁷⁵ TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015, pp.29-30

¹⁷⁶ CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital, **Constituição da República Portuguesa Anotada**, 10ª ed., Vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 451.

¹⁷⁷ *Idem*

¹⁷⁸ *Idem*

O que está aqui em causa e em consideração é se a “dignidade consubstancia um valor que subjaz a todos os direitos fundamentais e a toda a ordem jurídica, e se haverá um dever de ver prolongada a agonia, o sofrimento, em função de um dever de viver ou melhor dizendo de um dever de (sobre)viver a qualquer custo, a qualquer preço, sem dignidade.”¹⁷⁹ Não se pode renunciar a uma existência limitada, uma vez que o elemento fulcral e essencial é a pessoa e a sua essência, reconhecendo-se sempre o devido respeito à dignidade da pessoa humana.

No caso em concreto, estamos sujeitos à “adopção de um postulado interpretativo de máxima efectividade da inviolabilidade da vida humana fundado no princípio *in dubio pro vita*: toda e qualquer dúvida sobre o alcance da inviolabilidade da vida humana deverá sempre ser decidida a favor da solução interpretativa que se mostre mais generosa, mais ampliativa ou que melhor reforce a tutela e garantia da vida humana, funcionando também como critério de resolução de conflitos referentes à vida humana e postulado integrativo e argumentativo.”¹⁸⁰

De outro ponto de vista, a dignidade da pessoa humana representa um papel importante na Constituição e, por isso mesmo “pode servir de fundamento a restrições e a limitações a direitos fundamentais, sem esquecer, todavia, que essa mesma dignidade humana constitui alicerce limitativo de tais restrições e limitações, funcionando como critério material último de densificação do princípio da proporcionalidade: se é certo que a dignidade humana não se mostra passível de sofrer restrições ou limitações provenientes de diferentes princípios, valores ou bens tutelados pela Constituição, a verdade é que a dignidade humana pode-se sempre assumir como base condicionante, limitativa ou restritiva de quaisquer outros bens, valores ou princípios constitucionais, tendo a particularidade de, simultaneamente, se estiverem em causa direitos fundamentais, ser critério limitativo ou restritivo de tais intervenções.”¹⁸¹

No caso destes dois princípios tão importantes, “é necessário manter em equilíbrio os valores que são sacrificados para justificar as excepções à regra a

¹⁷⁹ BARBAS, Stela. **Morte e Dignidade Humana numa Perspectiva Jurídica**, in **Eutanásia e outras questões éticas no fim da vida**, Coimbra: Gráfica de Coimbra 2, 2009, p. 91.

¹⁸⁰ OTERO, Paulo. **Instituições Políticas e Constitucionais**, Volume I, Coimbra: Almedina, 2009, p. 578.

¹⁸¹ *Ibidem* p.564

partir de um critério irrevogável: o bem a proteger é superior, face às hierarquias valorativas aceites no Jurídico, ao bem que se vai sacrificar.”¹⁸²

Será que “a norma constitucional da inviolabilidade da vida humana se poderá impor ao princípio da dignidade da pessoa humana, base do nosso ordenamento jurídico? E se houver a possibilidade de socorrer-se ao princípio da proporcionalidade?”¹⁸³ Concordamos com o entendimento de Margarida Telhado, apesar de parecer um pouco complexo, no caso de se recorrer à eutanásia, uma vez que a “consequência será sempre o termo da vida, não existindo forma de sacrificar de forma proporcional os direitos em causa (...).”¹⁸⁴

Quem recorre à eutanásia, está a renunciar o seu direito natural à vida, defendendo que não tem dignidade no sofrimento causado pela doença terminal, considerando a dignidade da pessoa humana “um bem jurídico valorativamente superior.”¹⁸⁵

¹⁸² PINTO, Eduardo Vera-Cruz. **Curso Livre de Ética e Filosofia do Direito**, 1.ª Ed., Cascais: Príncípia Editora, 2010, p. 223.

¹⁸³ TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015. p.41

¹⁸⁴ *Idem*

¹⁸⁵ *Idem*

Perspectiva Constitucional

Todas as Constituições existem para garantir a justiça, a segurança e a liberdade, elementos essenciais de todo o texto constitucional. Citando Paulo Otero, “(...) a Constituição comunga dos fins do Direito e, simultaneamente, fundamenta uma ordem axiológica alicerçada em tais postulados, procurando ainda redefinir novas regras de equilíbrio ou de precedência entre os valores subjacentes aos fins do Direito.”¹⁸⁶ Refere, ainda, que “uma Constituição só é constitucional se estiver ao serviço da pessoa humana como fim em si mesmo, da sua dignidade e dos inerentes direitos fundamentais.”¹⁸⁷

Os princípios basilares da Constituição da República Portuguesa de 1976 são o direito à vida e o respeito pela dignidade humana. O artigo 1.º, da CRP, dispõe que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana (...)”¹⁸⁸ No capítulo dedicado aos Direitos, Liberdades e Garantias, o artigo 24.º, n.º 1, da CRP., estipula que “A vida humana é inviolável.”¹⁸⁹

Segundo Jorge Miranda, os direitos fundamentais, “são direitos inerentes à própria noção de pessoa; (...) às relações com o Estado, como direitos essenciais do cidadão”¹⁹⁰, direitos intrínsecos ao ser humano, que o acompanham desde o nascimento até à morte.

Relativamente à despenalização da eutanásia e aos princípios fundamentais que estariam em causa no nosso ordenamento jurídico, Jorge Miranda refere que “no caso da nossa Constituição, o princípio fundamental em causa, é a inviolabilidade da vida humana”¹⁹¹ e que vai ao encontro do nosso entendimento, uma vez que a interpretação do princípio da inviolabilidade da vida humana na Constituição é muito clara. Se a vida humana é inviolável, isto significa que é

¹⁸⁶OTERO, Paulo. **Pessoa humana e constituição: contributo para uma concepção personalista do direito constitucional**. In: **Pessoa humana e direito**. Coordenadores: Diogo Leite de Campos, Sílmaria Juny de Abreu Chinellato. Coimbra: Almedina, 2007, p.557

¹⁸⁷ *Ibidem* p.367

¹⁸⁸ Disposição do artigo 1º da Constituição da República Portuguesa

¹⁸⁹ Disposição do artigo 24º da Constituição da República Portuguesa

¹⁹⁰ MIRANDA, Jorge. **Escritos Vários sobre direitos Fundamentais**, Principia, 10ª 2006, p. 60;

¹⁹¹ ALMEIDA, Joana Rita da Silva. **Eutanásia: a fronteira entre o direito à vida e o, eventual, direito a morrer**. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.96

sempre inviolável, portanto há a proibição de matar. Não é o facto do titular da vida admitir e consentir que a vida seja violada que permite que assim seja.

Relativamente à questão que tanto se coloca, se a dignidade da pessoa pode legitimar a eutanásia, Jorge Miranda defende que a “dignidade de pessoa humana também é de certa maneira a assunção da vida até ao limite.”¹⁹² No nosso ponto de vista, a vida é sempre digna em todos os momentos, nunca perdendo a sua dignidade nem no sofrimento, nem na morte.

Ainda para os autores Gomes Canotilho e Vital Moreira, a Constituição portuguesa confere ao direito à vida “(...) uma protecção absoluta, não admitindo qualquer excepção, a Constituição erigiu o direito à vida em direito fundamental qualificado.”¹⁹³ Através desta designação, pode-se conferir a importância que este direito tem na nossa sociedade, sendo um dos princípios basilares.

Tendo em conta as várias posições (Jorge Miranda, Paulo Otero), que vão ao encontro do nosso entendimento, estas baseiam-se fundamentalmente na concepção de que o direito à vida é o direito “mais fundamental dos direitos fundamentais”, sendo uma trave fundamental do sistema jurídico moderno e da ordem jurídica portuguesa. Logo, não é possível, de acordo com o direito à vida, introduzir na lei o poder de matar outra pessoa. Este direito à vida está consagrado na nossa Constituição de uma forma intangível, considerando que é completamente impossível, sem rever a constituição, introduzir uma lei de legalização da eutanásia.

Como enuncia o artigo 19º, nº 6 da CRP, “em caso algum se poderá suspender este direito. Direito que conduz, também, à proibição da pena de morte, prevista no art. 24.º, n.º 2 da CRP e à punibilidade do homicídio, segundo o artigo 131.º e seguintes do CP (nas suas diversas modalidades: qualificado, privilegiado, a pedido da vítima).”¹⁹⁴

Deste modo, o Estado é impedido de dispor de qualquer modo da vida das pessoas, obrigando-o a proteger todas as vidas e evitando que se ponham em perigo.

¹⁹² ALMEIDA, Joana Rita da Silva. **Eutanásia: a fronteira entre o direito à vida e o, eventual, direito a morrer**. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.96

¹⁹³ *Ibidem* p. 43

Cfr. JANUÁRIO, Rui e FIGUEIRA, André. **O Crime de Homicídio a Pedido – Eutanásia: Direito a Morrer ou Dever de Viver**. Quid Juris, 2009, p. 217

¹⁹⁴ *Idem*

Uma outra referência bastante importante do direito à vida e à dignidade é a Carta Europeia dos Direitos do Homem que também se refere a estes dois princípios como fundamentais, no artigo 1.º, “A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida”, e ainda no artigo 2.º, n.º 1, “Todas as pessoas têm direito à vida”. Podemos encontrar estes princípios na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no artigo 3.º “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

Sendo assim, despenalizar a eutanásia significaria a transferência do poder de morte para um terceiro e não aquele que vai morrer. De facto, a pessoa, quando pede para morrer, está num estado grave e irreversível, não estando propriamente consciente do seu pedido, pelo que não há nenhum consentimento consciente. A inviolabilidade da vida humana não é apenas um princípio, é mais do que isso, é um valor da ordem jurídica. Pensamos que o Estado não deverá autorizar, nem descriminalizar, sob o ponto de vista político-criminal, comportamentos que levem à transferência do poder ou da decisão da morte de uma pessoa para outra entidade, agravado pelo facto de essa entidade executar, em nome de todos os cidadãos, essa morte.

Inconstitucionalidade da Eutanásia

Neste capítulo, é importante entender quais as razões para se considerar que a eutanásia é inconstitucional no nosso ordenamento jurídico.

Partilhamos da mesma posição do constitucionalista Jorge Miranda que considera a Eutanásia inconstitucional, se:

- Violar o primeiro e o mais importante dos direitos fundamentais do ser humano (direito à vida) e a garantia da sua inviolabilidade (artigo 24º CRP), citando Jorge Miranda, “ninguém pode dispor da sua vida, como ninguém pode alienar a sua liberdade ou o respeito por si mesmo.”¹⁹⁵ Ora, se o artigo 24º da CRP refere que o direito à vida é inviolável, então não pode ser violado. Ou seja, não se pode abrir uma excepção para o violar, mesmo que essa excepção possa parecer justificada para uma determinada pessoa. Por fim, legalizar a eutanásia iria contrariar o princípio constitucional que encabeça todo o capítulo relativo aos direitos fundamentais, que é o princípio da inviolabilidade da vida humana.
- Violar, igualmente, o direito à integridade pessoal e a garantia da sua inviolabilidade (artigo 25º CRP), e bem assim, a dignidade da pessoa humana, no contexto de uma sociedade solidária e de um Estado de direitos baseados no respeito e garantia dos direitos fundamentais (artigos 1º, 2º, 9º, 12º, 13º e 18º da CRP)¹⁹⁶;
- Por último, se violar o direito à protecção de saúde e o dever de a defender e promover, porque ao Estado cabe a implementação do acesso aos cuidados médicos a todos os cidadãos, bem como, o dever genérico de protecção dos mais frágeis (artigo 64º)¹⁹⁷.

¹⁹⁵ *Catedráticos dizem que a eutanásia é inconstitucional*, que pode ser consultado em <https://sol.sapo.pt/artigo/699916/catedraticos-dizem-que-eutanasia-e-inconstitucional>

¹⁹⁶ *Idem*

¹⁹⁷ *Idem*

O que nos leva a afirmar a inconstitucionalidade da eutanásia são os princípios básicos da ordem jurídica que poderão estar em causa, como a vida humana e a autonomia.

A interpretação do princípio da inviolabilidade da vida humana na Constituição é muito clara, relevando que a vida humana é inviolável. Isto significa que é sempre inviolável, excepto nos casos em que se actua em legítima defesa. Portanto há a proibição de matar. Não é o facto do titular da vida admitir e consentir que a vida seja violada, que isso lhe será permitido.

Este princípio substitui-se por outro, a proibição de matar aquela pessoa que não quer viver, porque, se a pessoa quiser e consentir, seria possível, neste caso, a morte. Assim, colocaríamos o valor da autonomia acima do valor da vida, o que seria contraditório, “porque a vida é o pressuposto da liberdade, da dignidade e da autonomia. Se se suprime esse pressuposto, também não tem sentido falar em autonomia.”¹⁹⁸

Quando se diz que a vida humana é inviolável, é porque a vida é o pressuposto da autonomia. A partir do momento em que se derruba esse princípio da proibição de matar e se sobrepõe ao valor da vida o valor da autonomia, pode-se chegar à legalização do homicídio a pedido, em quaisquer circunstâncias.

Uma vez que cabe ao Estado defender e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos (artigo 9º, alínea b) da CRP), esta função não pode terminar, pois a vida nunca perde dignidade e nunca deixa de merecer protecção. Ao aceitarmos a eutanásia, nos casos de doença e sofrimento, a vida deixa de merecer protecção, portanto, estamos a desistir do combate, porque, de facto, a eutanásia não elimina o sofrimento, mas a vida da pessoa que sofre.

A CRP protege a vida humana de uma forma extrema, tanto pela inviolabilidade da vida humana, como na consagração penal de vários homicídios, e por isso, compreende-se directamente a protecção do direito à vida. O nosso sistema jurídico consagra inequivocamente a vida humana como inviolável, logo, é contraditório e inconstitucional permitir a violação ou até

¹⁹⁸ *Referendo sobre a eutanásia e a única forma de associar a população à decisão*, que pode ser consultado em: <https://rr.sapo.pt/2020/02/14/religiao/referendo-sobre-a-eutanasia-e-a-unica-forma-de-associar-a-populacao-a-decisao/noticia/181937/>

mesmo a extinção desse direito, ainda que esta seja pedida pelo próprio titular do direito.

Reafirmamos que o direito à vida¹⁹⁹ está consagrado na nossa Constituição de uma forma inatingível, por isso, consideramos que só será possível legalizar a eutanásia, se houver uma revisão constitucional.

¹⁹⁹ Este direito está protegido constitucionalmente contra todos os órgãos de soberania, e gozam de tratamento de direitos fundamentais ou ainda de direitos fundamentais absolutos. O artigo 288º, alínea d da CRP, diz que as leis de revisão constitucional devem respeitar o Direito à vida, a doutrina sustenta que as leis de revisão constitucional não podem restringir este direito, uma vez que iria colocar em causa o conteúdo essencial deste direito. CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa Anotada**, 10ª ed., Vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, pp.1010-1019

Enquadramento da Eutanásia no Ordenamento Português e Tratamento Jurídico Penal

Perante a possibilidade de aprovação da eutanásia e o direito à vida, como um dos direitos (mais) fundamentais consagrados na nossa Constituição, podemos colocar as seguintes questões: até que ponto um indivíduo tem ou não o dever de viver? E sendo um titular de direitos, poderá dispor da sua própria vida?

A despenalização da eutanásia em Portugal tem levantado muita controvérsia ao longo dos anos, mas tem vindo a ser discutida cada vez mais em Portugal. Como consequência, temos assistido a inúmeras propostas, quer da sociedade civil, quer dos próprios partidos políticos.

Estando a eutanásia relacionada com o direito à vida, podem encontrar-se algumas referências em diversas legislações.

A Constituição da República Portuguesa é um dos diplomas de extrema importância, mas a sua análise já foi efectuada anteriormente.

No Código Penal, a referência à eutanásia não se encontra de forma explícita (mas subentendida), embora possa ser enquadrada nos artigos 133º, 134º e ainda no 135º. Do enunciado dos artigos atrás referidos “dá claramente a entender que a abreviação intencional da vida de um doente é passível de configurar uma conduta tipificada como crime.”²⁰⁰

Para o Direito Penal, “quando o agente aplica uma qualquer terapêutica, a um doente terminal, com o intuito directo de lhe provocar a morte, pratica sempre um homicídio, mesmo que o objectivo tenha sido o encurtamento do sofrimento.”²⁰¹ Tal como refere Figueiredo Dias, este tipo de acção “preenche o tipo objectivo de ilícito do homicídio, ainda mesmo quando o efeito letal seja prosseguido com a intenção de pôr fim às dores ou ao sofrimento do moribundo.”²⁰²

À luz do Direito Penal português, quando o agente do crime “actua influenciado pelo sofrimento do doente, já depois de aplicadas todas a

²⁰⁰ *Idem*

²⁰¹ DIAS, Jorge de Figueiredo. «Comentário ao artigo 131.º». in **Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I**, Coimbra Editora, 2ª Edição, 2012. Cit.27, pp.14

²⁰² *Idem*

terapêuticas ao seu dispor”, estamos perante uma eutanásia que foi pretendida e reflectida, enquadrando-se, portanto, no tipo previsto do artigo 133º do CP (homicídio privilegiado por compaixão). Segundo o Professor Figueiredo Dias, neste caso, o agente actua dominado por um “estado de afecto ligado à solidariedade ou à compaixão no sofrimento de outra pessoa.”²⁰³ Estamos perante uma eutanásia activa directa.

Este tipo de crime encontra-se previsto no artigo 133º do CP: “Quem matar outra pessoa dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, que diminuam sensivelmente a sua culpa, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.”²⁰⁴, tem como base o ilícito típico do homicídio simples do artigo 131º CP “Quem matar outra pessoa (...).”

Os requisitos fundamentais de privilegiamento neste tipo de crime previsto no artigo 133º são: “a) que o agente pratique uma acção “dominado” pela perturbação psicológica de que foi alvo, resultando daqui a sua exigibilidade diminuída. b) tem de existir uma “diminuição de culpa”, só existe o privilegiamento de crime, quando o agente actue com uma culpa diminuída.”²⁰⁵

Estes requisitos “operam cumulativamente para que possa existir um privilegiamento, ou seja, tem que se verificar conjuntamente uma acção dominada por algum factor privilegiador, e que dessa acção dominada, resulte uma diminuição de culpa, neste caso uma atenuação especial da pena.”²⁰⁶

Para se verificar o crime de homicídio privilegiado, são necessárias quatro situações ou quatro elementos “privilegiadores taxativos”, como indica Alfredo Santos: compreensível emoção violenta; compaixão; desespero e, por último, motivo de relevante valor social.

Em Portugal, tal como na maioria dos países, a eutanásia é punida por lei. “Se alguém provocar ou acelerar a morte de uma pessoa que se encontre num estado terminal ou em grande sofrimento comete o crime de homicídio

²⁰³ DIAS, Jorge de Figueiredo. «Comentário ao artigo 133.º» in **Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I**, Coimbra Editora, 2ª Edição, 2012. Cit. 11, pp.52

²⁰⁴ Disposição do artigo 133º do Código Penal

²⁰⁵ SILVA, Fernando. **Direito Penal Especial, Crimes Contra as Pessoas**, 4ª. Ed., Quid Juris, Lisboa, 2017, p. 98.

²⁰⁶ SANTOS, Alfredo José Andrade. **Os Problemas Penais da Eutanásia e Suicídio Assistido**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 201, p.40
BRITO, Teresa Quintela de. **Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos**, Coimbra Editora, 2007, p. 319

privilegiado, atendendo ao sofrimento de compaixão que normalmente lhe está associado.”²⁰⁷

Relativamente ao crime previsto no artigo 134º do CP, homicídio a pedido da vítima, este “caracteriza-se por ser a vítima a fazer nascer o dolo de praticar tal conduta no agente, mediante um pedido a vítima manifesta ao agente a sua vontade de morrer através de um pedido, e é esse pedido que faz nascer o dolo do agente em cometer o crime.”²⁰⁸

Está previsto no nº 1 do artigo 134º do CP: “quem matar outra pessoa determinado por pedido sério, instante e expresso que ela lhe tenha feito é punido com pena de prisão até 3 anos. No seu nº 2, refere, ainda, que “a tentativa é punível.”²⁰⁹

Este pedido da vítima ao agente, invocado pelo artigo 134º do CP, tem de ser um pedido sério, instante e expresso. Estes são os três elementos exigidos pela lei para que se possa enquadrar neste tipo de crime e exista um regime de privilegiamento. O pedido feito pela vítima ao agente “tem de ter a força necessária para determinar o agente a cometer o crime, ou seja, o agente tem de agir determinado por esse pedido.”²¹⁰ Este pedido, não é um pedido simples. A vítima, ao fazer o pedido ao agente, “participa no processo de formação da vontade do agente, o pedido deve ser directo, expressando a vontade de morrer pelas mãos de determinada pessoa.”²¹¹

O texto legal do 134º do CP enuncia, ainda, que esse pedido tem de ser actual, “esta actualidade confere a autonomia da vítima, ou seja, a vítima deve ter o controlo do seu processo de morte, o pedido deve ainda ser válido no momento de morte, se o não for, o agente não pratica o crime previsto no artigo 134º, mas sim, o crime de homicídio simples, previsto pelo 131º, que poderá acontecer por acção, por omissão ou tentativa.”²¹² Neste caso, estamos perante uma eutanásia activa directa voluntária.

²⁰⁷ *Ibidem* p.41

²⁰⁸ SILVA, Fernando, **Direito Penal Especial, Crimes Contra as Pessoas**, 4ªEd., Quid Juris, Lisboa, 2017, p. 122 e ss.

²⁰⁹ Disposição do artigo 134º, nº1 e nº2 do Código Penal

²¹⁰ SANTOS, Alfredo José Andrade. **Os Problemas da Eutanásia e o Suicídio Assistido**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado.,2016, p.47

Cfr., MORÃO, Helena. **Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos**, Coimbra Editora, 2007, cit. p. 365, “Parece-nos que a análise correcta de todos os dados nos permite concluir inequivocamente pela relevância *subjectiva* da *determinação pelo pedido*.”

²¹¹ *Idem*

²¹² SANTOS, *op.cit.* p.48

Este tipo de eutanásia activa directa voluntária é entendida como “a acção de provocar a morte a uma pessoa que está em sofrimento agonizante, ou a morrer, mediante um pedido do mesmo”²¹³, é punível à luz do direito vigente, nos termos do artigo 134º do CP.

A grande parte da doutrina classifica o crime do artigo 134º (homicídio a pedido da vítima) como um crime específico, autónomo e privilegiado.

Por último, o crime de ajuda ao suicídio está previsto no artigo 135º do CP que prevê, no seu n.º 1, o seguinte: “quem incitar outra pessoa a suicidar-se, ou lhe prestar ajuda para esse fim, é punido com pena de prisão até três anos, se o suicídio vier efectivamente a ser tentado ou a consumir-se”²¹⁴. Nestes termos, aquele que fornecer os meios para que o suicida se mate é punido, contrariamente a outros ordenamentos jurídicos, como por exemplo o alemão, no qual não é considerado crime. Neste caso, uma pessoa pede ajuda a outra para pôr fim à sua vida, podendo ou não estar a sofrer uma enfermidade.

O crime tipificado no artigo 135º do CP, o crime de ajuda²¹⁵ ao suicídio, surge como suicídio assistido no contexto médico.

Esta liberdade de opção para o suicídio assistido revela-se incompatível com a imposição de viver, mesmo que isto signifique que o doente suporte a já referida dor, enraizada numa sociedade em que se tenta preservar a todo o custo a vida, sobrelevando este contexto eutanásico.²¹⁶

Este suicídio assistido ou “a acção de prestar ajuda aquele que quer deixar de viver”²¹⁷, está tutelado pelo artigo 135º CP e é punível no nosso ordenamento jurídico.

SILVA, Fernando. **Direito Penal Especial, Crimes Contra as Pessoas**, 4ª.Ed., Quid Juris, Lisboa, 2011, p. 125 e ss.

²¹³ *Ibidem* p.44

²¹⁴ Disposição do artigo 135º, nº1 do Código Penal

²¹⁵ Este ajudar, “são os actos praticados no sentido de facilitar o suicídio por parte da vítima, a ajuda pode ser material ou moral aplicando aqui as regras da parte geral para a cumplicidade do artigo 27º CP, assim pratica actos de ajuda material, o agente que fornecer os meios necessários para que a vítima se suicide, (p. ex., o fornecer uma arma, ou o veneno), presta ajuda moral, o agente que perante a manifestação da vontade da vítima, tenta que esta ultrapasse algumas situações de hesitação, indicando-lhe formas que entenda serem mais fáceis de suicídio, ou mesmo reconfortando-a.” DIAS, Jorge de Figueiredo, in **Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I**, Coimbra Editora, 2ª Edição, 2012, p. 86 e ss..

²¹⁶ DIAS, Cláudia Isabel Oliveira, **A Eutanásia: Os trilhos litigantes entre o direito e uma morte digna e o direito à vida-perspectiva jurídico penal**. Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2013, p.27

²¹⁷ SANTOS, Alberto José Andrade. **Os problemas penais da eutanásia da eutanásia e o suicídio assistido**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2016, p.62

Umas das principais diferenças entre o 135º do CP (ajuda ao suicídio) e o 134º do CP (homicídio a pedido da vítima) reside no facto de “no primeiro é o próprio suicida a praticar a conduta que o levará à morte, existe um terceiro que proporciona os meios para que o agente se possa suicidar, este é o protagonista do facto, detém o domínio do facto, e no segundo é um terceiro que se determina a matar a vítima mediante um pedido sério, instante e expresso. O que se deduz que em ambos os crimes existiu um prévio diálogo entre os participantes no qual é manifestada a intenção de morrer por parte de um deles.”²¹⁸

Como diz o autor António Brito na sua obra, “(...) o legislador português não quis enveredar pela impunidade da prática da Eutanásia, mesmos nestas circunstâncias, porque apesar de tudo, quando alguém autoriza a própria morte, não pode estar no seu estado psíquico normal, (...)”²¹⁹ Refere ainda que “a vontade de viver, é normalmente um sentimento tão forte que quase todos preferem ter dores, mas estarem vivos.”²²⁰

A falta de punição da eutanásia levaria a que fosse criado um novo direito, neste caso, seria o direito à morte provocada, não sendo conciliável com os “princípios constitucionais da inviolabilidade da vida humana, na Convenção Europeia dos Direitos do Homem e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que defendem o direito de toda a pessoa à vida, e que a morte não se pode infligir intencionalmente a ninguém.”²²¹

Quando o Direito Penal intervém, actua sempre numa lógica de protecção dos bens jurídicos, que, neste caso, é o principal bem jurídico consagrado na Constituição: o direito à vida, a inviolabilidade da vida humana. Portanto, a existência de crimes que possam promover a realização da eutanásia significa que o Estado tem o dever de proteger essa mesma vida humana.

Posto isto, concordamos que a eutanásia não deve ser despenalizada, “uma vez que deve ser preservado ao máximo o carácter absoluto da vida humana indisponível a terceiros, e não por se afirmar que a vida humana é um

²¹⁸ SILVA, Fernando. ***Direito Penal Especial, Crimes Contra as Pessoas***, 4ª.Ed., Quid Juris, Lisboa, 2017, pp.129 e ss.

²¹⁹ BRITO, António José dos Santos Lopes de, Rijo, José Manuel Subtil Lopes, in, ***Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver***, Almedina, Coimbra, 2000, p. 103

²²⁰ *Ibidem* p.104

²²¹ *Idem*

bem jurídico pertencente à comunidade”²²², uma vez que a vida é o valor jurídico-penal mais protegido.

²²² BRITO, António José dos Santos Lopes de, Rijo, José Manuel Subtil Lopes, in, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000, p. 136.
GODINHO, Inês Fernandes. **Eutanásia, Homicídio a Pedido da Vítima e os Problemas de Participação em Direito Penal**, Coimbra Editora, 2015, p. 370.

Os Prós e os Contrás da Eutanásia

Como em todos os temas polémicos, as opiniões dividem-se, perfilando-se defensores e opositores da eutanásia.

Os diversos argumentos são influenciados por factores de ordem social, religiosa, histórica, ética, moral e filosófica.

A eutanásia origina a defesa de argumentos a favor e contra. Relativamente aos argumentos a favor, um dos principais fundamentos dos defensores da eutanásia “é o direito que cada pessoa tem, em determinar como e quais é que serão os últimos momentos de vida, com vista à concepção personalista de “vida digna ou indigna” e ainda de “qualidade de vida”.²²³ Mais precisamente, é a única forma de se poder evitar a dor e o sofrimento de pessoas que estão numa fase terminal de uma doença ou sem qualidade de vida. Esta forma de morte pouco dolorosa significa uma “morte digna”.

É realçada também “a defesa da autonomia absoluta de cada indivíduo, do direito à autodeterminação, do direito à escolha pela sua vida e pelo momento da morte e da prevalência do interesse individual acima do da sociedade, com primazia da protecção da vida.”²²⁴

Basicamente, a eutanásia diminui o tempo de sofrimento e os medos “psicológicos – emocionais do doente e dá-lhe uma independência pessoal quanto ao seu processo de morte.”²²⁵

Outro argumento “é o de que é mais humano praticá-la em certas circunstâncias, dado que a vida do paciente “carece valor”, do que forçar um doente incurável a viver ligado a uma máquina e a sofrer terríveis agonias.”²²⁶

Afirmam também os adeptos da eutanásia “ser antiético para o médico utilizar os seus conhecimentos para gerar ou continuar a gerar sofrimento físico ou moral.”²²⁷

²²³ GODINHO, Adriano Marteleto. **Eutanásia, Ortotanásia e Directivas Antecipadas de Vontade: o sentido de viver e morrer com dignidade**. Curitiba:Juruá, 2016. p.53

²²⁴ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada**. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.7

²²⁵ Brito, António José dos Santos Lopes de, Rijo, José Manuel Subtil Lopes, in, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000, p. 128.

²²⁶ *Idem*

²²⁷ *Idem*

Salientando outro argumento, a exigência da eutanásia é “o de que Portugal é um país democrático, onde cada cidadão decide sobre a sua vida, assim, dever-se-á poder escolher a eutanásia e não a manutenção da vida.”²²⁸

A medicina é a “arte de curar doenças e aliviar o sofrimento, e se for impossível a cura”²²⁹, deve-se aliviar esse sofrimento através do recurso à eutanásia.

Destaca-se ainda “que é muito grande o custo financeiro, tanto social como pessoal, causado pelo prolongamento de uma vida.”²³⁰ O prolongamento da vida de um doente terminal é bastante doloroso também para a família, pelo desgaste emocional.

E, por último, releva-se que se “a sua prática fosse institucionalizada, seria sempre limitada aos pacientes conscientes, e livres para decidir autonomamente o que fazer em caso de virem a sofrer de doença incurável.”²³¹

Relativamente aos opositores da eutanásia, algumas das contradições referidas são apontadas sob o ponto de vista da religião, ética, política e social. Além disso, os detractores da eutanásia consideram-na como uma usurpação do direito à vida humana e, por isso, manifestam-se contra a sua legalização em Portugal, defendendo que “o direito de determinação individual do indivíduo não é absoluto, ele tem que ser contraposto aos direitos das outras pessoas e aos valores da sociedade.”²³²

Citando Maria Alexandre Ribeiro, “quem defende a eutanásia fá-lo porque considera que há vidas humanas sem dignidade, nem sentido, nem significado, devido a uma doença séria, incurável, ou ainda devido à dor ou à perda dos elementos pessoais considerados essenciais para o indivíduo, seja ele doente ou não. Fá-lo porque está a “medir” a qualidade de vida, como se a existência pessoal pudesse ser avaliada pela sua eficácia ou valor económico (...).”²³³

²²⁸ ALMEIDA, Joana Rita da Silva. **Eutanásia: a fronteira entre o direito à vida e o, eventual, direito a morrer**. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.74

²²⁹ *Idem*

²³⁰ BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, in, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000, p.129

²³¹ *Idem*

²³² *Idem*

²³³ GODINHO, Adriano Marteleto. **Eutanásia, Ortotanásia e Directivas Antecipadas de Vontade: o sentido de viver e morrer com dignidade**. Curitiba:Juruá, 2016. p.55

Outro dos argumentos contra a eutanásia baseia-se na defesa de que a vida “é um direito indisponível, pelo que a autodeterminação do paciente que quer que ponham termo ao seu sofrimento inútil, entra em conflito com o interesse público e os valores da sociedade que proíbem a morte directa mesmo de doentes em estado terminal.”²³⁴

Aceitando a vida como um bem supremo, o homem não o pode suprimir. Para prevenir situações irregulares, o Estado tem como principal função “promover o bem-estar dos cidadãos e evitar que estes sejam mortos ou colocados em situação de risco, o Estado tem a obrigação de criar todos os meios necessários para que a vida seja prolongada o máximo de tempo possível, mesmo que tal vá contra a vontade do doente.”²³⁵

Segundo António Brito, “o nascer e o morrer, com ou sem interferência do médico, acontecem no momento certo, pelo que a eutanásia é uma violência contra a natureza. A vida do paciente não pertence ao médico, pelo que não lhe cabe a ele, ou a quem quer que seja, abreviá-la. O homem não pode tirar a própria vida, que é um bem supremo.”²³⁶

Alega-se que a “legalização da Eutanásia é perigosa na medida em que pode representar deixar de proteger os membros da sociedade com doenças incuráveis, os mais vulneráveis. Pensando assim que a sociedade não os queria vivos, passando a ter medo dos profissionais de saúde. A eutanásia destrói a confiança dos pacientes nos médicos, passando a ser temido, e passaria a ser um verdadeiro executor da morte.”²³⁷

Embora seja difícil prever o tempo máximo de vida de um doente terminal, haverá sempre a possibilidade de um prognóstico médico errado o que levaria à prática de mortes precoces e sem sentido.

²³⁴ ALMEIDA, Joana Rita da Silva. **Eutanásia: a fronteira entre o direito à vida e o, eventual, direito a morrer**. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p..72

²³⁵ *Idem*

²³⁶ BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, in, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000, p.130

²³⁷ *Idem*

É preciso não esquecer que a função dos médicos, “(...) é promover a saúde e o bem-estar das pessoas, garantindo e protegendo a vida de todos os homens”²³⁸, o núcleo fulcral do Juramento de Hipócrates.

Na opinião do médico Gentil Martins, o principal objectivo de um médico é “a salvaguarda do Ser Humano e a sua sobrevivência enquanto indivíduo, devendo aliviar o sofrimento do doente e apoiá-lo, sem nunca cair na tentação de lhe provocar a morte.”²³⁹ E acrescenta que “o médico deve respeitar a vida, como bem supremo e sagrado, e a dignidade e autodeterminação da pessoa”²⁴⁰, citando Hipócrates, é “curar algumas vezes, aliviar frequentemente, consolar sempre.”²⁴¹

No caso da legalização da eutanásia, haverá o perigo de se tornar generalizada, podendo encobrir “verdadeiros crimes de homicídio intencionalmente planeados, com determinados interesses económicos (por exemplo de heranças, testamentos, doações), que se fariam passar por actos compassivos e piedosos.”²⁴²

Deste modo, a proibição da eutanásia “providencia uma protecção contra a tentação de diminuir as poucas esperanças que o doente já tem. Tal facto traria consigo, uma acentuada desvalorização da vida humana.”²⁴³

Além disso, apesar de algumas doenças serem hoje em dia incuráveis, amanhã, poderão já não o ser.

²³⁸ ALMEIDA, Joana Rita da Silva, **Eutanásia: fronteira entre direito à vida e o, eventual, direito a morrer**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.76

²³⁹ MARTINS, António Gentil. **O Médico e a Eutanásia**, 1991, p. 148; que pode ser consultado em: http://repositorio.chlc.min-saude.pt/bitstream/10400.17/945/1/Acta%20Med%20Port%201991_4_147.pdf

ALMEIDA, Joana Rita da Silva, **Eutanásia: fronteira entre direito à vida e o, eventual, direito a morrer**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.77

²⁴⁰ MARTINS, op.cit. p.148

²⁴¹ *Idem*

JANUARIO, Rui e FIGUEIRA, André. **O Crime de Homicídio a Pedido – Eutanásia: Direito a Morrer ou Dever de Viver**. Quid Juris, 2009, p. 139;

ALMEIDA, Joana Rita da Silva, **Eutanásia: fronteira entre direito à vida e o, eventual, direito a morrer**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto.. Dissertação de Mestrado, 2014, p.78

²⁴² BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, in, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000, p.131

²⁴³ *Idem*

Se a escolha de um doente terminal for o caminho da eutanásia, esta escolha ou atitude “(...) além de ir contra a vida, representa também uma atitude derrotista, atentatória do progresso científico.”²⁴⁴

A eutanásia “terá de ser sempre vista como a *ultima ratio*, o médico deverá sempre tentar salvar a vida do doente e proporcionar-lhe qualidade de vida com o máximo empenho possível e utilizando todos os recursos disponíveis.”²⁴⁵

Fazemos nossas as palavras de alguns opositores da eutanásia, “a legalização da eutanásia traria mais problemas do que soluções. Numa sociedade de tantas desigualdades, e de tanta complexidade como a nossa, instituir-se a prática da eutanásia seria uma temeridade mais grave do que o restabelecimento da pena de morte, pois está dependente de um processo legal, com acusação e defesa, enquanto aquela dependeria apenas da vontade da pessoa, suicida ou não, induzida ou não a eliminar a própria vida.”²⁴⁶

²⁴⁴ *Idem*

²⁴⁵ ALMEIDA, Joana Rita da Silva. **Eutanásia: a fronteira entre o direito à vida e o, eventual, direito a morrer**. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.78

²⁴⁶ BRITO, *op. cit.* p.133

A eutanásia, segundo o ponto de vista médico, jurídico, filosófico e religioso

Torna-se importante apresentar outras e diferentes perspectivas que podem dar um contributo e uma visão diferentes, como um médico, uma advogada, um filósofo e um padre da igreja católica.

Com as recentes propostas dos diferentes partidos políticos, torna-se pertinente expor as opiniões que estão a montante e a jusante deste tema. O que os une? E o que os separa?

A maior parte da classe médica é contra a eutanásia e os argumentos utilizados orientam-se sobretudo na ética médica e no seu Código Deontológico.

Em entrevista ao Diário de Notícias, José Manuel Jara, médico psiquiatra reformado, começa por dizer que “há uma visão muito unilateral sobre a eutanásia e que não pode ser só olhada pela vivência e sofrimento que cada um experiencia, tem de haver uma visão mais abrangente.”²⁴⁷ Alude, ainda, que “não se pode pôr no mesmo patamar a necessidade de uma lei para o aborto e para a eutanásia. Isto porque não se pode considerar que o início do desenvolvimento embrionário configura já uma pessoa na fase inicial. Por outro lado, o risco para a mulher do aborto clandestino resultava numa diferenciação assistencial entre quem podia e quem não podia. Era uma lei necessária contra o aborto clandestino.”²⁴⁸ Relativamente à eutanásia, “a sua reserva surge de muitos parâmetros. A eutanásia é um suicídio promovido pelo Estado, que não se pode comprometer a fazer isso, a promover a morte, por uma questão de princípio.”²⁴⁹ Este princípio referido por José Jara sobressai nas suas palavras: “está consagrado em muitos domínios na Constituição. Só uma grande retórica jurídica permitirá anular o que está nos artigos 24º e 25º da Constituição, que se consubstancia na interdição da violação do direito à vida. Não apenas a violação do direito à vida mas a violação do direito à integridade física e psíquica da

²⁴⁷ *Eutanásia: O que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

²⁴⁸ *Idem*

²⁴⁹ *Idem*

peessoa. Sabe que esta posição é contrariada por alguns constitucionalistas, mas ainda não viu nenhuma argumentação sólida.”²⁵⁰

Finalmente, refere também “que a eutanásia não é feita pelo próprio, é feita pelos outros, neste caso seria um médico, existindo logo aqui uma questão que fere a Constituição.”²⁵¹

Como o regulamento da deontologia médica proíbe a eutanásia, o suicídio assistido, a distanásia e outros tipos de eutanásia, reconhece que “pode haver objecção de consciência, mas forçar uma questão destas colocando-a como uma questão de direito a ser morto é um excesso, uma exorbitância.”²⁵²

O médico defende “que legislar sobre a matéria não é uma prioridade nem uma necessidade social.” Para este “a sociedade portuguesa não precisa disto, considerando que quem está numa situação terminal tem outros meios na medicina para morrer com dignidade.”²⁵³

Mais, aponta que “a questão coloca-a no plano ideológico, como se se tratasse de “um radicalismo pequeno-burguês”. Porque a questão acaba por ser defendida como um acto de “individualismo, a pessoa quer ser senhora de tudo até ao fim, pontuar a sua vida com um extremismo existencial que, no fundo, é o suicídio.”²⁵⁴ Perante a doença, existem casos de pessoas a quererem marcar a hora da morte, mas não existe a necessidade de envolver uma lei.

Afirma que, neste caso, “foi a luta contra o suicídio que o levou a meter-se neste debate”²⁵⁵, pois valoriza bastante a luta contra o suicídio e considera que, a abertura para uma legislação é um risco. Acrescenta que “se o Estado se compromete a fazer eutanásia, seja no suicídio assistido seja na morte directa por injeção letal, a pedido de outro, está a promover o suicídio.”²⁵⁶ E salienta que “os debates e as posições assumidas parecem-se mais a uma espécie de sacralização do Estado de direito pelo direito à morte. E o direito à morte que alguns reivindicam não se pode comparar com o direito à vida. São duas assimetrias. Como se pode defender o direito à morte se todos nós morremos?

²⁵⁰ *Eutanásia: O que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

²⁵¹ *Idem*

²⁵² *Idem*

²⁵³ *Idem*

²⁵⁴ *Idem*

²⁵⁵ *Idem*

²⁵⁶ *Idem*

Não é preciso um direito para morrer. O que está a ser discutido é o direito a ser morto. Acaba por haver um certo capricho, uma extravagância que acho que não configura com a necessidade de uma lei da República ferindo tantas coisas, demasiadas.”²⁵⁷

Menciona que, caso seja possível “aprovar-se uma lei para a morte assistida, esta será “uma lei tecnocrata.”²⁵⁸ Neste sentido, o que “a sociedade precisa é da criação de uma mentalidade diferente, de uma cultura solidária, em que se valoriza a pessoa até ao fim, com direito à comodidade, ao apoio da família e dos amigos.”²⁵⁹

Finaliza, avisando que, “na eutanásia, não há recuos, não pode haver arrependimentos e não constitui uma forma de medicina, mas uma forma de homicídio praticado pelo médico. Deste modo, a ciência tem de ser vista como uma cura, como uma prevenção e ainda como uma atenuação, não podendo ser um meio para pôr fim à vida.”²⁶⁰

Na mesma entrevista, segue-se o ponto de vista de uma advogada, Paula Martinho da Silva, salientando que “enquanto não estiverem esgotadas todas as outras possibilidades de assistir e cuidar, que poderão até ir muito mais ao encontro da verdadeira vontade da pessoa, não faz sentido falar em eutanásia.”²⁶¹

Defende que é completamente diferente falar de aborto e eutanásia, “quando se discute o aborto há uma discussão prévia, se estamos perante um ser humano ou não, da concepção do que é pessoa ou não. Na eutanásia, no final da vida, essa questão já não se coloca. Partimos do princípio de que é um ser humano de quem estamos a falar. Por isso, é uma questão que nos toca a todos. É a morte, um tema transversal. Não me espanta que haja em cada partido divergências em relação à eutanásia. Ou por se considerar que não é oportuno legislar neste momento, ou por se entender que há uma colisão de princípios, por se considerar que o direito à vida e a inviolabilidade da vida

²⁵⁷ *Eutanásia: O que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

²⁵⁸ *Idem*

²⁵⁹ *Idem*

²⁶⁰ *Idem*

²⁶¹ *Idem*

humana é superior ao princípio da autonomia, que fundamenta o direito à morte. Por tudo isto não me surpreende.”²⁶²

Menciona ainda que “o dizer-se que a sociedade já discutiu tudo está longe de ser verdade. Há necessidade de que o debate continue, pois ainda existe muita confusão de conceitos, do que é o suicídio assistido, os cuidados paliativos, a sedação paliativa, obstinação terapêutica, etc. E não estamos perante uma questão nacional, é internacional.”²⁶³

Um grande exemplo europeu nesta matéria é a França. Apesar dos debates e da escolha democrática, os cidadãos “afinal queriam esgotar todos os meios que já existiam para atenuar o sofrimento e que não estavam a ser implementados. E o Hollande não conseguiu legislar a eutanásia.”²⁶⁴

Paula Martinho da Silva apercebe-se da preocupação da população “no sentido de não estarem esgotadas todas as possibilidades que existem ou que estão contempladas para acompanhar o final da vida, considera que ainda há muito a fazer e que este tema não fica arrumado por se aprovar ou não uma lei, sublinhando que os países que já têm uma lei aprovada, como a Holanda e a Bélgica, continuam a debater.”²⁶⁵

E acrescenta que “enquanto não forem esgotados todos os meios de fazer face ao final da vida, passar para um patamar superior, que é o da eutanásia, significa, (...) que estamos a ultrapassar etapas, a passar por cima de outras alternativas que podem existir e que vão muito mais ao encontro da vontade das pessoas.”²⁶⁶

Em relação aos projectos que foram apresentados pelos partidos, diz “que todos eles são coincidentes nos requisitos em que se aceitaria a morte assistida, doença terminal, sofrimento intolerável, e acho extremamente difícil conseguir obter de uma pessoa nessas condições um consentimento verdadeiramente

²⁶² *Eutanásia: O que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

²⁶³ *Idem*

²⁶⁴ *Idem*

²⁶⁵ *Idem*

²⁶⁶ *Idem*

livre, informado e expresso. Não estou a dizer que é impossível, mas é muito difícil.”²⁶⁷

À semelhança do médico, ressalva que, na eutanásia, “não há recuos, não nos podemos arrepender. Tem de haver um reforçar da prudência relativamente à auscultação da verdadeira vontade da pessoa e das razões que podem levá-la a um pedido de eutanásia.”²⁶⁸

No entanto, aceita que, em certas situações com casos específicos, “em que a pessoa está autónoma, sem sofrimento físico, possa ter um desejo legítimo e atendível para morrer, mas é uma situação tão excepcional. E a lei não pode existir para casos excepcionais, a lei tem de ser o mais abrangente possível.”²⁶⁹

Evidencia como fundamental que se deverá “encontrar outras formas para fazer face a essas situações (...)”²⁷⁰, indicando que não concorda com nenhuma das propostas apresentadas.

No entanto, assegura que “mesmo que não seja agora, no futuro haverá despenalização.”²⁷¹

Conclui referindo o seguinte “(...) idealmente, não se deveria precisar de legislar. Se não existir lei, posso colocar uma acção em tribunal a pedir que se decida sobre determinada situação. O juiz não pode dizer: eu não decido porque não há lei. Se nada existir, o juiz tem de se colocar na posição do legislador e decidir casuisticamente.”²⁷²

A entrevista do Diário de Notícias finaliza com a visão de José Gil, filósofo, professor e ainda subscritor do “Movimento Morrer com Dignidade”, que defende o direito em nome de uma vida que está para lá da que é meramente biológica. O filósofo salienta “que existe sempre um lado pessoal que nos liga à eutanásia. Histórias de amigos, de amigos de amigos, de conhecidos, mas todas de pessoas que nos surpreenderam porque se prepararam para a morte a ponto

²⁶⁷ *Eutanásia: O que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

²⁶⁸ *Idem*

²⁶⁹ *Idem*

²⁷⁰ *Idem*

²⁷¹ *Idem*

²⁷² *Idem*

de a aceitarem.”²⁷³ Por isso, aceita a eutanásia como “uma ideia de vida, de uma vida digna, como uma ideia de vida que surge da relação entre o indivíduo e a sociedade, e da qual derivam questões morais, existenciais e filosóficas.”²⁷⁴

Defende que “está em causa é a despenalização do acto, mas, mais do que isso, seria importante aceitar o direito à morte. A despenalização abre um campo em que se afirma o direito a uma vida digna que, no meu entender, vai mais longe e mais profundamente do que o direito à autonomia do indivíduo.”²⁷⁵ Portanto, é “o direito a que cada indivíduo possa dispor da sua vida, de uma vida que vale a pena e que se respeita a si própria.”²⁷⁶

E pergunta “de onde vem a autoridade dos que querem a lei tradicional, que afirma não poder haver um acto médico que siga o direito de dar ao indivíduo uma morte digna?” ²⁷⁷, alegando que o juramento de Hipócrates já sofreu alterações e que “está em correspondência com uma certa ideia do bem, do que é uma vida, uma vida boa para o cidadão e para o homem.”²⁷⁸

Para defesa da eutanásia, responde negativamente à questão “há assim tanta diferença entre a eutanásia e o que já está consignado na lei actual, no testamento vital?”²⁷⁹ De facto, nos casos em que haja o testamento vital, “há já uma espécie de convivência que é pedida ao médico e à instituição para deixar morrer. Recusar o encarniçamento terapêutico é, no fundo, deixar morrer. E para isso já se recorre ao serviço médico e institucional, que tem por dever ajudar a viver. Portanto, já estamos no caminho para a eutanásia”, sublinhando que, neste caso do testamento vital, “o que a sociedade está a fazer é “mascarar” o acto em si da morte assistida.”²⁸⁰

Para o filósofo, “a resistência de uma certa sociedade portuguesa à ideia da eutanásia tem que ver com a relação do próprio povo com a morte, mas um

²⁷³ *Eutanásia: O que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

²⁷⁴ *Idem*

²⁷⁵ *Idem*

²⁷⁶ *Idem*

²⁷⁷ *Idem*

²⁷⁸ *Idem*

²⁷⁹ *Idem*

²⁸⁰ *Idem*

povo enquanto católico e cristão.”²⁸¹ Portanto, “a ideia de resistência, de não deixar o médico ajudar numa morte que se pede, significa que se aceita o sofrimento. Ou que se deve aceitar o sofrimento segundo um modelo que é o da paixão de Cristo. Foi Deus que nos deu a vida, é Deus que a pode retirar. Não nós.”²⁸² Porém, defende “que toda esta recusa da eutanásia se ancora numa certa religião não está a dizer que não haja outros princípios, outras razões para a recusa.”²⁸³

A razão de ser a favor da eutanásia baseia-se na concepção da vida humana com(o) um valor para além da “vida biológica, que tem um valor espiritual em si, e que vem da própria vida, do facto de ser criadora, criadora de cultura, de civilização. Não é da transcendência que vem o valor eterno da vida, é da imanência da vida, do valor da vida, de uma profunda espiritualidade quando, em geral, só vê espiritualidade ligada à transcendência.”²⁸⁴

Afirma que, caso a lei seja aprovada, faz sentido continuar-se a debater, pois ainda existe muito a fazer. Acredita que a maior parte do povo português responda afirmativamente à não despenalização da eutanásia, uma vez que este “está sob um peso e uma pressão de séculos de uma religião que vai no sentido dos valores fundamentais da vida. Só que tal não pode permitir que não haja uma evolução da visão do povo.”²⁸⁵ José Gil admite que “se se trouxer a questão dos princípios para o debate público muitos desse mesmo povo começarão a mudar o pensamento.”²⁸⁶

Até hoje, “o debate não tem sido público. E não o é porque fundamenta, não se fala do sofrimento que quotidianamente milhares e milhares de pessoas passam. Não se fala do sofrimento, das queixas, dos gritos... se estes começarem a ecoar no espaço público será um escândalo insuportável e começará a mudar as consciências. Se assim for, pensar-se-á muito

²⁸¹ *Eutanásia: O que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

²⁸² *Idem*

²⁸³ *Idem*

²⁸⁴ *Idem*

²⁸⁵ *Idem*

²⁸⁶ *Idem*

diferentemente do que se pensa agora sobre a eutanásia, estou absolutamente certo.”²⁸⁷

Segundo José Gil, “há muito que se luta contra os tabus, mas ainda há tabu para falar do sofrimento, um tabu que é justificado com a ideia do pudor. O que, para o filósofo, mais não é do que antes aconteceu com o aborto, quando o tabu o cobriu e não se falava, como o tabu que cobriu anos e anos a violência doméstica. Quebrar esse tabu é dizer publicamente a milhares de pessoas que sofrem injustamente e que poderiam não sofrer que isso vai modificar-se.”²⁸⁸

Deste modo, entende que a eutanásia, “é uma maneira de permitir que o indivíduo se possa resgatar da sua solidão e reapropriar-se da sua vida. Porque é que isto não é aceitável? Porque é que não é aceitável que uma pessoa queira morrer dignamente e não absolutamente estilhaçada, alienada pelo sofrimento? Isto é dignificar a vida,”²⁸⁹ e acrescenta ainda que “a sociedade ainda não tem maturidade para aceitar a eutanásia. Se calhar não tem, mas isso não significa que o povo é estúpido e que não possa compreender uma lei. Tanto mais que as condições da morte, hoje, são cada vez mais terríveis. Morre-se solitário, separado da comunidade, da família. Tem-se vergonha de morrer.”²⁹⁰ Alerta para os “(...) perigos que uma lei pode trazer, das derivas oportunistas que podem aparecer, mas tudo isso “é compatível com uma lei”. ”²⁹¹

Por isso, os debates são um alerta, “sobretudo para os que defendem a eutanásia como forma de dar um sentido à vida. O que se segue se a lei não for aprovada não sabe do ponto de vista jurídico, mas socialmente é importante que o debate não desapareça, que não morra, que não nos recentremos numa espécie de mudez.”²⁹²

Finalmente, remata que é essencial falar-se e debater-se publicamente sobre estes assuntos. A convicção deste autor baseia-se no sentido em que “isto

²⁸⁷ *Eutanásia: O que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

²⁸⁸ *Idem*

²⁸⁹ *Idem*

²⁹⁰ *Idem*

²⁹¹ *Idem*

²⁹² *Idem*

é um acto de fé mas não só, é de que no futuro, não só em Portugal mas noutros países, haverá despenalização da eutanásia.”²⁹³

Na questão da eutanásia, não poderia deixar de faltar a perspectiva da religião relativamente a este tema que é tão debatido ultimamente, sendo, uma perspectiva do ponto de vista da religião católica e não do ponto de vista jurídico.

Os representantes da Igreja referem que, perante o drama em estudo e “no actual contexto, torna-se cada vez mais forte a tentação da eutanásia, isto é, de apoderar-se da morte, provocando-a antes do tempo e, deste modo, pondo fim docemente à vida própria ou alheia. Na realidade, aquilo que poderia parecer lógico e humano, quando visto em profundidade, apresenta-se absurdo e desumano. Esta decisão de tirar a vida torna-se mais grave quando se configura como um homicídio que os outros praticam sobre uma pessoa que não o pediu de modo nenhum nem nunca deu qualquer consentimento para que fosse realizado.”²⁹⁴

O padre Manuel Barbosa assume que a posição da Igreja Católica é “contra a eutanásia”, uma vez que esta orientação está consagrada na própria Constituição da República Portuguesa no seu artigo 24º, onde é mencionado que a vida humana é inviolável. Sublinha que a “questão da luta contra a eutanásia é uma questão de vida, é uma questão de sociedade, não é uma questão de religião.”²⁹⁵ Deste modo, para este padre “é preciso lutar pela vida, pelos cuidados paliativos, há muito a fazer nesse sentido, pelo cuidado por todos e pela vida no seu todo. Até porque há sempre o perigo de cairmos numa rampa deslizante, em que a eutanásia pode ser vista como uma “solução para tudo”. ”²⁹⁶

As convicções da Igreja Católica convergem na defesa pela vida e celebram a vida por todos os meios. Por isso, a eutanásia deve combater-se em

²⁹³ *Eutanásia: O que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

²⁹⁴ *Eutanásia: Igreja Católica publica folheto com perguntas e respostas para um «debate mais esclarecido»*, que pode ser consultado em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/eutanasia-igreja-catolica-publica-folheto-com-perguntas-e-respostas-para-um-debate-mais-esclarecido/>

²⁹⁵ *Idem*

²⁹⁶ *Eutanásia: Igreja Católica publica folheto com perguntas e respostas para um «debate mais esclarecido»*, que pode ser consultado em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/eutanasia-igreja-catolica-publica-folheto-com-perguntas-e-respostas-para-um-debate-mais-esclarecido/>

quaisquer circunstâncias. Trata-se “não só de uma lesão da dignidade das pessoas, como também de um pecado.”²⁹⁷

O princípio fundamental da Religião Católica “é que a prática da eutanásia implica matar um ser querido por Deus, que, vela sobre a vida e a morte, sendo pecado que atente contra o homem, e por isso contra Deus que o criou, e é ofendido por tudo o que ofende o ser humano. E por esta razão Deus ordenou “Não matarás”, sendo um acto injustificado contra a dignidade humana e contra um filho de Deus”²⁹⁸, ou seja, Deus deu a vida, Deus tira a vida, não sendo possível um terceiro fazê-lo. Consentir em “apressar a morte seria proclamar que sofrer é pior e que os benefícios da vida se resumem a não sofrer. Isto é verdade para o animal, falso para o homem, para o qual tem toda a dignidade e valor. Apressar o fim, seria privar o homem duma parcela da sua vida que constitui o seu bem supremo, frustrá-lo do que possui de mais valioso, não deve encurtar-se sejam quais forem as suas razões e justificações da sua vida.”²⁹⁹

Ressalva ainda que “com a legalização da eutanásia e do suicídio assistido, o Estado afirma que a vida de pessoas doentes e em sofrimento já não merece protecção, não é digna de ser vivida. E isso não é aceitável. Se admitirmos a eutanásia, é destruída a relação médico-doente, que assenta numa base de confiança, que deve ser respeitada e que é a base da medicina. A eutanásia opõe-se à medicina e acaba por ser a sua negação.”³⁰⁰

A sua argumentação é sustentada em vários estudos que traduzem o crescente número de mortes nos países, como Bélgica, Holanda, Suíça e Estado de Oregon nos Estados Unidos, que legalizaram a eutanásia e o suicídio assistido.

Finaliza mencionando que, “legalizada a eutanásia, o Estado corre o risco de, por razões economicistas, privar os doentes com doenças incuráveis de receber os tratamentos adequados e com isso antecipar o momento da morte, encurtando a vida da pessoa. Em países que legalizaram a eutanásia, a prática

²⁹⁷ ALMEIDA, Joana Rita da Silva. **Eutanásia: a fronteira entre o direito à vida e o, eventual, direito a morrer**. Coimbra: Fundação Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.91

²⁹⁸ PROBARI, Curtinho. **Estudo de Eutanásia: o seu enquadramento no ordenamento jurídico português**. 1999-2000. p.18

²⁹⁹ *Idem*

³⁰⁰ *Eutanásia: Igreja Católica publica folheto com perguntas e respostas para um «debate mais esclarecido»*, que pode ser consultado em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/eutanasia-igreja-catolica-publica-folheto-com-perguntas-e-respostas-para-um-debate-mais-esclarecido/>

desta estendeu-se a crianças recém-nascidas com deficiências graves e a adultos com grave deficiência e incapazes de exprimir a sua vontade consciente.”³⁰¹

³⁰¹ *Eutanásia: Igreja Católica publica folheto com perguntas e respostas para um «debate mais esclarecido»*, que pode ser consultado em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/eutanasia-igreja-catolica-publica-folheto-com-perguntas-e-respostas-para-um-debate-mais-esclarecido/>

Direito Comparado - A Eutanásia pelo Mundo

Esta abordagem, na óptica do Direito Comparado, pretende analisar o ordenamento jurídico de alguns países, que admitem ou não a eutanásia e o suicídio assistido, os seus requisitos e formalidades e ainda a sua punibilidade. É de salientar que o nosso ordenamento jurídico não o permite (o que já foi demonstrado anteriormente).

Os únicos países europeus que legalizaram a prática da eutanásia foram Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

Outro país que poderá juntar-se aos países supracitados, será a Espanha, uma vez que o parlamento espanhol aprovou o diploma que legaliza a eutanásia. Este diploma seguiu para o Senado, que o poderá aprovar ou remetê-lo para alterações.

Eutanásia nos Países Europeus

Alemanha

Na Constituição Alemã, consagram-se três princípios: “1) a inviolabilidade da dignidade humana, com o inerente dever do Estado de a respeitar e proteger (artigo 1.º, n.º 1); 2) direito à vida e à integridade física (artigo 2.º, n.º 2); e ainda 3) o direito ao livre desenvolvimento da personalidade (artigo 2.º, n.º 1)”.

Estes princípios têm sido interpretados no sentido de atribuir “(...) à pessoa o direito a ser tratada como ser humano, seja qual for o seu estado de saúde, o direito à protecção da sua existência biológica e psíquica, que significa a proibição de ser morta por outros e de lhe serem impostas restrições não autorizadas à sua integridade física e mental, e o direito de pôr termo à sua própria vida, dado que a liberdade de acção é entendida num sentido muito amplo.”³⁰²

O CP alemão está em “conformidade com as disposições constitucionais, e prevê a eutanásia activa como crime próprio, punindo-o, no artigo 216.º, com pena de prisão de 6 meses a 5 anos. É requisito para o preenchimento deste tipo

³⁰² **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.13

legal de crime que a vítima haja formulado pedido expresso e sério para ser morta, pois, caso o pedido não exista, o autor do crime pode ser acusado de cometer homicídio simples, previsto e punido pelo artigo 212.º. A tentativa é punível.”³⁰³

O tipo de eutanásia permitida no ordenamento jurídico alemão é a passiva, em que a administração (ou a recusa) de tratamento ou medicamento é autorizada unicamente pelo doente. Assim, o doente incurável tem “o direito de abdicar de tratamentos que se destinem a mantê-lo vivo, ao abrigo de uma lei especial entrada em vigor em 1997. É requisito incontornável que a decisão esteja em linha com a vontade expressa do paciente ou, no caso de ficar inconsciente, com a sua vontade registada por escrito antes de entrar no estado comatoso ou de perda de consciência.”³⁰⁴

A eutanásia indirecta também não é punida, uma vez que a administração dos tratamentos médicos têm como finalidade “aliviar a dor mas com a consciência de que tais tratamentos podem conduzir à morte prematura do paciente. Esta forma de eutanásia não é objecto de norma criminal punitiva, por se considerar tratar-se de uma maneira de o doente morrer com dignidade e sem dor.”³⁰⁵

A instigação ou auxílio ao suicídio não merece tutela penal, “desde que o acto final que cause a morte venha do próprio suicida, que tem de ser pessoa capaz e no pleno gozo das suas capacidades mentais. Se a pessoa que pretende matar-se perde a consciência, as pessoas que estejam presentes, se não a ajudarem a evitar a morte, podem incorrer no crime de falta de assistência a pessoa em perigo (artigo 323.º-C8).”³⁰⁶

De referir que existe, em legislação avulsa, a previsão/ a possibilidade de elaboração de testamento vital.³⁰⁷

³⁰³ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.13

³⁰⁴ *Idem*

³⁰⁵ *Idem*

³⁰⁶ *Idem*

³⁰⁷ Quando ouvimos falar em testamento (art. 2179º156 do Código Civil), “é impossível não associarmos a um documento que contenha disposições para lá da morte, o que não acontece neste caso, pois o testamento vital apenas produz efeitos durante a vida do testamentário. Assim, a Lei define no seu art. 2º, que o testamento vital é um —documento unilateral e livremente revogável a qualquer momento pelo próprio, no qual uma pessoa maior de idade e capaz, que não se encontre interdita ou inabilitada por anomalia psíquica, manifesta antecipadamente a sua vontade consciente, livre e esclarecida, no que concerne aos cuidados

Áustria

Neste país, a eutanásia é considerada um crime próprio, designado “homicídio a pedido” no Código Penal austríaco, um crime distinto do homicídio simples. Para este crime, é referido que “quem matar alguém, a seu pedido, sério e urgente, é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos”. Esta pena é reduzida, se comparada com a pena prevista no homicídio simples.

O crime de incitamento ou a ajuda ao suicídio é punido com a pena do crime de homicídio a pedido, segundo o artigo 78º do Código Penal austríaco. Relativamente ao suicídio assistido, no caso de um doente terminal, “quem pratica a acção final acaba por ser o próprio doente, limitando-se o agente do crime a prestar-lhe ajuda.”³⁰⁸

Como a eutanásia activa é proibida, é a eutanásia indirecta a mais praticada “no sentido da administração de paliativos e analgésicos com efeitos secundários de diminuição do tempo de vida do paciente, sem que o propósito primário dessas medidas seja o de reduzir o tempo de vida, sabendo-se embora que podem produzir, em última instância, esse efeito.”³⁰⁹ Desde que o doente peça ou autorize a paragem dos tratamentos destinados a mantê-lo vivo, não é considerado ilegal, uma vez que foi o doente a requerer e “é um direito que lhe assiste, uma vez expresso com clareza, abrangendo esse direito tanto o de recusar tratamentos que se destinem tão só a prolongar a vida (eutanásia passiva) como o de exigir tratamentos que evitem a morte iminente (ao abrigo do direito à vida).”³¹⁰

Relativamente a menores de 14 anos de idade, os tribunais não admitem qualquer forma de eutanásia, seja passiva ou indirecta, uma vez que lhes falta

de saúde que deseja receber, ou não deseja receber, no caso de, por qualquer razão, se encontrar incapaz de expressar a sua vontade pessoal e autonomamente.

Desde logo, pode – se ver que estamos na presença de um documento vinculativo, que só é válido se for feito por uma pessoa maior e com capacidade, onde se esclarece quais os tratamentos e cuidados que deseja receber, no caso de já não conseguir expressar a sua vontade. Deste modo, este pode apresentar dois conteúdos distintos: o testador recusa um tratamento ou o testador requer que lhe seja feito algum tratamento (caso o tratamento não seja o adequado para a situação do paciente o médico poderá obstar – se à sua aplicação).” PARDAL, Cristiana Sofia de Oliveira, **Eutanásia – Representações Sociais**. Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016.pp. 52-53

³⁰⁸ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada**. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, pp.16-17

³⁰⁹ *Idem*

³¹⁰ *Idem*

maturidade suficiente para decidirem por si próprios. Já na faixa etária “dos 14 aos 16, entenderem que as situações devem ser avaliadas caso a caso para determinar o grau de maturidade da pessoa em concreto.”³¹¹

Quanto ao testamento vital, “existe uma lei especial a autorizar o testamento vital, prestado solenemente por escrito, com carácter absolutamente vinculativo se feito perante notário, advogado ou representante legal. Através dele, porém, não se pode autorizar ninguém a praticar a eutanásia activa. Apenas legitima a passiva.”³¹²

Bélgica

A Bélgica foi o segundo país europeu a legalizar a eutanásia em 2003. Esta legalização não preenche os mesmos requisitos existentes na Holanda. Neste caso, “o doente não terá que se encontrar forçosamente em estado terminal para “usufruir” desta possível solução.”³¹³

A legalização da eutanásia emergiu de um debate sobre a sua imprescindibilidade e actualidade, movida por uma directriz emanada do Comité Consultivo Nacional da Bioética.

Segundo a lei belga, a eutanásia é “o acto, praticado por um terceiro, que põe intencionalmente fim à vida de uma pessoa a pedido desta.”³¹⁴ Segundo o mesmo diploma, o “paciente encontra-se numa situação médica sem saída e dá mostras de um sofrimento físico ou psíquico constante e insuportável que não pode ser apaziguado e que resulta de uma afecção accidental ou patológica grave e incurável.”³¹⁵

³¹¹ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, pp.16-17

³¹² *Idem*

³¹³ DIAS, Cláudia Isabel Oliveira, **A Eutanásia: Os trilhos litigantes entre o direito e uma morte digna e o direito à vida-perspectiva jurídico penal.** Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2013, p.45

Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.17

³¹⁴ ALMEIDA, Joana Rita da Silva, **Eutanásia: fronteira entre direito à vida e o, eventual, direito a morrer,** Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.60

³¹⁵ *Idem*

Será necessário estarmos “perante um pedido persistente e reiterado e, o médico e o paciente, em conjunto, têm de chegar à conclusão de que aquela é a melhor solução para aquele caso concreto.”³¹⁶

Aprovou-se também uma legislação para os cuidados paliativos, sendo esta a solução recomendada. Assim, recorre-se à eutanásia como último recurso, aplicando-se apenas nos casos de situações irreversíveis.

Na prática da eutanásia, os médicos belgas requisitam um kit nas farmácias e este tem de ser levantado num período de 24 horas. “Este *kit* é composto por um relaxante muscular injectável que anestesia os doentes e um livro de instruções. A eutanásia pode ocorrer na casa do doente. Depois da utilização do *kit*, os médicos são obrigados a devolver os utensílios e os medicamentos que não utilizaram.”³¹⁷

Durante um ano, a eutanásia não era praticada em menores de idade. Porém, a partir de 2014, a Bélgica aprovou a eutanásia infantil sem qualquer limite de idade, aplicada apenas em casos de doença terminal, com sofrimento para a criança e sem hipótese de tratamento.

Comparando com outros países, por exemplo a Holanda, destaca-se uma diferença na eutanásia infantil praticada neste país que só permite esta prática a partir dos 12 anos, com o acordo dos pais.

Como já foi referido, os requisitos para se efectuar a eutanásia impõe que “os pais e os médicos têm de concordar com a aplicação da medida, já a criança tem de ter uma doença terminal, estar num estado de grande sofrimento físico e fazer pedidos sucessivos antes de a eutanásia ser equacionada.”³¹⁸

Embora a solução aconselhável seja o acompanhamento nos cuidados paliativos, é possível recorrer-se à eutanásia nos casos e situações irreversíveis de doença terminal.

Na lei belga, a eutanásia pode ser praticada na casa do doente.

³¹⁶ ALMEIDA, Joana Rita da Silva, **Eutanásia: fronteira entre direito à vida e o, eventual, direito a morrer**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2014, p.60

³¹⁷ *Ibidem* pp.60-61

³¹⁸ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada**. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, pp 22-23

Croácia

A Constituição Croata consagra o direito à vida no artigo 21º, proibindo a pena capital. Também no artigo 23º, “é estabelecido que ninguém pode ser submetido a tortura ou maus tratos e, sem o seu consentimento, a experiências médicas ou científicas (...).”³¹⁹

Deste modo, “não existe o direito explícito a morrer com dignidade.”³²⁰ É proibida a eutanásia activa, cuja prática configura um tipo de crime, designado “homicídio a pedido”. Segundo o artigo 94º do Código Penal “a pena aplicável a quem matar alguém a seu pedido expresso e sério é de prisão de 1 a 8 anos.”³²¹

A instigação ou a ajuda directa ao suicídio também são consideradas um crime, devidamente tipificado como participação em suicídio, “punível com pena de prisão de 6 meses a 5 anos, caso o suicídio seja tentado ou venha a consumir-se. A pena aplicável é agravada tratando-se de jovem, criança ou pessoa cuja capacidade de valoração ou determinação esteja significativamente diminuída (artigo 96.º do Código Penal).”³²²

Na Croácia, foi aprovada, em 2004, uma lei baseada nas questões da eutanásia passiva e indirecta, “que protege os direitos dos doentes, incluindo o direito de recusar qualquer intervenção clínica, cirurgia recomendada ou tratamento terapêutico e o direito de elaborar testamento vital.”³²³

França

Em França, “a eutanásia activa não é autorizada, sendo expressamente proibido provocar deliberadamente a morte de alguém (artigo R4127-38 do Código da Saúde Pública). Não constituindo embora crime específico, é passível de sanções penais por homicídio ou envenenamento (artigos 221-1 e 221-5 do Código Penal).”³²⁴

³¹⁹ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Coleção Temas. Abril 2016, p.22

³²⁰ *Idem*

³²¹ *Idem*

³²² *Ibidem* p.23

³²³ *Idem*

³²⁴ *Ibidem* p.28

Saliente-se que “o direito de morrer com dignidade não está consignado na Constituição, mas é mencionado no Código da Saúde Pública, que recentemente sofreu alterações introduzidas pela Lei n.º 2016-87, de 2 de fevereiro de 2016, quando faz referência à morte com dignidade e aos doentes em fim de vida (artigo L1110-263). Neste diploma, chama-se ainda a atenção para o direito inalienável aos cuidados paliativos (artigo L 1110-10, segundo o qual os cuidados paliativos podem ser prestados em instituição ou ao domicílio e visam acalmar a dor, aliviar o sofrimento psíquico e salvaguardar a dignidade do paciente).”³²⁵

Assim, “a eutanásia passiva, traduz-se na aplicação intencional, por vontade do doente, de um tratamento que possa ter um efeito secundário para diminuir a sua vida, na recusa deste de um tratamento em curso ou, por último, na não admissão pelo doente do prolongamento de uma terapêutica desadequada e inútil face à sua situação em concreto (a chamada obstinação terapêutica). Estas situações foram despenalizadas pela primeira vez através da Lei n.º 2005-370, de 22 de Abril de 2005, que ficou conhecida por “Lei Leonetti”, relativa aos direitos dos doentes em fim de vida. As normas que consagraram consubstanciaram-se em alterações ao Código da Saúde Pública, sendo de destacar os artigos L. 1110-5 e L 1111-4. Instaurou o direito a “deixar morrer”, que favorece os tratamentos paliativos, ou seja, a administração de analgésicos e sedativos para diminuir o sofrimento do doente, que podem ter como efeito secundário o encurtamento da vida de um paciente em fase avançada ou terminal de uma doença grave e incurável. Existe o direito à objecção de consciência dos profissionais de saúde.”³²⁶

Neste país, o suicídio assistido não é autorizado, uma vez que a instigação do suicídio, nos termos do artigo 223-13 do Código Penal Francês, é punida com três anos de prisão e com uma multa de 45 mil euros, sendo ainda agravada se a vítima for menor de 15 anos.

Finalmente, verifica-se “na lei francesa o direito às disposições antecipadas da vontade ou testamento vital, assim como o direito do doente de

³²⁵ *Idem*

³²⁶ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Coleção Temas. Abril 2016, p.28

recusar o tratamento, tendo, no entanto, os médicos o dever de insistir na continuação do mesmo (artigo L 1111-4 do Código da Saúde Pública).”³²⁷

Holanda

A Holanda foi o primeiro país europeu a legalizar a eutanásia activa em 2001. Quer a eutanásia quer o suicídio assistido estão regulados numa lei própria, designada por “Termination of Life Request And Assisted Suicide (Review Procedures) Act.”, permitindo a prática de ambos.

O regime desta lei foi estabelecido em ligação com os artigos 293.º (sobre o homicídio a pedido da vítima) e 294.º (sobre o suicídio assistido) do Código Penal holandês, ficando estes adaptados em conformidade.

De acordo com o n.º 1 do citado artigo 293.º, comete crime quem mata alguém a seu pedido expresso e sério. O n.º 2 do mesmo preceito exceptua a responsabilidade quando cometido por um médico que cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 2.º da lei avulsa acima citada.

O médico não será responsabilizado criminalmente, nos casos de suicídio assistido previsto no n.º 1 do artigo 294.º do Código Penal, por via do disposto no n.º 2. Nestes casos, existem pressupostos que têm de estar preenchidos para a realização destes actos que passam por: “obedecer ao desejo do doente, que deve estar consciente, num sofrimento insuportável, sem perspectivas ou esperanças de melhoras.”³²⁸ Este pedido “nunca pode provir de um familiar ou um amigo. O acto tem de resultar de solicitação do doente, reiterada e convicta, sendo a morte provocada a única saída. Mas nem sempre os doentes têm o direito a esta prática nem o médico a obrigação de a levar a cabo.”³²⁹

Para respeitar as normas exigidas na lei, “o médico deve ter noção de que está a cumprir na íntegra a vontade do doente, depois de o ter informado escrupulosamente do seu estado de saúde e ter verificado que o doente está num estado terminal, em grande sofrimento físico e psicológico. Tem a obrigação

³²⁷ *Idem*

³²⁸ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, pp.29-30

³²⁹ *Idem*

legal de reportar cada caso, depois de ter sido consumado, ao médico patologista municipal e ambos à Comissão de Controlo da Eutanásia.”³³⁰

No artigo 2º, estão discriminadas todas as condições para a prática da eutanásia, nomeadamente a obrigação de consultar um médico, para que examine e confirme as circunstâncias em que o doente se encontra.

Caso estes pressupostos não sejam preenchidos, o médico poderá ser “acusado da prática de um crime, a que se aplicam penas que vão até aos 12 anos de prisão, nos casos de eutanásia, e até aos 3 anos, nos de suicídio assistido. No entanto, o médico tem direito à objecção de consciência, no sentido de poder recusar a prática do acto.”³³¹

Os doentes têm “a possibilidade de manifestar por escrito o seu desejo, perante eventuais situações de doença, sobre se pretendem a eutanásia ou o suicídio assistido. O documento deve ser claro, objectivo e sem dar origem a interpretações ambíguas da vontade do doente.”³³²

Nas situações de demência, é necessária uma manifestação antecipada de vontade do paciente. Caso não haja um documento escrito e se verifica este tipo de doenças, a eutanásia não é permitida, salvo em condições de sofrimento extremo.

O sofrimento psicológico ainda não é reconhecido neste elenco de doenças que podem ser integradas nas situações de prática de eutanásia.

Os menores podem pedir a eutanásia “a partir dos 12 anos com o consentimento dos pais ou dos representantes legais. A partir dos 16 anos têm a possibilidade de tomar a decisão sozinhos, mas os pais deverão estar envolvidos no processo. Atingidos os 18 anos de idade, passam a ter direito de a solicitar sem autorização ou aconselhamento parental.”³³³

Em certas situações definidas na lei, os médicos poderão executar a eutanásia em recém-nascidos e a prática do aborto nos fetos, se forem detectadas graves anomalias.

Só poderá solicitar a eutanásia e a morte assistida, pessoas com a nacionalidade holandesa.

³³⁰ *Idem*

³³¹ *Idem*

³³² *Idem*

³³³ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.30

Este país é aquele que regista a maior percentagem da prática de eutanásia por doente terminal, estimando-se que cerca de 10.000 doentes sejam eutanasiados por ano.

Luxemburgo

No Luxemburgo, estão em vigor duas leis, a primeira respeitante a cuidados paliativos, directivas antecipadas da vontade e acompanhamento em fim de vida, e a segunda direccionada à eutanásia activa e ao suicídio assistido, que entraram em vigor a 16 de Março 2009.

O 1º artigo dispõe que “o direito a aceder a cuidados paliativos a qualquer pessoa padecendo de uma doença grave e incurável, em fase avançada ou terminal, qualquer que seja a sua causa. Para os efeitos de aplicação da lei, essa pessoa é tratada como “pessoa em fim de vida”.”³³⁴

Estes cuidados paliativos serão prestados num hospital, ou noutros estabelecimentos de saúde, podendo mesmo ser prestados em casa do doente, “são definidos como cuidados activos, contínuos e coordenados, praticados por uma equipa multidisciplinar, com respeito pela dignidade da pessoa a ser cuidada. Visam cobrir todas as necessidades físicas, mentais e espirituais da pessoa que recebe os cuidados. Incluem o tratamento da dor e o sofrimento psicológico do paciente.”³³⁵

É o Estado que visa assegurar a prestação destes cuidados e a formação necessária para a prática destes cuidados.

De acordo com o artigo 3º, “o médico tem a obrigação de tentar aliviar o sofrimento físico e mental da pessoa em fim de vida e, se achar que pode aliviá-

³³⁴ DIAS, Cláudia Isabel Oliveira, **A Eutanásia: Os trilhos litigantes entre o direito e uma morte digna e o direito à vida-perspectiva jurídico penal**. Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2013, p.46

PARDAL, Cristina Sofia de Oliveira, **Eutanásia-Representações Sociais**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016, p.34

Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.35

³³⁵ DIAS, Cláudia Isabel Oliveira, **A Eutanásia: Os trilhos litigantes entre o direito e uma morte digna e o direito à vida-perspectiva jurídico penal**. Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2013, p.46

PARDAL, Cristina Sofia de Oliveira, **Eutanásia-Representações Sociais**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016, p.34

Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.35

lo aplicando um tratamento de que pode resultar como efeito secundário acelerar o desenlace mortal, deve informá-la dessa circunstância e obter o seu consentimento para prosseguir.”³³⁶

Nos casos em que o doente esteja numa situação extrema, em fim de vida e não consiga “exprimir conscientemente a sua vontade, o médico procurará determinar a sua vontade presumida, apelando à pessoa de confiança designada no testamento vital ou, caso isso não seja possível, a qualquer outra pessoa susceptível de conhecer a vontade do paciente.”³³⁷

As condições, a forma, e o conteúdo para a execução do testamento vital estão previstos nos artigos 5º, 6º e 7º.

No Código Penal Luxemburguês, foi aditada uma disposição, clarificando que o médico não comete um crime se estiver a satisfazer “um pedido de eutanásia ou suicídio medicamente assistido em conformidade com os requisitos substantivos estabelecidos na lei de 16 de Março de 2009 sobre a eutanásia e a morte assistida.”³³⁸

Constatamos que a eutanásia activa é descriminalizada.

O conceito de eutanásia e de suicídio assistido encontra-se disposto no artigo 1º da lei que aprovou a eutanásia e o suicídio assistido.

Para que a eutanásia seja praticada e o médico não seja punido criminalmente, têm de ser verificadas as seguintes condições substantivas:

- “a) O paciente é adulto, consciente e capaz no momento do pedido;
- b) O pedido é formulado voluntariamente, de forma reflectida e, se necessário, repetida, sem pressões externas;
- c) O paciente está em situação médica sem esperança e em estado de sofrimento físico ou psicológico constante e insuportável sem perspectivas de melhoria, resultante de um acidente ou doença;
- d) O pedido do paciente para recorrer à eutanásia ou ao suicídio assistido está escrito.”³³⁹

³³⁶ *Idem*

³³⁷ *Idem*

³³⁸ *Idem*

³³⁹ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.35

Verificadas e preenchidas as situações supra identificadas, o médico, antes de praticar a eutanásia, tem de respeitar as seguintes condições de forma e procedimento:

“a) Informar o paciente do seu estado de saúde e a sua expectativa de vida, discutir com ele o seu pedido de eutanásia ou suicídio assistido e ponderar com ele as possibilidades terapêuticas ainda possíveis, assim como as possibilidades oferecidas pelos cuidados paliativos e suas consequências, devendo chegar à convicção de que o pedido do paciente é voluntário e que aos seus olhos não há outra solução aceitável na sua situação e sendo tudo registado no respectivo dossier médico;

b) Assegurar-se da persistência do sofrimento físico ou mental do paciente e da sua vontade, expressa reiteradamente, devendo conduzir diversas entrevistas com o doente, espaçadas no tempo em intervalos razoáveis em face da evolução da condição do paciente;

c) Consultar outro médico sobre a natureza grave e incurável da doença, indicando as razões para a consulta, devendo o médico consultado, obrigatoriamente competente na área da patologia que esteja em causa, tomar conhecimento do boletim médico respectivo, examinar o paciente e assegurar-se do carácter constante e insuportável, sem perspectiva de melhoras, do seu sofrimento físico ou mental, elaborando um relatório com as suas conclusões, sempre com imparcialidade, e informando o paciente dos resultados da consulta;

d) Salvo oposição do paciente, discutir o pedido com a equipa que assegure os cuidados regulares ao doente;

e) Salvo oposição do paciente, discutir o pedido com a pessoa de confiança do paciente designada nas disposições de fim de vida que haja feito ou no momento do pedido;

f) Certificar-se de que o paciente teve oportunidade de discutir o seu pedido com as pessoas que entender;

g) Informar-se junto da Comissão Nacional de Controlo e Avaliação sobre se há registo de disposições de fim de vida em nome do paciente.”³⁴⁰

³⁴⁰ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.35

Este pedido pode ser revogado a todo o momento pelo doente e o documento escrito e assinado onde expressou o pedido será entregue de novo ao doente e retirado da posse do médico.

A lei luxemburguesa prevê ainda que o doente possa nomear uma pessoa de absoluta confiança para transmitir ao médico a sua vontade.

Como acontece na lei holandesa, o médico, antes de realizar a eutanásia, deverá consultar outro médico, redigindo um relatório que confirme as disposições para o fim da vida.

Na mesma lei, “existe uma comissão de controlo e avaliação da aplicação da lei sobre a prática da eutanásia e do suicídio assistido (artigos 6.º a 13.º)”³⁴¹

O artigo 15.º “acautela a objecção de consciência, estabelecendo que nenhum médico é obrigado a praticar qualquer um dos actos objecto da lei, assim como nenhuma outra pessoa é obrigada a participar na sua prática. Ainda assim, o médico que recuse praticar a eutanásia ou o suicídio assistido tem de informar o paciente ou a pessoa da sua confiança (se existir alguma) sobre as razões da recusa.”³⁴²

Reino Unido

No Reino Unido, a eutanásia é punida como um “homicídio em geral, ainda que a pena concreta a aplicar possa ser atenuada.”³⁴³

“O Homicide Act 1957, combinado com o Offences Against the Person Act 1861, continuam a ser os actos legislativos, embora substancialmente alterados, em que se baseia a punição do homicídio.”³⁴⁴

“Com o Suicide Act 1961, a própria tentativa de suicídio deixou de ser crime em Inglaterra e no País de Gales. De acordo com a mesma lei, mas emendada pelo Coroners and Justice Act 2009, encorajar ou prestar auxílio ao suicídio constitui crime e faz incorrer o autor numa pena de prisão até 14 anos.”³⁴⁵

³⁴¹ *Idem*

³⁴² *Idem*

³⁴³ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.42

³⁴⁴ *Idem*

³⁴⁵ *Idem*

Apesar de a eutanásia ser considerada crime no Reino Unido, têm havido várias tentativas para a legalizar, “designadamente através da iniciativa legislativa apresentada na Câmara dos Comuns, em 2003, com a designação de Assisted Dying for the Terminally Ill Bill. Este projeto legislativo visava permitir que a um adulto em situação de sofrimento insuportável, em resultado de doença terminal, fosse dada a possibilidade de receber assistência médica para morrer, a seu pedido persistente, ou para receber medicação ou tratamentos paliativos com a finalidade de aliviar a dor. Adoptando uma técnica legislativa corrente, o artigo 1.º continha uma série de definições essenciais à compreensão da lei proposta, uma das quais era a de “sofrimento insuportável”, com o significado de sofrimento, devido a dor física ou outro motivo, que o paciente considerasse grave e inaceitável e resultasse da sua doença terminal.”³⁴⁶

Eutanásia nos Países Não Europeus

Brasil

No Brasil, a legalização da eutanásia tem levantado muitas questões, mas, até ao momento, ainda é qualificada como crime de homicídio privilegiado, punido com pena reduzida, a fixar entre um sexto e um terço da pena aplicável ao homicídio simples, que é de prisão de 6 a 20 anos (artigo 121.º do Código Penal brasileiro).

Se for “homicídio culposo, punível com prisão de 1 a 3 anos, o juiz pode “deixar de aplicar a pena se as consequências da infracção atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária” (parágrafos 3.º e 5.º do artigo 121.º).”³⁴⁷

“Quem induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos”, segundo o 122º, se o suicídio se consumar, ou de 1 a 3 anos, se da tentativa de suicídio resultar de lesão corporal grave.”³⁴⁸

³⁴⁶ *Idem*

³⁴⁷ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.19

³⁴⁸ *Idem*

Canadá

O artigo 222.º do Código Penal Canadano define homicídio e distingue-o entre culposos e não culposos, clarificando que o segundo (não culposos) não constitui infracção. O artigo 231.º do mesmo código classifica “o homicídio em primeiro grau (planeado e deliberado) e em segundo grau (os restantes tipos), onde se enquadra a eutanásia activa.”³⁴⁹

Se no crime de ajuda ao suicídio, este tiver sido consumado ou tiver havido tentativa, é punido, com prisão até 14 anos (artigo 241.º).

No ordenamento jurídico canadiano, “existe uma lei sobre consentimento à prestação de cuidados de saúde que prevê o direito dos doentes de consentirem ou recusarem tratamentos médicos.”³⁵⁰

Colômbia

Na Colômbia, a eutanásia activa é punida como um tipo legal de crime específico, como “homicídio por piedade”, designação que importou do modelo uruguaio. Mas a sua prática tem vindo a ser despenalizada, uma vez que tem sido mais frequente e tem tentado isentar “o agente de uma responsabilidade criminal quando o homicídio tenha sido cometido com consentimento prévio e inequívoco do paciente em estado terminal.”³⁵¹

Aliás, “a jurisprudência dos tribunais comuns tem merecido a aprovação do Tribunal Constitucional colombiano, o qual tende a “homologar” a tendência judicial manifestada nas sucessivas decisões sobre os casos concretos resolvidos.”³⁵²

O homicídio piedoso encontra-se previsto no artigo 106º do Código Penal e é definido como: “o acto de alguém matar outra pessoa por piedade para pôr fim a intensos sofrimentos resultantes de lesão corporal ou doença grave e incurável, punindo a conduta com pena de prisão de 1 a 3 anos.”³⁵³

³⁴⁹ *Ibidem* p.21

³⁵⁰ *Idem*

³⁵¹ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.22

³⁵² *Idem*

³⁵³ *Idem*

Neste país, a religião católica tem sido um grande entrave à legalização e regulamentação da eutanásia.

O incitamento ou ajuda ao suicídio está previsto no n.º 1 do 107º e é “punido com pena de prisão de 2 a 6 anos, mas, quando se destine a pôr termo a intensos sofrimentos resultantes de lesão corporal ou doença grave e incurável, a moldura penal aplicável baixa para prisão de 1 a 2 anos. A morte assistida enquadra-se manifestamente no segundo caso, em que se verifica uma atenuação acentuada da pena abstractamente aplicável.”³⁵⁴

Estados Unidos da América

Relativamente aos Estado Unidos da América, em regra, a eutanásia activa é proibida e punida criminalmente como crime de homicídio. O suicídio assistido também é proibido e punido criminalmente. Exceptuam-se alguns estados federados em que o suicídio assistido é permitido, sendo regulado pelas leis estaduais.

O Supremo Tribunal Federal tem-se orientado definitivamente para a aceitação da eutanásia passiva.

Indonésia

A Indonésia “é um dos exemplos de um país muçulmano do sudeste asiático que não foge à regra da criminalização da eutanásia ativa, castigando a sua prática, como homicídio específico, com pena de prisão até 12 anos, se o pedido da vítima for expresso e sincero (artigo 344.º do seu Código Penal).”³⁵⁵

A instigação ao suicídio ou ajudar alguém a suicidar-se ou ainda facilitar os meios para que tal aconteça “é punido, por força do artigo 345.º do mesmo Código, com pena de prisão até 4 anos, se o suicídio se consumar.”³⁵⁶

³⁵⁴ *Idem*

³⁵⁵ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.31

³⁵⁶ *Idem*

Uruguai

O Uruguai terá sido o primeiro país do mundo a regulamentar a eutanásia, abrindo assim portas à despenalização da eutanásia, entrando assim em vigor no artigo 37º do Código Penal Uruguaio, caracterizado como homicídio piedoso, o qual estipula que “os juízes têm a faculdade de não condenar o autor de um homicídio efectuado por piedade, quando a vítima tenha feito reiteradas súplicas, desde que o mesmo não tenha antecedentes criminais”³⁵⁷, para se verificar os requisitos deste artigo, têm de se verificar as seguintes condições:

“a) O agente ter antecedentes honráveis, o que equivale, de certo modo, a não ter antecedentes criminais;

b) Ter sido cometido por motivo piedoso;

c) A vítima ter feito reiteradas súplicas para morrer.”³⁵⁸

Porém, relativamente à situação do suicídio assistido, não tem aplicação, pois, neste caso, “existe a caracterização de um delito, sem a possibilidade de perdão judicial,”³⁵⁹ sendo punido com pena de 6 meses a 6 anos de prisão (artigo 315º do Código Penal Uruguaio).

Japão

Neste país, a questão da eutanásia e do suicídio assistido são vistos pela sociedade “como uma forma digna de pôr termo à vida, baseada no direito de escolher entre viver e morrer, nomeadamente o direito a “*anrakushi*” (a palavra japonesa para “morte tranquila”).”³⁶⁰

Com uma taxa de suicídios alta e de certas situações de morte por piedade, motivados por questões de honra, e para evitar esse aumento de suicídios, a legislação criminal japonesa continua a punir a eutanásia activa e o suicídio assistido, apesar da tendência dos tribunais para a despenalização da prática desses actos. Nestes últimos anos, os tribunais têm vindo a fixar

³⁵⁷ SILVA, Anabela Pinto da, **Eutanásia: Prós e Contras de uma Legalização em Portugal**. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Dissertação de Mestrado, 2007.p.24

³⁵⁸ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada**. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.46

³⁵⁹ *Idem*

³⁶⁰ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada**. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.31

jurisprudência estabelecendo as condições que se podem verificar para que a eutanásia seja admissível.

Nos casos das situações de eutanásia passiva, que consiste em desligar os mecanismos de suporte de vida, têm de ser observados os três requisitos seguintes:

- “a) O paciente tem de sofrer de doença incurável e se encontrar num estágio final da doença do qual é improvável que recupere;
- b) O paciente deve dar expresso consentimento a que se parem os tratamentos, devendo a sua autorização ser obtida e preservada antes de a morte ocorrer (se não se encontrar em condições de se manifestar claramente, o seu consentimento deve ser obtido através de documento previamente escrito, como testamento vital ou testemunho da família);
- c) A eutanásia deve ser provocada parando os tratamentos, designadamente de quimioterapia, diálise, respiração artificial ou transfusão sanguínea, que estejam em curso.”³⁶¹

E nas situações de eutanásia activa, têm de ser preenchidas quatro condições, muito pouco consensuais, tais como:

- “a) O paciente sofre de intolerável dor física;
- b) A morte é inevitável e está prestes a ocorrer;
- c) O doente prestou o seu consentimento (ao contrário da eutanásia passiva, o testamento vital e a autorização da família não são suficientes);
- d) O corpo médico-clínico que presta assistência esgotou ineficazmente todas as restantes medidas de alívio do sofrimento.”³⁶²

Porém, esta “doutrina formada judicialmente pode ter valido para despenalizar as condutas em casos concretos, mas não tem valor de lei e não vincula, pois, oficialmente.”³⁶³

Sendo assim, temos no Código Penal japonês, nos artigos 199.º e 202.º, o primeiro dos quais configura o homicídio simples e o segundo um tipo legal de crime onde cabem o suicídio assistido e o homicídio a pedido da própria vítima.

³⁶¹ *Ibidem* p.32

³⁶² **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.32

³⁶³ *Idem*

Com esta passagem e análise pelo ordenamento jurídico de alguns países, é possível observar e concluir que nenhum país enquadra a eutanásia como homicídio qualificado.

Quando a eutanásia não é completamente descriminalizada, esta poderá enquadrar-se na” previsão de uma das três espécies de homicídio, o simples, o privilegiado ou um tipo legal de homicídio criado especificamente para cobrir a situação da eutanásia.”³⁶⁴

A maioria dos países encoraja a prática de cuidados paliativos em vez da prática da eutanásia.

³⁶⁴ **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada.** Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.47

Aprovação do diploma na Assembleia da República

No dia 29 de Janeiro de 2021, a Assembleia da República aprovou a lei que despenaliza a morte medicamente assistida (mais conhecida por eutanásia) no país. O diploma seguiu para decisão do Presidente da República, que tinha a possibilidade de vetar³⁶⁵, promulgar³⁶⁶ ou enviar para o Tribunal Constitucional. O Presidente da República dispunha de oito dias para enviar o diploma sobre a morte medicamente assistida para o Tribunal Constitucional e vinte dias para o promulgar ou vetar.³⁶⁷ Saliente-se que, se o tivesse promulgado, não haveria responsabilidade civil nem responsabilidade penal para quem suprimisse a vida, ou seja, deixaria de existir a violação do direito à vida e de haver a ilicitude civil e penal, o que contrariaria o exposto ao longo desta dissertação. Além disso, Portugal seria o quarto país da Europa e o sétimo do mundo a despenalizar a eutanásia.

Porém, destas três possibilidades, o Presidente da República optou por enviar o diploma para o Tribunal Constitucional, o que pressupõe a fiscalização da sua (i)legalidade. O Tribunal Constitucional é o órgão competente para avaliar se uma lei é inconstitucional ou não. O envio do diploma para o Tribunal Constitucional focou-se em questões técnicas de conceitos indeterminados, tais como, "sofrimento intolerável", "lesão definitiva", "gravidade extrema" e "consenso científico". Lamentamos que o Presidente da República não tenha decidido com base na questão fundamental e pertinente: é a eutanásia compatível ou não com a nossa Constituição, nomeadamente, com o facto de a Constituição consagrar a inviolabilidade da vida humana e a dignidade da pessoa humana?³⁶⁸ Estas perguntas deveriam ter feito parte do pedido de fiscalização.

³⁶⁵ "O veto consiste num acto político da competência do Presidente da República, inserido no procedimento legislativo da Assembleia da República ou no procedimento legislativo e regulamentar do Governo, e que se traduz num poder de impedimento à existência jurídica de uma lei, decreto-lei ou decreto regulamentar, que o Presidente deve fundamentar em objecções de ordem política ou técnica em relação ao conteúdo desses diplomas normativos que lhe são submetidos para promulgação", que pode ser consultado em <https://dre.pt/lexionario/-/dj/115427875/view>

³⁶⁶ "A promulgação é um acto praticado pelo Presidente da República necessário para conferir existência jurídica a actos legislativos" (artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa), que pode ser consultado em <https://dre.pt/lexionario/-/dj/115072975/view>

³⁶⁷ *Eutanásia segue para Belém: presidente demarca-se*, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/politica/eutanasia-segue-para-belem-presidente-demarca-se-13294958.html>

³⁶⁸ *Eutanásia: nem todos os atos voluntários são atos livres*, que pode ser consultado em <https://tv24.iol.pt/sociedade/presidente-da-republica/eutanasia-nem-todos-os-atos-voluntarios-sao-atos-livres>

Esta omissão impede que o Tribunal Constitucional possa pronunciar-se e decidir sobre esta questão, uma vez que este órgão só poderá responder ao que lhe é perguntado.

Teremos de aguardar a decisão de (in)constitucionalidade do Tribunal Constitucional.

Conclusão

Esta última secção tem como finalidade a reflexão de todo trabalho realizado. Várias foram as preocupações que estiveram subjacentes ao desenvolvimento do estudo e à elaboração desta dissertação.

Partindo das referências bibliográficas, pretendeu-se clarificar os seus conceitos, para melhor enquadrar o seu papel social, enquanto tema de discussão.

É sempre difícil reunir consensos quando se fala de eutanásia, pois tudo o que envolve é de extrema sensibilidade, uma vez que é uma matéria circunscrita à ética, aos valores e princípios do direito, e que se inscreve no âmago cultural de cada país e de cada pessoa.

Abrir portas à despenalização da eutanásia é dar a permissão de lesar o direito à vida, provocando a banalização deste direito e acabando por abrir perigosos precedentes e violações inaceitáveis do direito à vida.

Se houver colisão de direitos, não se poderá recorrer ao princípio da proporcionalidade, pois neste caso o direito à vida iria ser suprimido, uma vez que a eutanásia tem como consequência e resultado o fim da vida. Não há uma forma fácil e proporcional de sacrificar os direitos em causa, “porque uma pessoa que quer que o seu sofrimento acabe, vai sempre considerar que a sua dignidade, é um bem valorativamente superior.”³⁶⁹ A nenhum direito pode ser dado prioridade sobre o outro e a realização de um não pode ser justificada com a violação de outro.

A inconstitucionalidade da eutanásia assenta principalmente no princípio básico da ordem jurídica, a vida humana. O artigo 24º da CRP garante a inviolabilidade da vida humana, ou seja, o direito à vida é inviolável e não é pelo facto de o titular do direito consentir que é possível abrir uma excepção para o violar, mesmo que essa excepção possa parecer justificada. A legalização da eutanásia iria contrariar o princípio da inviolabilidade da vida humana.

Introduzir por lei o poder de matar outra pessoa não é possível. Na nossa Constituição, o direito à vida está consagrado de uma forma inatingível.

³⁶⁹ Cfr. TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015. p.41

Consequentemente, consideramos ser possível legalizar a eutanásia, apenas desvalorizando o direito à vida e revendo a CRP.

Dos países referidos, podemos verificar que foi uma matéria bastante discutida e que, apesar das tentativas para a sua legalização, estas não foram meras propostas. De facto, quando a eutanásia não é completamente descriminalizada, poderá ser enquadrada na “previsão de uma das três espécies de homicídio, o simples, o privilegiado ou um tipo legal de homicídio criado especificamente para cobrir a situação da eutanásia.”³⁷⁰

Pese embora, muitos a tenham legalizado, a eutanásia activa continua a ser considerada como homicídio privilegiado, por piedade ou a pedido.

As transformações sociais, que se têm verificado ao longo das últimas décadas, ainda não são suficientes para uma legalização, pois entende-se que o principal objectivo desta medida poderá ser apenas economicista.

Concluimos dando resposta à pergunta de partida, “A (ir)renunciabilidade dos direitos: eutanásia em Portugal, porque não?”, na nossa Constituição e no nosso ordenamento jurídico, “nem se coloca sequer a questão da eventual renunciabilidade ou disponibilidade do direito à vida”³⁷¹, pois não está dependente da vontade do seu titular, como acontece com a maioria dos direitos, uma vez que “qualquer acto de renúncia ou disposição do direito à vida colidiria com o princípio objectivo da inviolabilidade da vida humana.”³⁷²

Entendemos que não há urgência na eutanásia, há urgência em melhorar os cuidados paliativos e continuados, reforçar a assistência médica e fortalecer o Serviço Nacional de Saúde.

Pela Constituição, o Estado está obrigado a desincentivar mecanismos que permitam intencional e deliberadamente provocar a morte de pessoas, mesmo que a seu pedido. O Estado deve criar e promover as condições necessárias para minimizar e aliviar o sofrimento de um doente, indo ao encontro do direito inalienável, irrenunciável e absoluto que é o direito à vida.

³⁷⁰ Cfr. **Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada**. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016, p.47

³⁷¹ *A Eutanásia em face da Constituição Portuguesa*, que pode ser consultado em <https://tvtd.up7.pt/wp/2018/04/01/a-eutanasia-em-face-da-constituicao-portuguesa/>

³⁷² *Idem*

Bibliografia

ALEXANDRINO, José de Melo. **Perfil constitucional da dignidade da pessoa humana**, Estudos em Honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão. V I, Coimbra, Almedina.2008

ALMEIDA, Joana Rita da Silva, **Eutanásia: fronteira entre direito à vida e o, eventual, direito a morrer**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto, Dissertação de Mestrado, 2014

AMARAL, Francisco. **Direito Civil -Introdução**. Editora Saraiva, 10ª Edição, 2018

ANDRADE, Vieira de. **Os Direitos Fundamentais da Constituição Portuguesa de 1976**, Almedina, 6ª Edição, 2019

ARAÚJO, Maria Daniela Teixeira, **Eutanásia: uma dor silenciada?**, Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado,2013

ASCENSÃO, José de Oliveira, **“Estudos de Direito da Bioética**, vol. III”, Almedina, 2009.

ASCENSÃO, José de Oliveira, **“Estudos de Direito da Bioética**, vol. II”, Almedina, 2008.

BARBAS, Stela – **“Morte e Dignidade Humana numa Perspetiva Jurídica”**, *in* Eutanásia e outras questões éticas no fim da vida, Coimbra: Gráfica de Coimbra 2, 2009

BARBOSA, Ana Mafalda Castanheira Neves de Miranda,” **Estudos de Teoria Geral do Direito Civil**”, Princípios, 1ª Edição- Outubro de 2017.

BELTRÃO, Sílvio Romero. **Direito da Personalidade: Natureza Jurídica, Delimitação do Objeto, Relações com o Direito Constitucional**. In: Joyceane

Bezerra de Menezes. (Org.). Dimensões Jurídicas da Personalidade na Ordem Constitucional Brasileira. 1 ed. Florianópolis: Conceito, 2010, v. 1, p. 221, que pode ser consultado em:

http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013_01_00203_00228.pdf

[15 de Janeiro de 2021]

BRITO, António José dos Santos Lopes de; RIJO, José Manuel Subtil Lopes, **Estudo Jurídico da Eutanásia em Portugal, Direito sobre a vida ou Direito de viver**, Almedina, Coimbra, 2000

BRITO, Teresa Quintela de. **Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos**, Coimbra Editora, 2007

CAMPOS, Diogo Leite de; BARBAS, Stela. **O Início da Pessoa Humana e da Pessoa Jurídica**, que pode ser consultado em:

<https://portal.oa.pt/upl/%7B0792df85-aaaa-47db-a7ec-c3bb7a4f2b6c%7D.pdf>

[19 de Novembro de 2019]

CAMPOS, Diogo Leite de, CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu, **Pessoa Humana e Direito**, Almedina, 2009

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e a Teoria da Constituição**, 7ª Ed-Reimpressão 2019., Almedina, 2018

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa Anotada**, 10ª ed., Vol. 1, Coimbra: Coimbra Editora, 2014

CORDEIRO, António Menezes, **Tratado de Direito Civil Português III**, 4ª. Ed., Almedina, 2019

CORDEIRO, António Menezes, **Tratado de Direito Civil Português IV**, 5ª. Ed., Almedina, 2019

COSTA, Mário Júlio de Almeida, **Direito das Obrigações**, 12.^a Edição, Editora Almedina, Coimbra, 2020

COUTO, Diana Sofia Ferreira. **A autodeterminação e a eutanásia: análise a partir das neurociências**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado, 2017

COUTO, Diana Ferreira. **A Justiça Penal Relativamente ao Bem Jurídico - Vida Humana**, que pode ser consultado em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/7732/A%20justiça%20penal%20relativamente%20ao%20bem%20jurídico%20Vida%20Humana.pdf?sequence=1> [19 de Novembro de 2019]

CUNHA, Guilherme Gratão, **Direitos de Personalidade: Violação ao Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada**, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2019

DIAS, Cláudia Isabel Oliveira, **A Eutanásia: Os trilhos litigantes entre o direito e uma morte digna e o direito à vida-perspectiva jurídico penal**. Coimbra: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2013

DIAS, Jorge de Figueiredo, **in Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I**, Coimbra Editora, 2^a Edição, 2012

DIAS, Jorge de Figueiredo, **A Ajuda a morte: uma consideração jurídico-penal**, **in revista de Legislação e Jurisprudência**, ano 137, no 3949, Marco/Abril, Coimbra Editora, 2008

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues, **Os Direitos da Personalidade como Direitos Essenciais e a Subjectividade do Direito**, *Revista Jurídica Cesumar*, v.6, nº1, p.257, 2006

FREITAS, André Guilherme Tavares de, **Tutela Penal do Direito à Vida**. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, Dissertação de Mestrado, 2008

GODINHO, Adriano Marteleto. **Eutanásia, Ortotanásia e Diretivas Antecipadas de Vontade: o sentido de viver e morrer com dignidade.** Curitiba:Juruá, 2016

GODINHO, Inês Fernandes, **Eutanásia, Homicídio a Pedido da Vítima e os Problemas de Participação em Direito Penal**, Coimbra Editora, 2015

GODINHO, Inês Fernandes. **“Implicações Jurídico-Penais do Critério de Morte, a propósito do Colóquio Internacional “As novas questões em torno da vida e da morte em Direito Penal”**”, 2009

GODINHO, Inês Fernandes. **Problemas jurídico-penais em torno da vida humana.** p.2, que pode ser consultado em:

https://www.uc.pt/fduc/projectos_investigacao/PTDC_CPJ_JUR_111289_2009/pdf/Problemas_vida_humana.pdf

[19 de Novembro de 2019]

GUERRA, Ronaldo José, **Direitos Fundamentais e a Execução da Pena Privativa de Liberdade.** Lisboa, Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado, 2009

JANUARIO, Rui e FIGUEIRA, André. **O Crime de Homicídio a Pedido – Eutanásia: Direito a Morrer ou Dever de Viver.** Quid Juris, 2009

LOURENÇO, Tatiana Carolina. **Da (In)existência de um Direito a Pedir para Morrer e a Responsabilidade Civil do Médico**, Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado, 2019

MALÓ, Alexandra Sofia Jóia, **Eutanásia: o direito à vida/o direito à vida com qualidade.** Lisboa: Universidade Lusíada. Dissertação de Mestrado, 2016.

MARTINS, António Gentil Martins. **O Médico e a Eutanásia**, 1991. Que pode ser consultado em:

http://repositorio.chlc.min-saude.pt/bitstream/10400.17/945/1/Acta%20Med%20Port%201991_4_147.pdf

[23 de Dezembro de 2019]

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**, Tomo IV: **Direitos Fundamentais**, 9.^a Ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2012

MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui. **Constituição Portuguesa Anotada**, Tomo I, 2.^a Ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010

MIRANDA, Jorge. **Escritos Vários sobre direitos Fundamentais**, Principia, 10.^a Edição, 2006

MORÃO, Helena. **Direito Penal – Parte Especial: Lições, Estudos e Casos**, Coimbra Editora, 2007

OLIVEIRA, Heriberto Brito de [et al.]. **Ética e eutanásia - Simpósio Medicina e Direito**, que pode ser consultado em:

https://www.researchgate.net/publication/237760047_Etica_e_eutanasia

[07 de Janeiro de 2020]

OSSWAL, Walter, **Sobre a Morte e o Morrer**, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Relógio D'Água Editores, 2013

OTERO, Paulo. **Instituições Políticas e Constitucionais**, Volume I, Coimbra: Almedina, 2009

OTERO, Paulo. Pessoa humana e constituição: contributo para uma concepção personalista do direito constitucional. In: **Pessoa humana e direito**. Coordenadores: Diogo Leite de Campos, Silmara Juny de Abreu Chinellato. Coimbra: Almedina, 2007

PARDAL, Cristina Sofia de Oliveira, **Eutanásia-Representações Sociais**, Coimbra: Instituto Superior Bissaya Barreto. Dissertação de Mestrado, 2016.

PATTO, Pedro Vaz, – **A Eutanásia em Face da Constituição Portuguesa**, in, Direito e Justiça – Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Vol. XVI, Tomo 2, Lisboa, 2002

PÊCEGO, António José F. de S. **Eutanásia: Uma (re)leitura do instituto à luz da dignidade da pessoa humana**. D'Plácido Editora, 2015

PINTO, Eduardo Vera-Cruz – **Curso Livre de Ética e Filosofia do Direito**, 1.^a Ed., Cascais: Princípia Editora, 2010

PLATÃO. **A República**. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, 2007

PROBARI, Curtinho. **Estudo de Eutanásia: o seu enquadramento no ordenamento jurídico português**. 1999-2000

RAPOSO, Mário, – **Eutanásia. Alguns Problemas Envolvidos**, in, Brotéria, Revista de Cultura, Vol. 150, Brotéria - Associação Cultural e Científica, Lisboa, 2000

SANTOS, Alberto José Andrade. **Os problemas penais da eutanásia da eutanásia e o suicídio assistido**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2016

SILVA, Anabela Pinto da, **Eutanásia: Prós e Contras de uma Legalização em Portugal**. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Dissertação de Mestrado, 2007

SILVA, Fernando. **Direito Penal Especial, Crimes Contra as Pessoas**, 4.^a.Ed., Quid Juris, Lisboa, 2017

SOUSA, Rabindranath Capelo de. **Teoria Geral do Direito Civil**. Coimbra: Coimbra Editora, VOL. I, 2003

SOUSA, Rabindranath Capelo de. **O Direito Geral de Personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 1995

TELHADO, Margarida Lupi. **A Eutanásia e o Testamento Vital no Actual Ordenamento Jurídico Português**. Lisboa: Universidade Autónoma. Dissertação de Mestrado, 2015.

Referências Legislativas e Jurisprudência

Constituição da República Portuguesa, Edições Almedina, 7º Edição, 2021

Código Civil, Edições Almedina, 14º Edição, 2020

Código Penal, Edições Almedina, 11º Edição, 2020

Eutanásia e suicídio assistido, Legislação Comparada. Divisão de informação legislativa parlamentar. Colecção Temas. Abril 2016 Lei n.º 141/99, de 28 de Agosto

Acórdão do STJ 19/06/2011, in Revista de Legislação e Jurisprudência, ano 134 (2001/2004)

Outras Referências

Eutanásia, que pode ser consultado em:

<https://observador.pt/seccao/saude/eutanasia/>

[11 de Dezembro de 2018]

13 explicações sobre a eutanásia: os conceitos, os projectos de lei, a legislação lá fora e os mais conhecidos, que pode ser consultado em:

<https://observador.pt/especiais/13-explicacoes-sobre-a-eutanasia-os-conceitos-os-projetos-de-lei-a-legislacao-la-fora-e-os-casos-mais-conhecidos/>

[11 de Dezembro de 2018]

Eutanásia, que pode ser consultado em:

<https://www.infoescola.com/etica/eutanasia/>

[11 de Dezembro de 2018]

Eutanásia: o direito a morrer, que pode ser consultado em:

<https://www.publico.pt/eutanasia>

[11 de Dezembro de 2018]

Eutanásia: o que está em causa? Contributos para um diálogo sereno e humanizador, que pode ser consultado em:

<http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/eutanasia-o-que-esta-em-causa-contributos-para-um-dialogo-sereno-e-humanizador/>

[11 de Dezembro de 2018]

O que é a eutanásia, distanásia ou ortotanásia?, que pode ser consultado em:

<https://www.dn.pt/portugal/interior/o-que-e-a-eutanasia-distanasia-ou-ortotanasia-9386909.html>

[11 de Dezembro de 2018]

Eutanásia: Em que países (e em que condições) é possível a morte assistida, que pode ser consultado em:

<http://visao.sapo.pt/actualidade/sociedade/2018-05-29-Eutanasia-Em-que-paises--e-em-que-condicoes--e-possivel-a-morte-assistida>

[11 de Dezembro de 2018]

Perguntas e respostas sobre a eutanásia em Portugal, que pode ser consultado em:

<https://www.dnoticias.pt/pais/perguntas-e-respostas-sobre-a-eutanasia-em-portugal-DI3208702>

[11 de Dezembro de 2018]

Eutanásia: votar “não” pelo dever de salvar, de Henrique Raposo, que pode ser consultado em:

<https://rr.sapo.pt/artigo/114399/eutanasia-votar-nao-pelo-dever-de-salvar>

[11 de Dezembro de 2018]

O presidente e a eutanásia, de Graça Franco, que pode ser consultado em:

<https://rr.sapo.pt/artigo/112580/o-presidente-e-a-eutanasia>

[11 de Dezembro de 2018]

Perguntas e respostas sobre a eutanásia em dia de votação no Parlamento, que pode ser consultado em:

<https://www.jn.pt/nacional/interior/perguntas-e-respostas-sobre-a-eutanasia-a-dias-do-debate-parlamentar-9383095.html>

[11 de Dezembro de 2018]

Programa da eutanásia (artigo resumido), que pode ser consultado em:

<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/euthanasia-program-abridged-article>

[11 de Dezembro de 2018]

Eutanásia: uma questão urgente para discutir sem pressas, de Jorge Félix Cardoso, que pode ser consultado em:

<https://shifter.sapo.pt/2018/05/eutanasia-portugal/>

[30 de Outubro de 2019]

Bioética e Fim de Vida: Princípios éticos – A Intervenção do Enfermeiro no Fim de Vida, de Rúben Alexandre da Silva, que pode ser consultado em:

[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9263/1/Revista%20Percursos%20n28 Bioética%20e%20Fim%20de%20Vida%20-%20Princípios%20éticos.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9263/1/Revista%20Percursos%20n28%20Bioética%20e%20Fim%20de%20Vida%20-%20Princípios%20éticos.pdf)

[30 de Outubro de 2019]

Argumentos a favor e contra da Eutanásia, que pode ser consultado em:

<https://euthanatos1etica.wordpress.com/eutanasia/argumentos-contr-a-favor-da-eutanasia/>

[31 de Outubro de 2019]

Legalizar a eutanásia?, de Isabel Galriça Neto, que pode ser consultado em:

<https://www.ver.pt/legalizar-a-eutanasia/>

[19 de Novembro de 2019]

A dignidade da pessoa humana no pensamento de Kant, que pode ser consultado em: <https://jus.com.br/artigos/7069/a-dignidade-da-pessoa-humana-no-pensamento-de-kant/2>

[19 de Novembro de 2019]

PAN entrega projecto de lei para despenalização da morte medicamente assistida, que pode ser consultado em:

<https://observador.pt/2019/11/12/pan-entrega-projeto-de-lei-para-despenizacao-da-morte-medicamente-assistida/>

[19 de Novembro de 2019]

A Eutanásia em face da Constituição Portuguesa, que pode ser consultado em:
<https://tvtd.up7.pt/wp/2018/04/01/a-eutanasia-em-face-da-constituicao-portuguesa/>

[19 de Novembro de 2019]

Eutanásia: o que une e separa um médico, uma advogada e um filósofo, de Ana Mafalda Inácio, que pode ser consultado em:
<https://www.dn.pt/portugal/eutanasia-o-que-une-e-separa-um-medico-uma-advogada-e-um-filosofo-9384230.html>

[28 de Novembro de 2019]

Eutanásia: Igreja Católica publica folheto com perguntas e respostas para um «debate mais esclarecido», que pode ser consultado em
<https://agencia.ecclesia.pt/portugal/eutanasia-igreja-catolica-publica-folheto-com-perguntas-e-respostas-para-um-debate-mais-esclarecido/>

[12 de Dezembro de 2019]

Referendo sobre a eutanásia e a única forma de associar a população à decisão, que pode ser consultado em: <https://rr.sapo.pt/2020/02/14/religiao/referendo-sobre-a-eutanasia-e-a-unica-forma-de-associar-a-populacao-a-decisao/noticia/181937/>

[20 de Dezembro de 2020]

Catedráticos dizem que a eutanásia é inconstitucional, que pode ser consultado em:
<https://sol.sapo.pt/artigo/699916/catedraticos-dizem-que-eutanasia-e-inconstitucional>

[20 de Dezembro de 2020]

Referendo sobre a eutanásia e a única forma de associar a população à decisão, que pode ser consultado em <https://rr.sapo.pt/2020/02/14/religiao/referendo-sobre-a-eutanasia-e-a-unica-forma-de-associar-a-populacao-a-decisao/noticia/181937/>

[20 de Dezembro de 2020]

Eutanásia segue para Belém: presidente demarca-se, que pode ser consultado em <https://www.dn.pt/politica/eutanasia-segue-para-belem-presidente-demarca-se-13294958.html>

[17 de Fevereiro de 2021]

Eutanásia: nem todos os atos voluntários são atos livres, que pode ser consultado em <https://tv24.iol.pt/sociedade/presidente-da-republica/eutanasia-nem-todos-os-atos-voluntarios-sao-atos-livres>

[20 de Fevereiro de 2021]

Veto Político, que pode ser consultado em <https://dre.pt/lexionario/-/dj/115427875/view>

[21 de Fevereiro de 2021]

Promulgação, que pode ser consultado em <https://dre.pt/lexionario/-/dj/115072975/view>

[21 de Fevereiro de 2021]